

RAFAELA BARBOSA ARRUDA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE JUVENTUDE ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE CURITIBA - PR**

CURITIBA
2008

RAFAELA BARBOSA ARRUDA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE JUVENTUDE ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE CURITIBA - PR**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

CURITIBA
2008

RAFAELA BARBOSA ARRUDA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES SOBRE JUVENTUDE ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE CURITIBA - PR**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data: 29 de setembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Orientador

Prof. Dr. Eliezer Gomes da Silva
Faculdades do Brasil – UNIBRASIL

Prof^ª.Dr^a. Marlene Tamanini
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Dedico este trabalho, com muito carinho, àqueles que apoiaram e incentivaram a concretização deste grande objetivo de vida: meus pais, Romilda e Maurício e, meu marido, Luciano. Amo muito vocês.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, pelo apoio e paciência, desde o início deste trabalho, sem os quais não seria possível concluí-lo.

Aos Professores Drs. Marcos César Alvarez e Luis Antonio Francisco de Souza, essenciais para minha decisão de tentar o Mestrado em Curitiba e o apoio no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

À Profa. Dra. Marlene Tamanini, pela ajuda inestimável e a contribuição para o entendimento de que, apesar das dificuldades, existem verdadeiros professores e orientadores disponíveis para auxiliar o trabalho acadêmico.

Ao Prof. Dr. Eliezer Gomes da Costa, pelas valiosas orientações por ocasião do exame de qualificação.

A todos os meus professores da Graduação na UNESP-Campus de Marília, pela minha sólida formação. Foram fundamentais em meu amadurecimento intelectual.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, pelo curso oferecido e a infra-estrutura adequada, que permitiu a minha adaptação na UFPR.

Aos professores da Pós-Graduação em Sociologia, cada um com sua parcela de contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, sanando dúvidas, dando sugestões, críticas e todos os possíveis livros, artigos e teses que nos seriam úteis. Muitas aulas ficaram em nossa memória.

À Secretaria da Pós-Graduação em Sociologia, sempre tirando nossas dúvidas e “quebrando-galhos” possíveis para podermos finalizar o Curso.

Aos queridos amigos e colegas do Mestrado e Doutorado em Sociologia da UFPR, pelas indicações bibliográficas, pelos altos papos e os momentos de desconcentração que compartilhamos na hora do café, tirando um pouco da seriedade do ambiente acadêmico.

A minha querida amiga e companheira de mestrado, Eloíse, pela amizade, pelo companheirismo nas aulas e nos seminários que realizamos juntas. Por escutar as minhas angústias e reclamações sobre trabalho, prazos e demais obrigações. Pelos livros emprestados do IPARDES. E pelas oportunidades de trocar dúvidas e discutir minha pesquisa.

À Profa. Cleide, pelas excelentes aulas de espanhol, que permitiram com que eu passasse no último exame de proficiência e com qualidade.

À Dra. Márcia Caldas e o Dr. Fontoura pela disposição e contribuição nos contatos com os Promotores e Procuradores de Justiça pesquisados.

As minhas amigas e amigos do Beatriz Faria Ansay, Maria Luiza, Jôse, Sílvio, Erenita e Rosicler pela ajuda na viabilização da pesquisa de campo e nas correções finais de português e inglês.

Ao meu querido diretor Manoel Pereira, por ter me dado à oportunidade de trabalhar durante o Mestrado e a compreensão pelas faltas nas aulas.

A minha amiga do peito, Aline Frascareli, pela amizade que ainda temos e a ajuda com as normas da ABNT.

À família do meu marido, que sempre esteve torcendo pelo sucesso deste trabalho, não deixando me abater nos momentos mais difíceis.

A minha família do coração, que me deu o apoio afetivo e emocional, para chegar ao fim desse processo.

Ao meu querido Luciano: sem ele, este trabalho não existiria, por isso, todas as palavras do mundo não seriam suficientes para agradecê-lo pela convivência durante esses dois anos e meio de Mestrado, a não ser, que me sinto grata e realizada por ter alguém tão especial a meu lado.

“[...] Quando se chega à idade em que se tem certeza de poucas coisas, mas se pode garantir que essas certezas estão provadas, é estimulante saber que nada obstante as fraquezas humanas, a função de promover justiça ilumina os seus protagonistas e muita justiça é feita apesar de nós mesmos”. (Jaques de Camargo Penteado – Procurador de Justiça Aposentado apud Mauro Viveiros, 2008)

RESUMO

Este estudo objetiva verificar as percepções sobre a juventude apresentadas por membros do Ministério Público de Curitiba/PR. A partir da realização de entrevistas aprofundadas com Promotores e Procuradores de Justiça, efetivou-se a análise de discursos e percepções sociais acerca da população juvenil, buscando desvendar o que os integrantes do Ministério Público de Curitiba pensam sobre a juventude. A pesquisa parte da hipótese de que as formas como os operadores jurídicos concebem os jovens têm reproduzido ou socializado, por meio de suas práticas e discursos, certas representações ou estereótipos com relação à juventude, interferindo na aplicação e execução de medidas e/ou políticas específicas para o segmento juvenil. Utilizou-se uma ampla bibliografia de apoio, enfatizando diversos autores da Sociologia que elaboraram importantes estudos recentes sobre o entendimento da categoria juventude. A proposta metodológica concentrou-se na abordagem qualitativa das entrevistas semi-direcionadas, através da análise dos perfis individuais dos operadores jurídicos e das condições de efetivação do campo do direito representado pela atuação do Ministério Público. Os resultados da investigação demonstraram que as concepções sobre os jovens e a juventude dos entrevistados possuem grande influência de sua formação jurídica e do próprio trabalho desenvolvido no Ministério Público, resultando em práticas efetivas destinadas a população infanto-juvenil. Além disso, revelaram a existência de diversas definições sobre os sujeitos-jovens, próprias das contradições inerentes às representações sociais, mas que, também, apontam para a proposição de um discurso de afirmação de direitos que nem sempre está em conformidade com a prática profissional dos operadores da justiça.

Palavras chave: Juventude. Percepções Sociais. Operadores Jurídicos. Ministério Público.

ABSTRACT

This objective study to verify the perceptions on youth presented by members of the Public Prosecution Service of Curitiba/PR. From the accomplishment of interviews deepened with Promoters and Solicitors of Justice, it was accomplished analysis of speeches and social perceptions concerning the youthful population, searching to unmask what the integrant ones of the Public Prosecution Service of Curitiba think on youth. The research has left of the hypothesis of that the forms as the legal operators conceive the young have reproduced or socialized, by means of its practical and speeches, certain representations or stereotypes with regard to youth, intervening with the application and specific execution of measures and/or politics for the youthful segment. An ample bibliography of support was used, emphasizing diverse authors of Sociology who had elaborated important recent studies on the agreement of the category youth. The proposal methodology was concentrated in the qualitative boarding of the half-directed interviews, through the analysis of the individual profiles of the legal operators and the conditions of effected of the field of the right represented for the performance of the Public Prosecution Service. The results of the inquiry had demonstrated that the conceptions on the young and the youth of the interviewed ones possess great influence of its legal formation and the proper work developed in the Public Prosecution Service, resulting in practical destined effective the infanto-youthful population. Moreover, they had disclosed the existence of diverse definitions on the citizen-young, proper of the inherent contradictions to the social representations, but that, also, they point with respect to the proposal of a speech of affirmation of rights that nor always is in compliance with the practical professional of the operators of justice.

Key words: Youth. Social Perceptions. Legal Operators. Public Prosecution Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP e da Juventude	Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude
ABRACE	Ação em Benefício do Regresso do Aluno à Escola
AMPASA	Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde
AMPIJ	Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná
APMP	Associação Paranaense do Ministério Público
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias
CNPG	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais
CONAMP	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEMPAR	Fundação Escola do Ministério Público
FIA	Fundação para a Infância e Adolescência
FICA	Ficha de Comunicação do Aluno Ausente
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IBEJ	Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MP	Ministério Público
MPPR	Ministério Público do Paraná
NEV/USP	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
OAB – PR	Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná
ONGS	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PGJ	Procurador – Geral de Justiça
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 – Apresentando o tema.....	15
1.1 Objeto de investigação.....	15
1.2 O contexto da pesquisa: imagens sobre juventude.....	22
1.3 As especificidades do campo jurídico.....	30
Capítulo 2 - As implicações do estudo com operadores jurídicos	38
2.1 O estudo dos membros do MP Curitiba e a pesquisa qualitativa	40
2.2 A pesquisa com operadores jurídicos	47
2.3 A construção das técnicas de investigação.....	53
2.4 Categorias de análise das percepções de juventude	55
Capítulo 3 – A atuação do Ministério Público	61
3.1 Os direitos sociais em debates	63
3.2 A configuração dos interesses coletivos e difusos	67
3.3 A reorganização institucional do MP e os direitos metaindividuais	70
3.4 O Ministério Público nos Estados	75
3.5 A intervenção política do MPPR na proteção à infância e juventude.....	76
Capítulo 4 – As representações sociais dos membros do MP Curitiba.....	80
4.1 Primeiro Caso	82
4.2 Segundo Caso	88
4.3 Terceiro Caso	96
4.4 Quarto Caso	102
4.5 Quinto Caso	109
4.6 Sexto Caso	116
Considerações Finais.....	123
Referências.....	127
Anexos	132
A – Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada.....	132
B – Questionário Via E-mail	133
C – Situação dos Promotores e Procuradores de Justiça Entrevistados.....	134

Introdução

O interesse pelo estudo do tema *juventude* acompanhou a trajetória da pesquisadora durante os últimos anos da Graduação em Ciências Sociais, refletindo-se na elaboração de Monografia de Conclusão de Curso¹ em 2004. A problemática da relação entre juventude e delinquência sempre esteve envolta a grande visibilidade social, principalmente, devido a um trabalho intenso de construção midiática, circunstâncias que nos impulsionaram para o aprofundamento das discussões acerca das origens sócio-históricas de determinadas imagens e discursos referentes à categoria juventude, que acabavam por associar a figura do jovem ao aumento da violência e da criminalidade nos centros urbanos do país.

Esta dissertação pretendeu dar continuidade à pesquisa anterior, todavia, explorando elementos que permitissem a compreensão teórico-metodológica da juventude como objeto de preocupação da pesquisa sociológica, como também das próprias políticas sociais. Nessa perspectiva, através da enorme contribuição de nosso orientador, houve a sugestão de análise das *percepções sobre juventude entre integrantes do Ministério Público de Curitiba*. Dada à relevância teórica de tal investigação, por conta da necessidade atual de pesquisas que privilegiem o entendimento de tal categoria como proveniente de determinadas práticas e discursos, optou-se pela proposta de apreensão das percepções sociais dos operadores jurídicos responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população infanto-juvenil em Curitiba.

Constatou-se haver uma carência de estudos sociológicos que analisem a categoria juventude nesta temática, constituindo-se ainda num tema marginal dentro da Sociologia. Nesse sentido, grande parte dos estudos existentes não tem considerado-a sob o aspecto da diversidade, ou seja, concebem-na como categoria homogênea. Desconsideram-se aspectos importantes da categoria juventude, como os critérios de raça, classe, gênero, etnia e localização geográfica, elementos essenciais que marcam a especificidade dessa fase do ciclo de vida do ser humano, produzindo-a enquanto categoria sócio-cultural. Entende-se que esses elementos são relações imprescindíveis para a produção de tal categoria social, demonstrando-se a relevância do estudo a respeito das percepções sobre juventude, especialmente, para a elucidação do modo como o Poder Público tem representado e atuado sobre os diversos grupos juvenis em termos de preservação da qualidade de vida da população infanto-juvenil brasileira.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar o que pensam os Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba sobre juventude. Em segundo lugar,

procura-se esclarecer o que esses profissionais fazem com o Direito, a partir de certa percepção da categoria juventude, em termos de ações destinadas a esse grupo social. Em síntese, pretende-se verificar se os discursos dos operadores jurídicos têm produzido idéias, imagens ou percepções referentes a este grupo social, que são institucionalizadas socialmente, influenciando práticas específicas destinadas à população juvenil.

Assim, a hipótese central do trabalho considera que *as idéias, percepções ou representações sociais materializam-se, mesmo que de maneira descontínua e parcial, em práticas efetivas e concretas*. Por conseguinte, as formas como os operadores jurídicos compreendem os jovens podem reproduzir ou socializar, através de práticas e discursos, determinadas representações ou estereótipos sobre juventude, que interferem decisivamente na aplicação, execução e promoção de medidas e/ou políticas concretas voltadas para o segmento juvenil.

Com base nessas questões, o estudo foi realizado mediante a aplicação de entrevista semi-estruturada com Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba que atuavam na área da Infância e Juventude no período de desenvolvimento da pesquisa (2007 e início de 2008), ou ainda, já haviam atuado, em dado momento da carreira, nessa área, demonstrando uma carreira relevante junto às crianças e adolescentes.

Além disso, destaca-se, a contribuição de Pierre Bourdieu para este trabalho, no sentido da apropriação de suas idéias no entendimento do *campo jurídico*. O Ministério Público, enquanto instituição pertencente ao campo do Direito, reúne as implicações inerentes a esse espaço social: tem um discurso próprio, carregado de significados e que gera uma eficácia específica, contribuindo, em certos momentos, para a construção da realidade social. Nesse sentido, as características do campo jurídico poderão influenciar as percepções e práticas dos integrantes deste ambiente social organizado, por isso, é de vital importância à compreensão do funcionamento do campo judicial.

A análise foi realizada integrando a trajetória de vida de cada entrevistado com os conceitos sobre juventude analisados no primeiro capítulo da dissertação. Buscou-se agrupar as concepções mais recorrentes acerca do jovem e da categoria juventude identificadas na fala dos membros do MP Curitiba, para atingirmos o entendimento de como cada operador entrevistado concebe juventude, considerando também sua atuação jurídica no âmbito do Ministério Público.

¹ Intitulada: “Os discursos em torno da redução da idade de responsabilidade penal”.

De maneira geral, o resultado da pesquisa pode concluir que os operadores jurídicos entrevistados constroem um entendimento da categoria juventude, a partir, do trabalho com as crianças e adolescentes, que desenvolvem no Ministério Público. Isso significa que o campo do direito tem exercido certa influência sobre as práticas e discursos de seus operadores. Observou-se também, nos diferentes discursos analisados, uma intensa identificação desse grupo social com os pressupostos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, principal instrumento utilizado pelos integrantes do MP Curitiba, responsáveis pela qualidade de vida da população infanto-juvenil. Não obstante as trajetórias pessoais de cada entrevistado possibilitaram a construção de diferentes imagens sobre o segmento juvenil.

A dissertação será apresentada em quatro capítulos. No primeiro, será apresentado o problema da investigação, a partir de estudos realizados recentemente acerca do entendimento da categoria juventude. Priorizaram-se as análises que evidenciam tal categoria como produto de diferentes contextos sócio-históricos e percepções sociais diversas, procurando demonstrar de que maneira a pesquisa pretende ampliar o conhecimento sociológico sobre juventudes através da apreensão das práticas e discursos dos operadores jurídicos responsáveis pela defesa dos direitos de cidadania da população infanto-juvenil. Em seguida, serão discutidas as diferentes percepções de infância e juventude cristalizadas historicamente, visando compreender se as percepções dos operadores jurídicos são, efetivamente, ou não, os reflexos das condições sócio-históricas que estes profissionais vivenciam. Além disso, ressalta-se as principais características do campo jurídico, na visão de Pierre Bourdieu.

No segundo capítulo haverá uma discussão sobre as dificuldades da pesquisa qualitativa realizada com operadores do direito, buscando auxiliar trabalhos futuros na área. Por último, examinou-se o conceito de representação social utilizado na compreensão dos discursos dos membros do MP e os critérios estabelecidos para a interpretação das informações coletadas através das entrevistas aprofundadas, que estão concentrados no método da análise dos perfis individuais.

No terceiro capítulo será discutida a atuação do Ministério Público no âmbito do Sistema de Justiça Brasileiro. Realizaremos uma reflexão sobre as mudanças sociais e políticas, que marcaram o período da Redemocratização do país e possibilitou ao Ministério Público transformar-se numa instância dedicada, particularmente, a defesa dos direitos sociais da população brasileira. Da mesma forma, analisaremos o papel do Ministério Público na atual conjuntura brasileira, incluindo alguns dados sobre a organização do MP nos Estados e a intervenção política do MPPR na questão da infância e juventude e os conseqüentes efeitos

sociais produzidos por tal instituição do Poder Público que acabam marcando a atuação de seus membros.

Finalmente, no quarto e último capítulo, as percepções sociais dos operadores jurídicos serão esmiuçadas, tendo em vista verificar como os membros do Ministério Público de Curitiba atuam, a partir de certa *visão* sobre os jovens. Consideraram-se as falas mais recorrentes dos Promotores e Procuradores de Justiça e também a trajetória de vida de cada operador do Direito, que compreende o próprio trabalho desenvolvido junto à população infanto-juvenil e o próprio entendimento desses profissionais sobre o funcionamento do Ministério Público, elementos que acabam por interferir nas percepções desses sujeitos e podem determinar práticas específicas para o segmento juvenil.

Capítulo 1 – Apresentando o tema

1.1 O objeto da investigação

Atualmente, a crescente visibilidade dos jovens no cenário nacional e as questões a eles pertinentes, suas urgências, necessidades, modos de ser e estar no mundo, de suas possibilidades e potencialidades para transformá-lo, tem suscitado maior interesse na condução de pesquisas e na produção de conhecimento sobre jovens ou juventudes, apesar de ainda constituir um tema marginal no âmbito dos estudos sociológicos no Brasil. Um balanço acerca dessa temática nas últimas décadas aponta que a maior parte das reflexões no meio acadêmico destina-se a discutir os temas e instituições na vida dos jovens (como a educação, o trabalho, a família, os direitos humanos, bem como a violência e as políticas públicas) havendo pouca incidência de análises que se dediquem aos próprios indivíduos jovens e suas vivências. Apenas recentemente houve um crescimento de estudos voltados para o entendimento dos próprios jovens, suas experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação. (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 2002; CARRANO; DAYRELL, 2006).

Diante disso, observa-se que, embora tenham sido desenvolvidos importantes estudos sobre os conceitos de juventude e até mesmo diagnósticos relevantes sobre a situação dos jovens no Brasil contemporâneo é notável a escassez de trabalhos abordando a questão *o que é juventude*, como reflexo de determinados *contextos sócio-históricos*, e também como produto da forma como a sociedade brasileira, ou mais especificamente, como diferentes grupos e instituições compreendem² essa categoria social. Bourdieu (1983) chama a atenção para o fato de que a juventude é uma categoria socialmente manipulada ou manipulável, pois é socialmente construída e estruturada de acordo com condições de classe, proximidade do poder, gênero ou raça. Alerta também para o perigo de se falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar tais interesses a uma idade definida biologicamente. Este tipo de abordagem já constituiria, em si mesma, uma manipulação evidente.

No decorrer de diferentes momentos sócio-históricos, a concepção de juventude operacionalizada pelos diversos segmentos da sociedade civil e também no interior de diferentes instituições sociais modificou-se e adquiriu inúmeros significados, dependendo da

² No sentido de perceber, são as idéias e a visão de mundo que cada pessoa tem, a partir da sua vivência e de seu cotidiano, a respeito da juventude. São categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. (MINAYO, 2000).

forma como cada indivíduo ou grupo percebe os jovens. Dessa maneira, considerou-se de extrema relevância analisar as percepções sobre juventude operacionalizadas dentro de uma instituição pública que possui uma importante relação com os jovens em termos de acesso à justiça e à cidadania: a instituição do Ministério Público (MP). Para tanto, serão investigadas as percepções e discursos sobre a juventude apresentados por operadores do direito que atuam no Ministério Público do Paraná na cidade de Curitiba, salientando que as representações sociais também são resultantes de relações dinâmicas entre as instituições e os indivíduos.

Em termos de representações ou percepções sobre os jovens, Sposito (1997) afirma que é preciso reconhecer que histórica e socialmente a juventude tem sido encarada como fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, entretanto, o modo de apreensão desses *problemas* é que se modifica conforme determinadas conjunturas históricas e processos sociais:

Assim, se nos anos 1960 a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre juventude, quase a transformando em categoria econômica. (SPÓSITO, 2002, p. 19)

No entanto, não se trata do que os jovens são de verdade, mas sim o que achamos que eles sejam tornando-se assim essa representação parte da realidade social, passível então de ser captada e interpretada. De acordo com Bourdieu (1983) a juventude é, ao mesmo tempo, uma *construção social* e um tipo de *representação* é, portanto, uma noção que apresenta características distintas de acordo com cada cultura ou sociedade, não podendo ser definida a partir de critérios exclusivamente biológicos, psicológicos, jurídicos ou sociológicos. Assim, observa-se que a definição de juventude encerra uma complexa articulação de todos esses elementos, sendo imprescindível considerá-los enquanto referencial de análise desse importante grupo social.

Analisando a realidade nacional, Abramo (1997) verificou que tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não-governamentais, que prestam

serviços sociais, devido em grande parte, a determinados processos sociais³ específicos, que tem contribuído para a institucionalização de algumas concepções sobre a juventude no país.

De modo geral, principalmente entre o senso-comum, veiculam-se dois diferentes modos de tematização da juventude brasileira, baseados em recortes classistas, que distinguem jovens originários das classes médias e abastadas e jovens oriundos das classes populares: por um lado, os jovens são definidos a partir de sua cultura e comportamento, nessa visão a juventude é reduzida a um tempo de liberdade, de prazer e de expressão de comportamentos de protesto e/ou resistência, incluindo também a noção de *transitoriedade*⁴ (transição da heteronomia da criança para a autonomia do adulto) e, por isso, se relaciona à impulsividade e até à irresponsabilidade provisória; por outro lado, temos a vinculação dos jovens (principalmente negros, pobres e moradores de regiões periféricas) a determinados problemas sociais, como violência, crime, exploração sexual, drogação, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas. (DAYREL; CARRANO, 2002; ABRAMO, 1997)

Por conseguinte, as representações mais correntes sobre juventude, ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio⁵. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção, mas também há uma grande tendência instaurada na mídia e na imprensa popular, que concentram seus esforços na divulgação de incidentes espetaculares e na tematização do caráter desviante de determinados grupos juvenis, constituídos em sua grande maioria por integrantes do sexo masculino. (WELLER, 2005)

Essas concepções, especialmente, aquelas referentes à aproximação com problemas sociais podem refletir, em alguns casos, a forma como determinados grupos sociais ou mesmo instituições do país concebem os jovens⁶ e, a partir dessa visão, tem colocado em prática

³ Importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, alterando-as profundamente. Atualmente, as transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização são provavelmente as mais importantes. Mas, ao mesmo tempo, esses fenômenos não ocorrem de maneira homogênea em todas as camadas da população (PERALVA, 2007).

⁴ A noção de transitoriedade caracteriza a juventude como *um vir a ser* tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, a confirmação do sentido das suas ações no presente. Sob essa ótica, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não se chegou a ser*, negando o presente vivido. São discursos que enfatizam as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”, percebendo os jovens como incompletos, instáveis, e mesmo irresponsáveis, entre outras características. (DAYREL; CARRANO, 2002; Levi & Schmitt, 1996; MORAES, 2005)

⁵ Entretanto, Peralva (2007) chama a atenção para o fato de que o sentimento de insegurança inspirado pelos jovens não pode ser reduzido a um efeito mecânico do crescimento da delinquência juvenil, porque lança raízes mais amplamente no conjunto de representações sociais que cada sociedade e cada época constrói sobre a sua própria juventude.

⁶ Estamos falando aqui não de qualquer jovem, mas aqueles que detêm determinados atributos de classe, raça e /ou etnia, concentrando-se na idade entre 15 a 24 anos e, principalmente, pertencentes ao sexo masculino.

ações repressivas destinadas aos indivíduos dessa faixa etária. Seria preciso uma investigação mais aprofundada sobre o tema, o que não é o objetivo do presente trabalho, mas a análise das taxas de homicídios e encarceramento de jovens nos últimos anos no Brasil podem ser evidências de ações repressivas contra os jovens em função de uma visão negativa da juventude posta em prática por alguns setores da sociedade. Conforme Lagree (1999) *apud* Sposito (2002) aponta, qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói (as práticas exprimem uma imagem desse ciclo de vida e seus sujeitos). Vejamos agora esses dados.

Numa pesquisa recente realizada por Julio Jacobo Waiselfisz (2006), a partir de dados de 2004, nota-se a crescente incidência no Brasil de mortes violentas entre a população adolescente e jovem, provocada, essencialmente, por homicídios e, em segundo lugar, por acidentes de trânsito. Os dados estatísticos indicaram que, na década de 1994 a 2004, o número total de homicídios passou de 32.603 para 48.374, um incremento de 48,4%. Entretanto, entre a população jovem de 15 a 25 anos, as mortes por homicídio nesse mesmo período passaram de 11.330 para 18.599, um aumento de 64,2%. Nota-se uma ligeira queda nos números de homicídios em ambas as faixas etárias entre 2003 e 2004, possivelmente devido às políticas de desarmamento desenvolvidas nesse período no país. Mesmo assim, as estatísticas ainda mostram taxas alarmantes de homicídios contra jovens.

Considerando outros elementos, como o item *raça* e *sexo*, a pesquisa demonstrou também dados significativos. Sobre o item *raça*, verificou-se que a taxa de homicídios dos jovens negros (64,7 em 100 mil) é 85,3% superior à taxa dos jovens brancos (34,9 em 100 mil). Quanto ao segundo item, diversos estudos, tanto nacionais quanto internacionais (MELLO, 1998; MINAYO, 1994; UNICEF, 1995), já alertaram que as mortes por homicídio, inclusive entre os jovens, são ocorrências notadamente masculinas. O trabalho de Waiselfz (2006, p. 61) apontou que só 7,9% das vítimas dos homicídios acontecidos no país durante o ano de 2004 pertencem ao sexo feminino. Entre os jovens, essa proporção é ainda menor: 6,3%. E essas proporções vêm se mantendo constantes nos últimos anos, apontando para a visibilização de outras necessidades em termos de políticas públicas que visem combater o extermínio de jovens do sexo masculino.

Em relação ao encarceramento⁷ juvenil, a SEDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) verificou que no período de 1996 a 2006 houve um aumento de 325% no número de adolescentes (meninos e meninas) cumprindo medida sócioeducativa de internação no país, ou seja, enquanto em 1996 havia 4.245 jovens internados em instituições de privação de liberdade, em 2006 subiu para 14.074 o número de adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) cumprindo medida sócioeducativa em meio fechado. Os dados da SEDH revelam que a maioria – 84% –, cometeu crimes contra o patrimônio ou foram aliciados pelo tráfico de drogas. Somente os 15% restantes envolveram-se em crimes contra a pessoa.

Apesar de esses dados alarmantes refletirem vários componentes, não sendo a proposta de análise desta pesquisa, é impossível não pensarmos na possibilidade de estar havendo certa indiferença ou até mesmo uma naturalização dos homicídios contra jovens, principalmente, os jovens do sexo masculino, negros, pobres e moradores de regiões periféricas, como também, a própria ênfase e defesa, por parte de determinados segmentos sociais, de políticas cada vez mais repressivas para o controle dessa parcela da população juvenil. Vemos através de outras pesquisas⁸ (NEV/USP, 2006) que a naturalização dos assassinatos de adolescentes decorre, também, pela questão da impunidade, já que se sabe muito pouco sobre seus agressores e, menos ainda, sobre os contextos nos quais as mortes ocorrem. Por outro lado, como afirma Alvarez (1997), os discursos atuais que defendem simplesmente a diminuição da idade de responsabilidade penal revelam essa preocupação constante com o suposto⁹ aumento da delinquência juvenil.

⁷ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os jovens que praticam qualquer ato infracional de natureza grave, são submetidos à medida sócio-educativa de internação, como medida preventiva e pedagógica, visando à recuperação desse adolescente. Entretanto, segundo o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo) em levantamento nacional efetuado em 2006 pela SEDH, as medidas em meio fechado não estão atendendo os critérios de excepcionalidade e brevidade previstos pelo ECA e estão prevalecendo sobre a aplicação das medidas em regime aberto. Além disso, as condições dessas instituições não se assemelham em nada com a designação “estabelecimentos educacionais”, estando mais próximas as cadeias para adultos e, por isso, acreditamos ser também uma experiência de encarceramento.

⁸ Pesquisa realizada pelo NEV – Núcleo de Estudos sobre Violência da USP observou a dificuldade em se registrar o resultado dos casos de homicídios contra crianças e jovens, pela disparidade entre as estatísticas de homicídio apresentadas pelos serviços de segurança pública e as estatísticas de óbito por mortalidade externa, oferecidas pelos serviços de saúde. Os dados mais recentes consistem de análise do período de 1980 a 2002 onde números de homicídios entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos foi de 16% do total de homicídios em todo país. Na faixa de 15 a 19 anos, a proporção de mortes por homicídios supera as por acidente de trânsito. Além disso, pôde-se chegar a algumas considerações relativas a execuções sumárias, linchamentos e violência policial. Do total das violações ocorridas, 14% foram cometidas contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, e a grande maioria das vítimas – 86% - é do sexo masculino. Na faixa etária de 0 a 9 anos, os casos de violência policial somam 55%. A partir dos 10 anos, começam a aparecer casos de linchamento e o número de execuções supera o número de mortes por violência policial: as execuções totalizam 53%. (PERES, 2006)

⁹ É comum observarmos, com grande destaque nos meios de comunicação, os atos de violência cometidos por adolescentes criando uma falsa impressão de aumento exacerbado da violência infanto-juvenil nos últimos anos e o caráter por demais liberal do Estatuto da Criança e do Adolescente. (ALVAREZ, 1997)

A questão é, ao conceber o jovem de uma maneira reducionista, apenas sob a ótica do problema, da forma como é percebido o jovem entre o senso-comum, as ações em prol da juventude passam a ser focadas na busca de superação do suposto “problema” e, nesse sentido, voltam-se somente para os setores juvenis considerados pela sociedade, pela escola e pela mídia como “em situação de vulnerabilidade”, ou seja, os jovens pobres. Tal postura inibe o investimento em ações com base na perspectiva dos direitos e que desencadeiem políticas e práticas que focalizam a juventude nas suas potencialidades e possibilidades, contribuindo com o processo de criminalização¹⁰ dos jovens negros, pobres e moradores de regiões periféricas.

Por outro lado, tais percepções dos jovens também têm influenciado os estudos acadêmicos sobre o tema, que acabam encerrando o conceito de juventude em esquemas modulares tendentes a homogeneizações, muitos deles não incorporando o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Nesta década, alguns autores têm se dedicado a demonstrar a importância de não considerarmos a categoria juventude como um todo, como categoria homogênea, destacando os elementos da diversidade (DAYREL; CARRANO, 2002), gênero (WELLER, 2005), classe, raça ou etnia e geográficos (MORAES, 2007), sendo elementos que determinam as múltiplas visões sobre o ser jovem e a própria pluralidade das identidades juvenis. Esta é a concepção de juventude que iremos utilizar neste trabalho.

Dessa forma, se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo ou instituição social vai lidar e representar esse momento. Por isso, as percepções sociais sobre juventude podem revelar aspectos importantes para a compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais na sociedade brasileira contemporânea.

A partir dessas constatações e da oportunidade de abertura para um novo campo de estudos sobre o tema, aponta-se à necessidade de investigar o que os membros do Ministério Público do Estado do Paraná atuantes em Curitiba pensam sobre juventude. Observamos tal instituição como órgão integrante do Sistema de Justiça brasileiro, fazendo parte do campo do Direito¹¹, que através de suas representações, linguagens e palavra autorizada, podem reforçar

¹⁰ Fenômeno que é parte integrante do processo de *criminalização da pobreza*. Entenda-se aqui como *criminalização da pobreza*, ou *criminalização da marginalidade*, na opinião de Coelho (1978), o fato de imputarmos em determinadas categorias sociais (“os marginais”) o estigma de criminoso potencial, assim como marcamos os jovens negros, pobres e moradores de regiões periféricas.

¹¹ De acordo com Bourdieu (2007) o campo jurídico é um espaço de luta pela hegemonia do poder simbólico, que é o poder de impor como o mundo vai ser visto e compreendido. Por isso, o poder do campo jurídico lhe

e até sacralizar algumas imagens da juventude, mas também, podem manter ou modificar as práticas sociais destinadas a esse grupo. É possível existir um campo de ações dentro do Direito que podem reforçar ou não certos estereótipos¹² com relação ao segmento juvenil nessa ordem de discurso, como a exemplo da percepção vigente do jovem pobre e delinqüente difundido na mídia e entre o senso-comum, por isso, vemos a importância de se estudar os operadores do Direito em relação às concepções sobre juventude, mas também para ver o que esses profissionais fazem com o Direito em termos de ações destinadas à população jovem.

Em outras palavras, a pesquisa parte da hipótese de que as percepções dos operadores do Direito (Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba) sobre a juventude nos ajuda a compreender como são concebidas muitas das ações direcionadas ao segmento jovem, isto é, pressupomos que *as idéias materializam-se, mesmo que de maneira descontínua e parcial, em práticas efetivas e concretas*. Reconhecemos a relevância do papel desempenhado por esses importantes atores políticos no país, tendo a difícil tarefa de velar para que os direitos da criança e do adolescente possam ser garantidos ou restabelecidos, quando violados e, por isso, possuem uma visão específica e também significativa sobre os sujeitos jovens.

Após essas considerações, foram levantadas as seguintes questões: de que forma os Promotores e Procuradores de Justiça do Ministério Público do Paraná atuantes em Curitiba percebem os jovens? Os discursos dos Promotores e Procuradores de Justiça têm reproduzido ou socializado – por meio de suas práticas e discursos – certas representações ou estereótipos sobre a juventude? Estas são questões que norteiam nossa pesquisa, visando esclarecer se as formas como os operadores do Direito concebem a juventude tem produzido idéias, imagens ou visões de mundo sobre os jovens que acabam por ser institucionalizadas, gerando práticas específicas destinadas a população juvenil.

Para tal objetivo, foram realizadas entrevistas com Promotores e Procuradores de Justiça da cidade de Curitiba, tendo como questão norteadora a experiência do operador do Direito e como ele percebe a juventude. Entretanto, analisando as percepções de operadores jurídicos, não podemos esquecer que os discursos do Direito possuem um significado próprio e uma eficácia específica, diversa de outros campos, por conta do *habitus jurídico* incorporado por esses agentes.

permite produzir a realidade social. É uma forma de dominação que não é vista como tal pelos que estão fora do campo jurídico, mas como ordem natural das coisas.

¹² Num objetivo mais geral, pretendemos verificar quais as concepções de juventude de Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba: são vistos como sujeitos em desenvolvimento e que necessitam de proteção ou são ameaças potenciais, principalmente, aqueles provenientes de determinada condição social, raça e/ou etnia? Em outras palavras, reforça ou não os estereótipos sobre juventude divulgados pela mídia e entre o senso-comum? A partir disso, verificaremos se tais representações têm influenciado as ações destinadas ao segmento jovem do país.

A partir do conceito de *campo* proposto por Pierre Bourdieu¹³ foram examinados os locais de circulação e de disputa entre as representações dos operadores do Direito. O universo empírico está, portanto, circunscrito a espaços sociais e a campos políticos, nos quais circulam e se disputam essas percepções.

Nas seções seguintes, será realizada uma discussão mais aprofundada sobre as imagens da juventude enraizadas historicamente, mas enfatizando também, a categoria de análise dos discursos dos Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba, ou seja, a especificidade do *campo jurídico* como campo de produção especializado revela-se no esforço das classes dominantes na tentativa de impor a sua visão de mundo e que favoreça os seus interesses. Por isso, como afirma Bourdieu (2007), as representações e discursos dos operadores jurídicos podem produzir a realidade social.

1.2 O contexto da pesquisa: imagens sobre juventude

Considerando juventude uma categoria socialmente construída e estruturada segundo determinadas condições sócio-históricas, nota-se que a forma como determinados segmentos e instituições sociais concebem os jovens modifica-se nos diferentes contextos, resultando em diferentes ações destinadas a população juvenil e, devendo, então, ser analisadas à luz das questões sociais que as produziram. Por outro lado, no caso nacional, percebe-se que as visões sobre a juventude estiveram, em grande parte dos momentos, ligadas as questões relativas à infância, não havendo uma separação categórica entre crianças e jovens, portanto, trata-se, nesta seção, de relativizar a divisão entre infância e juventude, demarcando quando necessário as diferenças entre estas duas categorias sociais.

Assim, as visões da juventude instituídas historicamente no país demonstram as diferentes definições desse grupo social, estruturadas a partir de diversos interesses, por isso, entende-se que as concepções de juventude também não foram homogêneas na realidade brasileira, mas, observa-se uma predominância de imagens operacionalizadas por setores específicos da população, visando a manutenção da ordem social. Essas diversas formas de conceber a juventude em determinados contextos sociais acabaram por especificar, excluir,

¹³ Bourdieu (1996) chama de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. E anuncia que, para o funcionamento de um campo, é fundamental haver objetos de disputa e instituições e pessoas que se disponham a disputar o jogo, o jogo da disputa pelo objeto, e que estas sejam dotadas de hábitos que impliquem no conhecimento e no reconhecimento de leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.

delimitar, classificar e, até, por construir os sujeitos jovens através de sua constante diferenciação em termos de classe, raça/etnia, gênero e idade. (SCHUCH, 2006)

Partindo da apreensão da história brasileira, verificou-se que no Brasil Colônia, as missões jesuíticas tiveram papel preponderante no processo de colonização do país, sendo a maior parte dos nativos (índios) escravizados ou até mesmo exterminados. Os jesuítas, segundo Del Priore (1998, p. 13), foram responsáveis pela conversão, cristianização e humanização dos índios brasileiros, com uma doutrina “fortemente arraigada na psicologia de fundamento moral e religioso”, e um projeto disciplinar que não dispensava açoites e castigos. Nesse empreendimento, o investimento na infância indígena era fundamental, devido a uma *percepção* dessa fase da vida como “momento oportuno para a catequese [...], uma vez que certas práticas e valores ainda não se tinham sedimentado”. (DEL PRIORE, 1998, p. 15)

Entretanto, a despeito do esforço das missões jesuíticas, os pequenos traziam consigo marcas profundas, deixadas pela cultura indígena, que emergiam na puberdade, fazendo com que os padres catequistas considerassem-na como idade *perigosa e ingrata* na qual, as raízes falavam mais alto. Del Priore (1998) destaca a adolescência indígena como fase de reingresso dos jovens aos costumes parentais, além disso, unia mamelucos, mestiços e “órfãos da terra” numa mesma luta pela sobrevivência nas adversas condições de vida que se tinha no interior do sistema colonial brasileiro.

Além disso, desde o início de nossa história, de acordo com Costa e Volpi (1992), há relatos de crianças em situação de abandono. Nas duas cidades onde a população cresceu primeiramente (Salvador e Rio de Janeiro), já se falava a muito tempo de crianças jogadas. Na Bahia, no período colonial, um sacristão leva crianças para sua casa, e não conseguindo mantê-las, leva o problema à Câmara e esta não tendo recursos autoriza o sacristão a pedir esmolas, e surge assim a primeira instituição do Brasil. A partir daí, antes de qualquer medida política do Estado brasileiro, era a igreja que tratava a questão das crianças abandonadas, através de creches e orfanatos. Depois disso, a igreja veio assumindo esta responsabilidade através das Santas Casas de Misericórdia, ordens, entidades religiosas, etc.

O período da escravidão é outro importante aspecto que merece destaque por sua grande influência no contexto das relações econômicas e sociais na colonização do Brasil. Muitas foram as crianças trazidas para serem escravas ou nascidas nesta condição durante a Colônia. Como escravos¹⁴, as crianças tinham ofícios desde muito cedo. Começavam a

¹⁴Gilberto Freyre (1987) chama atenção para as relações violentas entre senhores e negros, estes últimos considerados como propriedade do senhor e objeto de todo tipo de violência, que atingia com maior intensidade crianças, jovens e mulheres negras. Esse autor demonstra com habilidade como tais relações violentas eram a

trabalhar assim que se punham a andar e, por volta dos doze anos, estavam "adestrados" na profissão e trabalhavam como qualquer adulto, sendo considerados valiosos no mercado escravo, conforme as habilidades que conseguiam desenvolver. Os adolescentes tinham maior valor pela força que poderia ser explorada e suportada pela idade. (CUNHA; SANTANA, 2006)

Após a independência do país, com a fundação do Império, lentamente algumas leis abolicionistas foram sendo implementadas. Após 1871, momento em que a escravidão fragmentava-se, a Lei do Ventre Livre¹⁵ foi aprovada, prevendo que o filho da escrava seria considerado menor até a idade de 21 anos, ficando em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães. A controvérsia em torno dessa lei polêmica consistia no fato de estabelecer uma liberdade condicionada à vontade do senhor. Havia cláusulas restritivas, embutidas umas nas outras, no intuito de evitar a libertação de “menores”, sendo a própria evidência de que, apesar de livre, o filho da escrava não deixou de perder seu valor de mão-de-obra. De fato, como bem salientou Zero (2003), o valor de mercadoria não mais existia, mas foi habilmente substituído pelo valor-trabalho (ligado à idade da criança).

Já a criança da elite, na época do Império, era tratada com desvelos, mas também *considerada adulta nos seus pueris onze ou doze anos*. Recebia desde os sete anos o ensino das escolas, que era enciclopédico, mas cabia às famílias o estabelecimento dos princípios morais. De acordo com Cunha e Santana (2006, p. 2), há uma valorização maior da educação do que a instrução, a moralidade do que ciência, defendendo que homens instruídos não são homens de bem - condenando os mimos, o convívio com escravos domésticos, as futilidades femininas, a soberba e o orgulho senhoriais em meninos e meninas:

A educação de meninos e de meninas era diferente, pois uma valorizava a masculinidade e a intelectualidade e a outra, os trabalhos manuais. As meninas de elite começavam a ser educadas aos sete anos e tinham a sua instrução completada quando se casavam aos catorze. Os meninos também começavam aos sete anos e só concluíam quando adquiriam um diploma de doutor. Daí conclui-se que nenhuma das crianças (escrava ou livre) vivia plenamente a sua fase de infância. Possivelmente, a extensão do que se chama infância nos períodos tratados se diferenciava das idades consideradas hoje como pertencentes à infância.

base do cotidiano das relações sociais nos primórdios da *civilização* brasileira, apontando para a existência de padrões de sociabilidade violenta na sociedade escravocrata do Brasil Colônia.

¹⁵ Aprovada em 28 de setembro de 1871 tinha como conteúdo central: os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. Os ditos filhos “menores” ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

De acordo com Cabral e Souza (2004) em virtude do agravamento da situação de crianças pobres abandonadas, órfãs e “enfeitadas” – também chamadas de “expostas” – no país, decorrente dos constantes atritos entre o governo real, que cumpria mal suas responsabilidades e seus compromissos financeiros no que se referia à assistência aos “enfeitados”, e as Santas Casas de Misericórdia, foram criadas, após anos de pressões e discussões, as *Rodas dos Expostos*¹⁶. Essas instituições entrariam em crise ao longo do século XIX, pelas altas taxas de mortalidade infantil que apresentavam e também pelo ataque da medicina higiênica. Contudo, sabe-se que as mudanças históricas que ocorreram durante o final do século XIX e início do século XX na sociedade brasileira, possibilitaram a configuração de novas *representações sobre a infância e a juventude*, contribuindo para o aparecimento de novas experiências institucionais voltadas às crianças abandonadas, que levariam assim a crise das Rodas.

A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República provocaram, no rastro das grandes transformações sociais que ocorriam, *mudanças também no olhar lançado sobre as crianças e os adolescentes pobres*. No momento da virada do século XIX para o século XX, as imagens relativas à infância e à juventude adentraram definitivamente o cenário urbano brasileiro, no contexto do crescimento acelerado das duas principais metrópoles da época, Rio de Janeiro e São Paulo. Deste modo, a partir das discussões das elites a respeito de suas preocupações com o crescimento desordenado das cidades e o conseqüente aumento da pobreza urbana, organizaram-se discursos e novas estratégias institucionais para a infância e para o controle social das populações urbanas.

Este cenário é fundamental à compreensão da forma como se estruturou toda uma nova representação social da infância e da juventude brasileira, que pressupõe critérios diferenciados de tratamento para jovens e crianças de *status* sociais diferentes. Isso quer dizer que, a partir desse período, foi se estabelecendo uma concepção discriminadora e excludente da infância e da adolescência do país, visto que, abrangeu apenas aquelas crianças e adolescentes pertencentes à determinada classe e/ou população étnico-racial. Começou a se construir uma *percepção* mais apurada com relação às crianças e aos jovens, mas enfatizando a perspectiva do *disciplinamento* e do *controle*, implementada, posteriormente, através da

¹⁶ A Roda dos Expostos foi uma instituição que existiu e foi extinta na França, que existiu em Portugal e foi trazida para o Brasil no século XVIII. Os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e vadiagem (MOREIRA LEITE, 1991).

própria *escola*, sendo elementos fundamentais para a atribuição de sentido para o período da vida caracterizado como infância e juventude.

Surtem também nesse período, como observou Cabral e Sousa (2004), os institutos, os reformatórios, as escolas correcionais e são elaboradas leis na tentativa de regular a situação da infância. Ou seja, esse período é marcado pela “descoberta do menor”. O termo *menor* passa a ter nomenclatura jurídica (baseada na faixa etária) e social, como categoria classificatória da infância pobre e marginal, diferenciando-se de outros segmentos infantis da época. Londoño (1991) analisa ainda como o drama da infância abandonada é abordado nos discursos dos juristas, nos quais o “menor abandonado” é definido como um perigo para a futura sociedade, apesar de ser tratado como vítima. A criança “passa a ser enxergada como futuro, garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir”.

Nas primeiras décadas do século XX é aprovado o Primeiro Código de Menores do Brasil que possibilitou ao governo brasileiro consolidar todas as leis existentes a respeito da assistência e proteção à infância e à juventude, visando combater o crescente problema da mendicância e da delinquência precoce, fiscalizar o trabalho de menores nas indústrias e pressionar as famílias pobres a exercer controle sobre seus filhos, pois, para os governantes nacionais, somente com o controle das camadas populares seria possível assegurar a riqueza e o progresso da nação. (ALVAREZ, 1989)

De acordo com Rizzini (1995), entre 1930 e 1940, durante o período do Estado Novo, o Governo Vargas instituiu mudanças no tratamento da menoridade, ampliando a responsabilização penal para 18 anos e fixando as bases de organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Aos poucos, o problema da infância abandonada, “delinqüente” e “infratora” passa a ser encarada não como um caso de polícia, mas como uma questão de assistência e proteção, *pelo menos no plano da lei*, como forma de prevenir a criminalidade do “menor” e a do adulto.

Nos anos 40, a questão passa ao âmbito das políticas públicas e é criado o SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) e as primeiras experiências de internação dos “menores” em estabelecimentos oficiais. Décadas mais tarde o SAM será substituído pela FUNABEM (Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor) em 1964, devido às inúmeras denúncias de que as instituições do SAM haviam se transformado em “escolas do crime”. Foi depois do Golpe Militar, quando os militares assumiram o poder, que o “*problema do menor*”, entenda-se aqui as crianças e jovem pobres, começou a ser dimensionado como um problema de

âmbito nacional, devido às proporções alarmantes que o tema vinha adquirindo nesta época no país (FRONTANA, 1999).

Na metade dos anos 1970, a questão da infância pobre e delinqüente ganhou as ruas, devido à grande presença de crianças e jovens nos principais centros urbanos do país, e que encontravam nessas ruas e até nas praças, um local para sua sobrevivência e habitação. Nesse contexto, o problema da infância alcança enorme visibilidade nacional, com o apoio de denúncias da imprensa, pela situação de miséria e risco que as crianças e adolescentes pobres encontravam-se nas grandes cidades do país.

Ao final da década de 1970, o país acompanhou um processo de mobilização geral¹⁷ em favor da infância e da adolescência, movimento que ultrapassou os próprios órgãos de atendimento aos menores e que ficou conhecido como “Movimento em Defesa do Menor”, mobilizando militantes políticos, técnicos de instituições governamentais e não-governamentais, juristas reformadores etc, visando o rompimento com as antigas formas assistenciais e repressivas de atendimento aos menores. (ALVAREZ, 1997). Seguindo esse movimento, houve a aprovação do novo Código de Menores em 1979, que de acordo com Alvim e Valladares (1988) preocupou-se mais com os menores em *situação de risco*.

Em suma, o novo Código apesar das mudanças com relação ao primeiro, não representará uma transformação efetiva no atendimento à criança e ao adolescente, já que basicamente se voltará exclusivamente para o menor infrator, defendendo uma maior penalização desses sujeitos através do dispositivo chamado “prisão cautelar”, em que a criança e o adolescente suspeito de infração poderia ser internado até a conclusão das investigações, mesmo que não houvesse prova suficiente, negando-lhe o direito de defesa em liberdade. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 houve uma tentativa de rompimento com o projeto de sociedade presente nos antigos Códigos de Menores.

Para Gregori e Silva (2000), as principais etapas desse movimento em favor da infância e da juventude brasileira foram a discussão da nova Constituição Federal (aprovada em 1988) e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, eleitas como prioridade no sentido de modificação do panorama legislativo e das políticas públicas por parte daqueles setores sociais que lutavam pelo retorno da democracia no país. A aprovação do Estatuto significou a realização de várias modificações no atendimento e proteção

¹⁷ Coincidindo com a indicação de 1978 como o Ano Internacional da Criança pelo UNICEF, que levou à formação de diversas associações que se articularam a outras na defesa dos direitos da criança, influenciando assim o Estatuto da Criança e do Adolescente (PASSETTI, 1991; ALVIM e VALLADARES, 1988).

dispensados à infância e à juventude brasileira, e a principal delas concentrou-se na mudança do enfoque doutrinário da “situação irregular” previsto pelo antigo Código de Menores. Nessa legislação anterior, estava implícito que os *menores* que praticavam atos infracionais encontravam-se em situação irregular, por fazerem parte de famílias mal-organizadas ou viverem nas ruas, enquanto o ECA substitui essa condição pela da *proteção integral* a esse grupo social (VOLPI, 1997).

Deste modo, constata-se, de acordo com Almir Pereira Júnior (1992) apud Gadelha (1998), que o ECA elaborou todo um aparato legal estratégico, para assegurar a garantia e o respeito dos direitos da infância e da juventude, buscando desconstruir as idealizações históricas com relação às crianças e os adolescentes das camadas mais pobres da população, que serviram, durante muito tempo, como forma de marginalização, segregação e repressão dessa categoria social. Por outro lado, procurando abandonar a ótica penal e criminalizadora do Código de Menores, o Estatuto tem em vista acabar com a visão pré-concebida do *menor* como potencial *infrator*, deixando a cargo da ação governamental e social, as medidas para proteção e manutenção das condições necessárias para o desenvolvimento pleno da criança e do jovem.

Considerando o trabalho de investigação das percepções sobre juventude, é preciso colocar em questão certas imagens enraizadas na sociedade brasileira contemporânea, pois, quando nos detemos a esses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens até de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”, ou mesmo projetarmos nas novas gerações as lembranças, idealizações e valores da juventude de uma outra época. Agindo dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens reais, principalmente, se forem das camadas populares, constroem a sua experiência como tais, muito menos, apreender as suas demandas. Como nos lembra a antropologia, para compreender é necessário conhecer.

Nota-se, enfim, que as diferentes visões de juventude construídas ao longo da história brasileira foram fundamentais para a efetivação de medidas institucionais e legislativas, inclusive certas políticas públicas para o segmento jovem do país, demonstrando como as idéias e discursos podem materializar-se em práticas efetivas. Por isso, atualmente, a vigência de determinadas imagens da juventude difundidas, especialmente, entre o senso-comum, que apontam para a juventude pobre e que detém atributos de gênero, raça e /ou etnia, como responsáveis pelos diversos problemas sociais que o Brasil apresenta, pode estar contribuindo para a aplicação de práticas repressivas para esse grupo social, assim como, o aumento do

encarceramento de jovens que praticam atos infracionais e o próprio extermínio de adolescentes observado em estatísticas assustadoras nos últimos anos.

É papel do Ministério Público e dos próprios Promotores e Procuradores de Justiça, através da aplicação efetiva do ECA, atuar no sentido de proteger os direitos de cidadania da população jovem e contribuir para que esse tipo de percepção negativa da juventude seja combatida no contexto da sociedade brasileira contemporânea. Entretanto, não se pode reduzir a atuação do Ministério Público à proteção dos direitos da infância e juventude brasileiras, sendo de vital importância salientar a função abrangente e atual que a instituição representa, em seu trabalho com as crianças e adolescentes do país. Partindo das normas presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, foi se desenhando um atendimento abrangente para a infância e a juventude no Ministério Público dos Estados, que acabou por produzir duas categorias principais de atendimento às crianças e jovens: as crianças e adolescentes em situação de risco e os adolescentes infratores.

Por outro lado, é relevante explicitar que muitas das percepções da infância e da juventude difundidas entre o senso-comum, podem estar vinculadas a essas categorias de atendimento ao segmento infanto-juvenil, visto que, implicam em imagens ou concepções vigentes do que seria a criança e o adolescente em situação de risco e também o que seria o adolescente infrator, muitas vezes, identificado enquanto *menor infrator*. O Ministério Público parte das definições do ECA e considera a criança e o adolescente em situação de risco como aqueles que teriam seus direitos fundamentais¹⁸ ameaçados ou violados, enquanto o adolescente infrator é todo aquele entre 12 e 18 anos de idade que praticar conduta descrita como crime ou contravenção penal. (Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 103)

É possível que essas definições de infância e juventude adquiram uma eficácia simbólica, principalmente, ao serem manipuladas por autoridades jurídicas, podendo materializar-se em práticas efetivas e concretas. Principalmente, se observarmos a realidade brasileira que, segundo Abramovay (2002), demonstra como a situação de risco e a inserção na criminalidade são problemas sociais extremamente complexos, mas que tem afetado de

¹⁸ De acordo com o ECA (art. 4º), as crianças e adolescentes possuem direitos fundamentais como: efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Se tais direitos forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou ainda, em razão de sua própria conduta, a autoridade competente poderá determinar algumas medidas, como: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporário; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família substituta. (Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 98 e artigo 101)

maneira mais decisiva a qualidade de vida dos jovens pertencentes às camadas populares do país, um processo que tem reforçado ainda mais a criminalização da pobreza e, mais especificamente, a criminalização dos jovens pobres, negros, moradores de regiões periféricas e do sexo masculino.

De acordo com Miraglia (2005), para os juristas, há uma relação imediata entre direito e sociedade. Na verdade, mais do que isso, não há sociedade sem direito. Pois, para que o homem "viva em sociedade", é imprescindível que os diversos interesses manifestos na vida social, bem como os conflitos advindos desses interesses, sejam orquestrados e resolvidos. Logo, o direito teria primordialmente a função de ordenação social, sendo o Estado o meio para garantir essa ordenação. A existência do Leviatã assegura, pela violência ou, mais especificamente, pelo monopólio dela, que os homens não vivam na condição de "guerra de todos contra todos". São questões que serão discutidas no decorrer desta dissertação, porém, primeiramente, tem-se condição de extrema relevância: apresentar as implicações inerentes ao campo jurídico.

1.3 As especificidades do campo jurídico

Para a compreensão do sentido das ações e representações sociais dos membros do Ministério Público, os promotores e procuradores de justiça, é necessário analisar o funcionamento e a lógica do *campo jurídico*, elemento essencial de determinação de práticas e discursos do Direito. Para Pierre Bourdieu (1996), o social é constituído por *campos*, microcosmos, espaços ou estruturas de relações objetivas, universo relativamente autônomo de relações específicas, que possui uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. Trata-se tanto de um *campo de forças*, uma estrutura que constrange os indivíduos, os chamados agentes, nele envolvidos, quanto de um *campo de lutas*, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura¹⁹.

¹⁹ A noção de *estrutura* para Bourdieu, contrária às concepções do estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss, enfatiza a mediação entre o agente social e a sociedade, pois considera que a ação dos agentes não é simplesmente a execução e obediência das regras existentes. Saussure e Lévi-Strauss, clássicos estruturalistas, tendiam a transformar os indivíduos em simples epifenômenos da estrutura, enquanto para Bourdieu (2004), os agentes não se apresentam apenas como autômatos regulados como relógios, movidos por leis mecânicas que lhe escapam. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos agentes, no entanto, tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento, chamados por Bourdieu de *habitus*, conceito que iremos esmiuçar adiante.

Admitindo que as ações e representações sociais e individuais são produtos de um feixe de condicionamentos sociais, pode-se dizer que Bourdieu parte do “estruturalismo genético”, argumentando que o mundo social é constituído por estruturas objetivas, independentes da consciência e vontade dos agentes, e que em larga medida tendem a orientar as suas práticas e representações. Aos poucos com sua teoria, buscou ressaltar a presença de uma estrutura subjacente ao social, tanto na gênese dos esquemas de percepção e ação dos agentes quanto na constituição dos diversos campos, atribuindo aos indivíduos e às estruturas a capacidade de construção do mundo social.

Na tentativa de aprofundar a discussão sobre o campo jurídico, é preciso entender, num primeiro momento, os pontos centrais que amparam o conceito de *campo* na leitura de Pierre Bourdieu, visando acompanhar o desenvolvimento de seu pensamento sobre as propriedades específicas de determinados campos, assim como as propriedades do sistema jurídico. Nesse sentido, o campo seria o resultado de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e, como tal, são espaços estruturados de posições em um determinado momento, podendo ser analisados independentemente das características de seus ocupantes, isto é, como estrutura objetiva.

Na visão do autor, as posições na estrutura do campo são, em parte, determinadas pelos seus ocupantes e correspondem a um estado não-permanente de relações de força. Portanto, a estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, ou seja, pelo monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo, por isso, a forma como o capital é distribuído entre os agentes faz parte das relações internas ao campo, constituindo sua estrutura. Mas tal estrutura não é fixa, é produto da história das posições constitutivas dos agentes e das disposições que elas privilegiam.

Diante do contexto dos diferentes campos, de acordo com Bourdieu (2007), o direito²⁰ possui um papel determinante no processo de reprodução social e legitima inconscientemente essa reprodução. Nesse contexto, as práticas e discursos jurídicos:

²⁰ Bourdieu (2007) considera o direito como um universo social *relativamente* independente em relação às pressões externas, no qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. A violência simbólica, por sua vez, é o processo em que a classe social que domina econômica e socialmente (indivíduos, grupos ou instituições), através de mecanismos *sutis*, mas violentos, se impõe e reproduz seus mecanismos de ação, percepção e julgamento aos dominados.

[...] são, com efeito, produto do funcionamento de um *campo* cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas. (BOURDIEU, 2007, p. 211)

Nota-se que o campo jurídico se constitui historicamente e funciona de acordo com sua lógica interna de relações, inclusive com poderes para definir e legitimar os próprios *operadores do direito*. Através do campo jurídico, da luta ou concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, na qual se defrontam agentes investidos de competência²¹ social e técnica (os especialistas), é que as normas, doutrinas e estruturas legais se reproduzem. A partir da luta simbólica pelo monopólio de acesso aos meios jurídicos, vai se estabelecendo uma separação social entre especialistas e não especialistas, ou seja, entre aqueles agentes detentores do capital jurídico (que estão capacitados a interpretar os textos e regras jurídicas) e os agentes não detentores desse capital, que acabam sendo desqualificados e até excluídos do campo jurídico.

Mas também, a própria lógica de funcionamento específico do direito aponta para uma *autonomia relativa* da forma jurídica em relação ao mundo social, determinada pelas lutas no ambiente do campo do poder, que contribui para emergir um universo social autônomo, capaz de produzir e reproduzir um *corpus* jurídico relativamente independente de pressões externas. É através desse mecanismo que o Direito consegue cumprir as suas presumidas funções, atingidas mediante a qualificação e distribuição do capital específico entre os componentes desse campo (a passagem pelo curso de Direito, as Especializações, etc) e a luta interna no campo, entre especialistas autorizados, pelo direito à interpretação dos textos jurídicos. (BOURDIEU, 2007)

O conceito de campo jurídico formulado por Bourdieu, permite também que entendamos que o *campo* se define a partir de disposições socialmente constituídas que gera um conjunto de práticas de um grupo de agentes. Portanto, o conjunto de disposições pessoais criadas já no curso de Direito, escolha proveniente até da influência de carreiras jurídicas de familiares e complementadas nos primeiros anos da carreira ou em outros cursos de especialização, leva os juristas a desenvolver um *habitus* judicial que resultará na formação de toda uma visão de mundo através de categorias jurídicas.

No entanto, essas disposições só desenvolverão o *habitus*, à medida que o campo jurídico atue reforçando essas disposições ao criar um universo social autônomo em relação a

²¹ É a capacidade reconhecida de interpretar um corpus de textos que consagra a visão legítima, justa, do mundo social.

pressões externas, garantindo assim sua reprodução. Trata-se do funcionamento do *habitus* do campo jurídico, que interioriza a estrutura social e permite fundar condutas regulares, como até mesmo “prever práticas” nos diferentes campos. Para Bourdieu, o *habitus* estabelece uma mediação entre as estruturas objetivas e as condutas individuais à medida que a sociedade é depositada em cada agente através das disposições duráveis, das capacidades treinadas e propensões estruturadas para sentir, pensar e agir de maneiras determinadas. Não só o *habitus* está inscrito no agente, como o agente está situado num determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico. Isso significa que o autor consegue superar a oposição existente entre o subjetivismo e o objetivismo, entre indivíduo e sociedade, por intermédio de um conceito mediador entre as posições objetivas e as disposições subjetivas de agentes e coletividades, que é a noção de *habitus*. (WACQUANT, 2004)

Diante dessas considerações, ao remeter as discussões sobre o campo jurídico, passamos a entender que esse espaço de luta pelo direito de interpretação²² de textos jurídicos, é um espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a conversão de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado e entre profissionais que atuam por procuração e que têm em comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico. E como nos confrontos políticos ou econômicos, os agentes necessitam de um montante de capital para ingressarem no campo e, inconscientemente, fazem uso de estratégias que permitam a eles conservar ou conquistar posições, em uma luta que é tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico e que coloca em jogo os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante nesse campo. (BOURDIEU, 1983)

Aprofundando um pouco mais no tema da compreensão dos mecanismos de reprodução social do Direito, Bourdieu (2007) fala também sobre o efeito de *apriorização* presente na lógica de funcionamento do campo jurídico, que é aquele que se revela com clareza na *língua jurídica*, revelando todas as significações de uma “retórica da impersonalidade e da neutralidade”. Destaca que a utilização da linguagem jurídica (específica) produz dois efeitos principais: a *neutralização* para marcar a impersonalidade do enunciado normativo e constituir o enunciador em sujeito universal, ao mesmo tempo, imparcial e objetivo; e a universalização, que exprime a generalidade e a ominitemporalidade da regra do direito, referência a valores trans-subjetivos que pressupõem a existência de um consenso ético.

²² De acordo com Bourdieu (2007), a própria leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que se encontra no texto jurídico em estado potencial.

Nas representações ingenuamente idealizadas do Direito, constrói-se a imagem de neutralidade e universalidade das normas, regras e decisões jurídicas, que na verdade, tem por objetivo, a legitimação e a consagração do espaço jurídico como instância de resolução pacífica dos conflitos. Mas é a partir dessa capacidade reconhecida dos operadores do direito de interpretar e aplicar os instrumentos normativos, que o Direito impõe uma visão legítima do mundo social, e por isso, é um importante instrumento para o processo de manutenção de determinada ordem social e econômica.

Ao considerar a existência de uma disputa que se estabelece no interior do campo jurídico, afastou-se determinantemente a idéia de “neutralidade” e “universalidade” desse campo, por ser um efeito *construído* para a reprodução da ordem jurídica através de esquemas legítimos de interpretação e aplicação do Direito. Por outro lado, devemos observar também que o discurso jurídico é produzido a partir de um *habitus*²³ lingüístico do campo jurídico; e isto implica certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas, com um discurso estilisticamente caracterizado que lhe confere, ao mesmo tempo, uma competência técnica e uma capacidade social, para usá-lo em situações determinadas.

Estas são as condições que marcam a expressão de todo o funcionamento do campo jurídico:

Esta retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, que pode ser o princípio de uma autonomia real dos pensamentos e das práticas, está longe de ser uma simples máscara ideológica. Ela é a própria expressão de todo o funcionamento do campo jurídico e, em especial, do trabalho de racionalização, no duplo sentido de Freud e de Weber, a que o sistema das normas jurídicas está continuamente sujeito, e isto há séculos. (BOURDIEU, 2007, p. 216)

Dessa forma, a autonomia, a neutralidade e a universalidade resumem a postura universalizante presente no funcionamento do campo jurídico, que constitui o verdadeiro direito de entrada no campo. A postura dos intérpretes dos textos jurídicos, de luta simbólica permanente pela interpretação autorizada desses textos, faz definições diferentes defrontarem-se do trabalho jurídico (há uma divisão do trabalho), resultando na elaboração de um corpo de regras e de procedimentos com pretensão universal. Isso acontece tendo em vista que a significação prática da lei, não se determina realmente senão na confrontação entre diferentes corpos animados de interesses específicos divergentes, gerando assim a sua eficácia.

²³ O *habitus* lingüístico do campo jurídico representa as disposições adquiridas através da qualificação profissional do Direito e do próprio trabalho jurídico, gerando um discurso específico que visa à manutenção da ordem social dada.

Sobre a eficácia simbólica das regras e normas jurídicas, Bourdieu (2007, p. 218) ainda acrescenta:

A própria forma do *corpus* jurídico, sobretudo o seu grau de formalização e de normalização, depende sem dúvida muito estritamente da força relativa dos «teóricos» e dos «práticos», dos professores e dos juízes, dos exegetas e dos peritos, nas relações de força características de um estado do campo (em dado momento numa tradição determinada) e da capacidade respectiva de imporem a sua visão do direito e da sua interpretação.

Para o autor, apesar da luta pela concorrência nas interpretações dos textos jurídicos revelarem um antagonismo entre os intérpretes, derivado principalmente das diferentes espécies de capital jurídico (competências técnicas e sociais desiguais), esse aspecto contribui com uma forma sutil de *divisão do trabalho de dominação*. Nessa forma de dominação, os adversários, em termos de interesses diferenciados, se tornam cúmplices e auxiliam uns aos outros. Isso ocorre devido à *cadeia de legitimidade* que interliga (apesar do conflito entre visões de mundo antagônicas) desde os juristas até outros teóricos do direito, ou mesmo a polícia e o guarda prisional, sinalizando para uma complementaridade funcional dinâmica do campo jurídico.

Por isso também a decisão jurídica, ou melhor, a interpretação de regras e normas do Direito não traduz uma imparcialidade ou uma aplicação fiel da regra por um jurista ou magistrado qualquer. A interpretação da regra que se impõe, como aponta Bourdieu (2007, p. 224) através do *verdicto* como resultado da luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais: “capazes de mobilizar [...] os meios ou recursos jurídicos disponíveis, pela exploração das «regras possíveis» e de os utilizar eficazmente [...] como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa”.

De fato, a decisão judicial adquire eficácia simbólica a partir do momento em que é reconhecida como legítima por aqueles que são submetidos a ela, ou seja, quando há o verdadeiro convencimento de que o *verdicto*, nada mais é, que o resultado da aplicação das normas do Direito, e nem de longe expressaria a vontade ou a visão de mundo dos juízes, promotores, advogados, etc.

A eficácia do Direito é percebida ao transformar conflitos inconciliáveis de interesses, em trocas reguladas de argumentos racionais entre sujeitos iguais (“um diálogo entre peritos”), isto é, promovendo soluções *socialmente* reconhecidas como imparciais. Devido à

suas regras formais e uma lógica²⁴ coerente, o Direito é visto como uma doutrina que está acima dos conflitos, pressões ou antagonismos externos, desempenhando um papel determinante na reprodução social, consagrando assim a ordem estabelecida.

Bourdieu (2007) acredita que o Direito, ao consagrar a ordem estabelecida, consagra uma visão desta ordem, que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Por isso, a prática jurídica e a coerência imanente dos textos jurídicos dificilmente vão desfavorecer aos dominantes, estando adequados aos interesses, valores e à visão de mundo dos dominantes. Para que o campo jurídico garanta sua legitimidade proveniente da adesão dos interesses dominantes é necessário utilizar-se da técnica jurídica da *universalização*, cujo efeito é transformar as regras jurídicas em normas universais e exercer assim a dominação simbólica²⁵:

A norma jurídica, quando consagra em forma de um conjunto formalmente coerente regras oficiais e, por definição, sociais, «universais», os princípios práticos do estilo de vida simbolicamente dominante, tende a *informar* realmente as práticas do conjunto dos agentes, para além das diferenças de condição e de estilo de vida: o efeito de universalização, a que se poderia também chamar efeito de *normalização*, vem aumentar o efeito da autoridade social que a cultura legítima e seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica. (BOURDIEU, 2007, p. 246)

É uma forma de impor, universalmente, uma representação de regras e práticas regulares como normais, transformando-as em regra de direito, em relação à qual todas as demais práticas diferentes passam a ser vistas como desviantes, anormais e até patológicas. Um exemplo disso foi a expansão do direito de família, ao normalizar práticas familiares da classe dominante, que contribuiu para a generalização de um modelo de unidade familiar, que tinha como objetivo favorecer a pequena empresa e sua reprodução.

Todos esses aspectos são de vital importância para o entendimento de que o Direito é a forma por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força, de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele faz o mundo social, mas com a condição de não esquecer que ele é feito por este. Enfim, o Direito possui aspectos caracterizadores que norteiam suas ações. Há alguns procedimentos que têm que ser seguidos sob pena de invalidar o processo. Ele tem suas exigências a exemplo da qualificação das pessoas que o discutem.

²⁴ Nas palavras do autor, a lógica do campo jurídico atende aos interesses de conservação do próprio campo e de suas regras de funcionamento, assim como aos interesses dominantes, pois a visão de mundo dos agentes jurídicos não se opõe a visão de mundo dos dominantes. (BOURDIEU, 2007)

²⁵ Bourdieu (2007) define dominação simbólica como a imposição da legitimidade de determinada ordem social.

Entretanto, nenhum desses aspectos deve permitir que o direito se distancie dos seus usuários, que na opinião de Bourdieu (2007), só ocorrerá à medida que aumentar a força dos dominados no campo social e a de seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo jurídico. Nesse contexto, o autor afirma que os efeitos negativos do campo jurídico, ao reproduzir e legitimar a ordem dominante serão neutralizados no momento em que os dominados possam encontrar no campo científico e político, os princípios de uma argumentação crítica que tem em vista: “fazer do direito uma «ciência» dotada de sua metodologia própria e firmada na realidade histórica, por intermédio, entre outras coisas, da análise da jurisprudência”. Assim não se tornará uma arma de dominação de regimes totalitários ou um mecanismo de favorecimento apenas para alguns indivíduos.

A apreensão dessas relações e de como abordar as percepções de Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba sobre juventude será o tema de nosso próximo capítulo, a partir da discussão de nossa metodologia de trabalho, destacando as particularidades da pesquisa com operadores jurídicos.

Capítulo 2 – As implicações do estudo com operadores jurídicos

“Sou absolutamente contrário ao anonimato, assim como, o uso indevido e descontextualizado das expressões e idéias publicadas, deve-se, pois, ser fiel à fonte. O anonimato é uma corruptela para quem deseja se esquivar de assuntos polêmicos, e, dos atozes que levianamente deturpam as palavras, sentidos e idéias alheias”. (Promotor de Justiça, entrevista de campo, jan. de 2008).

Numa observação mais geral sobre o Ministério Público e suas atribuições na sociedade brasileira contemporânea, pode-se pensar que todas as mudanças legais e constitucionais ocorridas nas duas últimas décadas, como vimos no capítulo anterior, referentes ao funcionamento da instituição, já seriam suficientes para uma análise da novidade que representa o MP brasileiro hoje. No entanto, tão ou mais importante que os aspectos formais dessa mudança, é o âmbito da *ação concreta dos integrantes dessa instituição*, elemento central para a compreensão dos limites e/ou avanços concretos da nova atuação do Ministério Público, especialmente, no tocante à defesa dos direitos de cidadania da população infanto-juvenil brasileira. Pretende-se investigar aqui, se as representações sociais dos Promotores e Procuradores de Justiça possuem uma eficácia em termos de práticas, influenciando ações específicas destinadas aos jovens.

Dessa forma, no estudo das representações sobre a juventude através da análise das concepções de membros do Ministério Público do Paraná que atuam em Curitiba, ou seja, entre Promotores e Procuradores de Justiça, acreditamos desvendar uma problemática útil para o entendimento de algumas importantes representações sobre juventude apresentadas por determinados operadores do direito. Igualmente, salientamos que durante diferentes momentos da história do país, certas imagens da juventude foram sendo operacionalizadas por diversos grupos e instituições sociais, por isso, consideramos relevante realizar uma discussão mais aprofundada sobre as principais visões da juventude presentes em determinados contextos sócio-históricos do país e foram decisivas na elaboração de políticas específicas para esse grupo social.

Com efeito, percebeu-se a inexistência de trabalhos sobre a juventude que analisem a produção dessa categoria social como produto de diferentes contextos sócio-históricos e também como efeito da manipulação dessa categoria por instituições centrais da sociedade

brasileira, a exemplo do Ministério Público, órgão singular do Sistema de Justiça do país. Foi visto no primeiro capítulo, que o campo jurídico é um espaço social onde concorrem interesses diversos, por meio de práticas e discursos, mas que tem como resultado a produção da realidade social, impondo uma representação oficial do mundo e que orienta as diferentes práticas sociais. Diante dessas condições, a hipótese central da pesquisa busca confirmar que as representações dos operadores jurídicos do MP Curitiba têm produzido uma visão oficial da juventude, originando práticas específicas para a população jovem.

Esta proposta de trabalho remete à discussão dos caminhos trilhados para o desenvolvimento de nosso objeto de pesquisa, sendo peculiar à trajetória da investigação, pelo simples fato de estarmos trabalhando com operadores do direito, aspecto fundamental para a definição de nossa metodologia de pesquisa. Por outro lado, diante das dificuldades encontradas em estudar a área jurídica, percebemos a necessidade de abordar também alguns fragmentos do diário de campo da pesquisadora, aspecto geralmente esquecido no decorrer das pesquisas acadêmicas, mesmo sendo o principal objeto de trabalho para nós pesquisadores, por isso, temos com essa discussão o intuito de auxiliar trabalhos futuros nesse campo profícuo de investigação.

Acentua-se também, o âmbito do encaminhamento metodológico da pesquisa, fundamentado na análise das *representações sociais* de operadores jurídicos do Ministério Público de Curitiba, por isso, a importância de uma reflexão sobre o conceito de representações sociais na visão de Maria Cecília de Souza Minayo (2000) e sobre a escolha metodológica de análise dos perfis individuais presentes nos trabalhos de Bernard Lahire (2006). Investigando o MP enquanto instituição atuante do *campo jurídico*, de acordo com a leitura de Pierre Bourdieu (2007), será utilizada também a categoria de análise dos *perfis individuais* para a análise das percepções e discursos dos Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba. A opção pela análise dos perfis individuais foi prevista devido à condição peculiar desta pesquisa e, principalmente, ao universo reduzido de sujeitos investigados, questões que serão exploradas nas seções seguintes.

Diante disso, o presente capítulo concentra-se na análise das particularidades do estudo com operadores do direito, realizando uma breve discussão sobre as condições de efetivação do trabalho realizado com operadores jurídicos, suas particularidades e a própria opção metodológica na compreensão dos discursos dos Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba. A apreensão da forma específica do discurso jurídico pode nos auxiliar de maneira significativa na análise das percepções de profissionais do Ministério Público com relação ao segmento infanto-juvenil.

3.1 O estudo dos membros do MP Curitiba e a pesquisa qualitativa

Os percalços que levaram à pesquisadora ao estudo das percepções sobre a juventude no interior do MP Paraná, a partir da análise dos discursos de Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba, foram de extrema importância para o desenvolvimento do objeto de investigação. Essa perspectiva de estudo sobre a juventude²⁶ nem sempre esteve muito nítida, sendo resultado de longas conversas com o orientador, que soube reunir todos os núcleos de interesse da pesquisadora e transformá-los num problema de pesquisa, diferente até mesmo do projeto apresentado à banca de seleção do Mestrado, que consistia inicialmente num estudo sobre uma instituição total.

Nesse contexto, a intervenção do orientador foi fundamental para o presente diagnóstico, indicando até mesmo os problemas inerentes ao projeto original, que demandaria tempo para a sua resolução, e alertando também sobre o possível desgaste causado ao pesquisador nesse tipo de pesquisa, quando a qualidade do projeto a ser executado apresentasse prejudicada. A partir dessas discussões, muitas idéias foram surgindo até que o esboço de nosso problema estivesse totalmente definido.

O estímulo da pesquisadora pelo tema é devido, em grande parte, à identificação pessoal e teórica, com questões relacionadas à compreensão das formas e conseqüências de importantes relações sociais entre os jovens e determinados setores da sociedade brasileira contemporânea, permitindo também o diagnóstico da atual condição juvenil em nosso país. Ao analisar os *discursos* de Promotores e Procuradores de Justiça, que trabalham ou já atuaram junto aos adolescentes, será possível observar como esses atores sociais concebem a juventude e os efeitos produzidos em termos de *ação*, visto que (ao menos em tese!), os integrantes do MP são os responsáveis pela defesa dos direitos pertinentes à população infanto-juvenil e atuam no sentido de promover o exercício dos direitos elementares à cidadania desse grupo social.

Optou-se por selecionar apenas os profissionais do MP do Paraná, promotores e procuradores, que estão ligados de alguma forma com as questões da infância e da juventude, por conta do objetivo da pesquisa e, também, devido ao tempo disponível para operacionalização do trabalho, critério decisivo para a seleção dos sujeitos a serem pesquisados na investigação. Outro critério estabelecido, que influenciou na delimitação dos sujeitos investigados, foi à determinação da cidade de Curitiba como campo de observação,

²⁶ É preciso salientar a carência de produção acadêmica no Brasil sobre esta problemática.

parâmetro relevante para a elucidação de nosso problema e que também implicou em algumas condições específicas para o desenvolvimento do trabalho científico.

Ressalta-se que a cidade de Curitiba, local definido para a pesquisa, é considerada uma Comarca²⁷ de entrância Final (estando a Final localizada na capital dos Estados) e quanto maior a Comarca, maior o grau de especialização do trabalho das Promotorias de Justiça, visando à eficácia na resolução das questões jurídicas. Assim, encontramos em Curitiba promotores especializados, que trabalham na área criminal, na defesa da infância e juventude, da pessoa idosa, do patrimônio público, do meio ambiente, das pessoas com deficiência física e mental, cidadania, consumidor, entre outras. Já nas Comarcas menores, o promotor faz de tudo um pouco.

É interessante observar que, no início da pesquisa, ainda, não havia a idéia da amplitude e da complexidade do trabalho do MP na área Infanto-Juvenil, talvez pela própria influência da figura estereotipada do Promotor de Justiça como um acusador implacável. A compreensão mais clara e fiel à realidade de tal trabalho²⁸ foi desenvolvida durante o decorrer das entrevistas.

Da mesma forma, observou-se que em Curitiba, dentro de cada uma das áreas específicas (crime, cível, etc), há outras divisões ou subdivisões internas, tendo uma grande especialização do trabalho com a infância e a juventude, que concluímos ser de extrema relevância para a obtenção de dados mais significativos para a pesquisa. Além disso, existe uma distinção para o Ministério Público com relação ao trabalho junto à infância e juventude que é a “criança ou adolescente em situação de risco” e os “adolescentes infratores”²⁹, orientando os diferentes setores que tratam da defesa dos direitos da infância e juventude. Assim concluímos existir certa “sub-especialização” de atribuições do Ministério Público com relação à infância e juventude, demonstrando a complexa atuação da instituição, que ao mesmo tempo, promove e assegura direitos, protege as crianças e jovens em situação de risco, mas também processa e puni adolescentes que cometeram atos infracionais.

Cada uma dessas áreas possui uma função específica com relação à defesa dos direitos da infância e da juventude, e suas atribuições e cargos são designados mediante proposta do

²⁷ É o território compreendido pelos limites em que termina a jurisdição de um juiz de direito. Pode ser Inicial, Intermediária ou Final, de acordo com o tamanho da população. (SILVA, 2001, p. 77)

²⁸ Já afirmamos nos capítulos anteriores que o trabalho do MP na área infanto-juvenil é bastante complexo, englobando várias e diferentes funções, dentre elas: processar, punir, amparar, proteger, promover direitos, assegurar direitos etc.

²⁹ No terceiro capítulo será realizada uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de criança ou adolescente em situação de risco e adolescentes infratores.

Procurador-Geral³⁰ de Justiça, aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça conforme previsto na Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

Todas essas informações foram recolhidas em conversa informal com integrantes do Ministério Público e através de estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado, mas que também esclareceram haver um número relativamente *reduzido*³¹ de Promotores da Infância e Juventude no município, apenas dois atuando em cada área específica em Curitiba. Somente o Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente não atua diretamente com crianças e jovens, pois os Centros de Apoio Operacional são órgãos do gabinete do Procurador-Geral de Justiça, formuladores da política de atuação em cada área específica, mas que também atuam no auxílio ao trabalho dos membros do MP, quando solicitados. Aos Centros de Apoio Operacional cabe também promover a integração entre as Promotorias que atuam na mesma área, ou seja, promover a boa atuação da Justiça da Infância e Juventude.

Por outro lado, essa grande especialização da Promotoria da Infância e da Juventude de Curitiba demonstrou também a existência de situações adversas e, às vezes, até inesperadas, com relação aos sujeitos da pesquisa, principalmente, por dificuldades de *acesso* aos membros do Ministério Público. Passaremos a esmiuçar essa questão adiante. Antes de discutir as implicações recorrentes da escolha da cidade de Curitiba como *campo de investigação*, é preciso esclarecer alguns aspectos sobre o funcionamento *formal* do Ministério Público do Paraná, principalmente relativos à estruturação da instituição em termos de cargos e funções. A tabela 2 foi elaborada a título de exemplificação:

³⁰ O Procurador-Geral de Justiça (PGJ) é o chefe do Ministério Público e tem algumas atribuições exclusivas neste cargo, como administrar o Ministério Público, seu orçamento, seus recursos humanos e materiais e representa sempre a Instituição. E tem atribuições processuais exclusivas, previstas na legislação. Cabe ao PGJ representar o Tribunal de Justiça nos casos de inconstitucionalidade de leis e/ou atos normativos estaduais ou municipais, levando-se em conta a Constituição Estadual. Nos casos de necessidade de intervenção do Estado no município, o PGJ tem competência para representar ao Tribunal de Justiça local. Quando o réu tem direito a foro especial ou privilegiado (ser julgado pelo Tribunal de Justiça), cabe ao PGJ o dever de atuar nesses casos (quando da ocorrência de crimes praticados por Promotores, Juízes, Prefeitos, Deputados Estaduais, Secretários de Estado, etc). (SILVA, 2001)

³¹ Quando afirmamos ser um número reduzido de promotores trabalhando com a infância e a juventude, queremos dizer que para a pesquisa trata-se de um universo muito pequeno para análise, podendo comprometer os resultados da pesquisa. Tentamos resolver essas questões da melhor maneira possível e iremos discutir esse aspecto adiante.

Tabela 2 - Organização do Ministério Público do Paraná - 2007

<i>Órgãos de Administração</i>	<i>Órgãos de Execução</i>	<i>Órgãos Auxiliares</i>
<p>São órgãos do Ministério Público:</p> <p>I) Da Administração Superior:</p> <p>a) a Procuradoria Geral de Justiça;</p> <p>b) o Colégio de Procuradores de Justiça;</p> <p>c) o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;</p> <p>d) Conselho Superior do Ministério Público;</p> <p>e) Corregedoria-Geral do Ministério Público.</p> <p>II) De Administração:</p> <p>a) as Procuradorias de Justiça;</p> <p>b) as Promotorias de Justiça.</p>	<p>São órgãos de execução do Ministério Público:</p> <p>- o Procurador-Geral de Justiça;</p> <p>- os Sub-Procuradores-Gerais de Justiça;</p> <p>- o Conselho Superior do Ministério Público;</p> <p>- os Procuradores de Justiça;</p> <p>- os Promotores de Justiça.</p>	<p>São órgãos auxiliares do Ministério Público:</p> <p>- a Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça;</p> <p>- a Coordenadoria de Recursos;</p> <p>- os Centros de Apoio Operacional;</p> <p>- o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional;</p> <p>- a Comissão de Concurso;</p> <p>- os órgãos de Apoio Administrativo;</p> <p>- os Estagiários.</p>

Fonte: Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. Lei Complementar n. 85 de 27 de dez. de 1999.

Dentre essas informações, consideramos relevante destacar que as carreiras de promotores e procuradores de justiça se situam como os órgãos principais de execução do Ministério Público, sendo assim os responsáveis pelas atividades-fim da instituição. Entretanto, salientamos também que o Procurador-Geral de Justiça (que é o chefe do Ministério Público), o Colégio de Procuradores (composto por todos os Procuradores de Justiça do Estado do Paraná, que são em número de 79 em exercício na função) e a Corregedoria-Geral (órgão orientador e fiscalizador da conduta dos membros do Ministério Público) são peças imprescindíveis para a manutenção da instituição por cumprirem tarefas executivas e administrativas de extrema relevância para o funcionamento do MP.

Outro aspecto referente à atuação dos membros do Ministério Público refere-se à inexistência de subordinação hierárquica na instituição, como aponta Silva (2001, p. 73):

[...] graças à *independência funcional*, uma das principais garantias constitucionais estendidas aos membros do Ministério Público, estes teriam como limites, no cumprimento de suas funções, apenas as leis e a Constituição. Assim, promotores e procuradores de justiça não são considerados “funcionários públicos hierarquizados”, não dependendo de portarias, instruções e ordens de órgãos superiores do Ministério Público para agir. A *independência funcional* lhes asseguraria, no cumprimento de suas atribuições constitucionais, liberdade perante os órgãos da própria instituição.

Isso significa que, pelo menos, em tese, a atuação de cada promotor ou procurador de justiça pode variar essencialmente, devido ao princípio de *independência funcional* assegurado por lei. Além desse princípio, os membros do Ministério Público também possuem outras garantias constitucionais asseguradas, como a *vitaliciedade* (não há perda do cargo por decisão administrativa, somente por sentença judicial, na esfera cível ou penal), a *inamovibilidade* (não podem ser removidos de seu cargo ou função, salvo decisão do órgão superior do Ministério Público) e a *irredutibilidade* de vencimentos (os salários dos promotores e procuradores de justiça não podem ser reduzidos, apenas com mudança na Constituição Federal), que permitem ainda maior liberdade e independência desses profissionais em suas esferas de ação.

Além disso, a carreira³² no Ministério Público obedece a critérios de *antiguidade e merecimento*, que irão orientar a promoção em diferentes cargos da instituição. O ingresso no Ministério Público se dá através de *concurso público* para *promotor de justiça*, quando se inicia a carreira como *substituto*, durante um período de dois anos em uma Comarca³³ de entrância Inicial (cidades de pequeno porte), os quais serão avaliados pela Corregedoria-Geral. Após esse período é que o promotor irá adquirir vitaliciedade no cargo, sendo promovido para Comarcas de entrância Intermediária (cidades de porte médio) e assim, sucessivamente, conforme o tempo de trabalho no Ministério Público, até chegar as Comarcas de entrância Final ou Especial, em que o promotor pode trabalhar ao lado de outros colegas e em áreas jurídicas bastante especializadas, tendo condições de alcançar o último patamar da carreira, tornando-se *procurador de justiça*.

Verificou-se também, haver uma nítida separação entre os Promotores da Infância e Juventude que atuam na *prática* com crianças e jovens, no atendimento às crianças em situação de risco, colocação em família substituta e aos adolescentes infratores, e entre aqueles que *auxiliam*, através de orientações pelo CAOP da Criança e do Adolescente, no *funcionamento* das Promotorias. Essa situação poderia incorrer num outro obstáculo para a pesquisa, mas isso não ocorreu, principalmente, ao sabermos que alguns dos promotores que hoje atuam no CAOP da Criança e do Adolescente (ou outros Centros de Apoio e Procuradorias), por exemplo, já haviam atuado na prática em momento anterior, em outras áreas, como a Vara de Adolescentes Infratores ou da Infância e Juventude, condições que também poderiam intervir na maneira com que esses

³² Todas essas informações foram coletadas durante as entrevistas com os promotores e procuradores de justiça de Curitiba.

³³ De acordo com Silva (2001, p. 77) apud França (1977, p. 153), o termo Comarca refere-se a cada um dos distritos ou circunscrições judiciárias, em que se divide o Estado federado, de acordo com a sua Lei de Organização Judiciária. Cada Comarca tem sua Promotoria de Justiça, que está instalada no fórum ou em sede independente.

profissionais percebem os jovens³⁴, tornando-se um campo cada vez mais significativo para análise.

Outra questão relevante a ser analisada, é que muitos promotores, na época da pesquisa, que estavam trabalhando na área da Infância e Juventude nem sempre estiveram atuando nessa função, pois os membros do MP são *designados* para determinadas funções ou áreas, não havendo escolha por parte deles. Na verdade, percebemos não ser tão correto afirmar que determinado promotor, é um Promotor da Infância e Juventude, mas sim que no momento estaria atuando nessa área. Por isso, nem todos os Promotores de Justiça que atuam com a infância e a juventude possuem uma identificação pessoal com a área de trabalho, mas em determinados casos sim, aspecto igualmente significativo para a pesquisa.

A intenção inicial era analisar os discursos dos *Promotores* da Infância e Juventude, que atuam em Curitiba, na defesa dos direitos das crianças e jovens, pelo fato da Promotoria da Infância e Juventude, conforme definiu um dos próprios sujeitos da pesquisa, abranger inúmeros Juízos de Direito com destinações diferenciadas para tratamento de matérias específicas como: Vara de Adolescentes Infratores, Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, Vara da Infância e da Juventude (que designa duas atuações diferentes, a Colocação em Família Substituta e o Atendimento às Crianças em Situação de Risco) e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, além do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Educação e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Portador de Deficiência.

Mesmo com todas essas condições, havia ainda uma amostra reduzida de sujeitos, contando apenas com sete promotores, na época da pesquisa, atuando junto à Infância e Juventude e isso considerando a possibilidade de que todos os promotores da área participassem do trabalho. Recorreu-se, então, a outras fontes de investigação, como aplicação de questionários e a seleção de algumas falas institucionais presentes em manifestações jurídicas como as medidas judiciais, ações civis públicas, mandados de segurança, representações, ações mandamentais, ações de execução, mandatos preventivos e medidas cautelares. Estendeu-se, também, a análise a outros promotores e até procuradores de Curitiba, que em dado momento da carreira já haviam trabalhado na área da Infância e Juventude ou tiveram papel decisivo na constituição de políticas e medidas voltadas à defesa da população infanto-juvenil.

Definidos esses parâmetros, foi decidida pela utilização de metodologias qualitativas para abordagem do objeto de pesquisa, por serem as mais adequadas para se tentar penetrar nas

³⁴ Entendemos que um profissional que trabalha no dia-a-dia envolvido com todas as questões que envolvem a infância e a juventude, terá uma visão diferenciada sobre as crianças e os adolescentes, em comparação àqueles outros profissionais que somente avaliam os processos. Esse é um dado significativo para a pesquisa que buscou-se observar com as entrevistas.

construções sociais relativas à infância e à juventude, elaboradas por categorias socialmente consagradas, como os integrantes do MP. O uso das metodologias qualitativas é uma passagem quase que obrigatória para quem quer estudar a fundo o que poderia haver de específico na experiência social e não encontra os instrumentos apropriados nas categorias fabricadas para dar conta da totalidade dos fenômenos. (RAYOU, 2005)

Na opinião de Zanelli (2002), em geral, as pesquisas qualitativas preocupam-se mais em desenvolver conceitos do que aplicar conceitos pré-existentes, estudar casos particulares mais do que abarcar populações extensas e descrever os significados das ações para os atores, mais do que codificar eventos. Dessa forma, a análise das percepções dos membros do Ministério Público enquadra-se nessa perspectiva, considerando que a abordagem qualitativa está implícita na forma como foi observado o fenômeno social investigado, isto é, as *representações* dos membros do Ministério Público do Paraná em relação à *infância* e à *juventude*, as quais são detectadas mediante aplicação de recursos qualitativos de coleta de dados, como a exemplo da entrevista semi-estruturada.

A prática da entrevista individual semi-estruturada pareceu perfeitamente adequada para fazer aparecer as concepções que subentendem a relação dos jovens com os operadores jurídicos, gerando informações consistentes para o entendimento da categoria juventude, na visão dos profissionais do MP. Patrick Rayou (2005) ainda afirma que, a entrevista dá acesso a uma generalidade dos comportamentos os quais fazem sobressair as grandes lógicas e os dispositivos que os sustentam. Detectar estas generalidades não é descobrir um mundo à parte, mas acessar os esquemas de ação de grupos sociais determinados, demonstrando o papel relevante e fundamental da entrevista em pesquisas qualitativas.

Também foi percebido que a entrevista faz aparecer categorias por intermédio das quais os atores contribuem à construção do seu mundo social. Tais categorias ajudam a reconstituir um espectro das respostas possíveis diante das situações vividas e, conseqüentemente, possibilita avaliar as representações elaboradas desse contexto social. Partindo dessas considerações, optamos pela realização da entrevista semi-estruturada, na qual foi elaborado um roteiro de tópicos relacionados ao problema da pesquisa, que foi utilizado como guia, mas dando liberdade ao entrevistado para desenvolver cada um dos tópicos à vontade.

De acordo com Boni e Quaresma (2005), através da entrevista, os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos, mas também é a técnica mais adequada para a coleta de dados subjetivos, pois, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. Por isso, essa técnica de coleta de

dados apresentou-se mais adequada ao objeto de investigação: analisar as percepções de integrantes do Ministério Público do Paraná em relação à juventude³⁵.

Porém, Narita (2006) ressalta que não podemos reduzir a entrevista a uma situação estanque, em que o acesso à realidade se dá apenas pelo discurso, para não cair numa armadilha metodológica, expondo a realidade mais como objeto de desejo do pesquisador e/ou do entrevistado. Enquanto que, observando também o cotidiano das pessoas, vivenciando as práticas junto aos sujeitos, aparecem as dissonâncias e as diferenças entre o dizer e o fazer e as tensões vividas nas relações sociais. Entretanto, o tempo hábil para a execução da pesquisa implica na definição de eixos norteadores, que nessa investigação reside na análise dos *discursos* para a compreensão de como os membros do MP concebem a juventude, enfatizando que o discurso é a forma com que esses sujeitos irão explicar e interpretar a sua prática, mas isso não significa que seja a maneira como eles agem na realidade social.

3.2 A pesquisa com operadores jurídicos

Nota-se que existem certas especificidades em se pesquisar e trabalhar com grupos colocados em uma posição privilegiada no sentido de agir sobre a realidade, assim como: legisladores, planejadores de políticas públicas, juízes, procuradores de justiça, etc. De acordo Schuch (2006) trata-se de um universo institucionalmente relacionado com a questão do poder, aspecto que necessita ser discutido para que possamos atentar para as singularidades do diálogo entre operadores jurídicos e acadêmicos, na tentativa de evidenciar as relações existentes entre esses dois grupos, condição que demarcará o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, para pensar relações é preciso pensar igualdades e diferenças, por isso, a relação entre pesquisador e operadores do Direito de imediato impõe uma certa tensão. De uma maneira geral, como Patrice Schuch (2007) observou, a realização de pesquisa com agentes judiciais demanda, na opinião da autora, situações tensionais singulares, devido ao tipo de investigação que envolve certas relações. São relações entre agentes investidos de competência social e técnica, sendo aptos a estar no campo jurídico, e agentes que não detém esse *habitus*. Por isso, as dificuldades desse tipo de investigação situam-se, particularmente, em relação à questão do *acesso* ao campo de pesquisa e as próprias *negociações* para o trabalho de campo. Igualmente, essas situações tensionais, como afirma a autora, só podem ser compreendidas à luz das especificidades do contexto em que a pesquisa está sendo

³⁵ A questão da infância também está presente nessa discussão.

realizada (informação verbal)³⁶. Dessa forma, detalhamos a seguir as especificidades de nossa pesquisa.

A opção pela realização de entrevistas implicou, primeiramente, em um *planejamento* para a aplicação desse recurso de coleta de dados da pesquisa, de acordo com os objetivos pretendidos na investigação, para então avançarmos no estabelecimento de um *contato prévio* com os possíveis entrevistados, ou seja, no estabelecimento de relações sociais. A abordagem inicial foi fundamental para a definição da amostragem da entrevista e no estabelecimento de ligações importantes dentro do Ministério Público em Curitiba para a obtenção de informações, mas ao mesmo tempo, também foi o aspecto mais difícil do trabalho, pelas situações diversas que tivemos de enfrentar.

Em setembro de 2007, ocorreu uma reunião da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR, momento propício para o estabelecimento de um primeiro contato com os integrantes do Ministério Público envolvidos com a infância e a juventude em Curitiba, e que eventualmente, comparecem a essas reuniões. Contudo, nesta ocasião, nenhum Promotor da Infância e Juventude esteve presente na reunião, mas foi possível, com a intervenção de nosso orientador, conversar com a presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR, a Dr^a Márcia Caldas, que nos recebeu com grande receptividade ao saber a natureza de nossa pesquisa, e encarregou-se de nos colocar em contato com a Promotoria da Infância e Juventude de Curitiba.

Duas semanas após a tentativa inicial de contato com o MP, através da atuação da Dr^a. Márcia Caldas, conseguimos adentrar a sede do CAOP da Criança e do Adolescente, órgão que mantém contato direto com os Promotores da Infância e da Juventude do Estado do Paraná. Desde o primeiro momento, houve boa recepção, principalmente, pelo coordenador do respectivo órgão na época, o que contribuiu para o sucesso da pesquisa mediante a colaboração dos membros do CAOP da Criança e do Adolescente em dar informações e prestar auxílio ao trabalho, sendo fundamental para a realização das entrevistas.

O primeiro contato com um integrante do Ministério Público do Paraná na sede do CAOP da Criança e do Adolescente em Curitiba foi bastante significativo, tendo se estabelecido, de imediato, uma relação amistosa e aberta ao diálogo. Essa atitude vinda de uma personalidade importante do MP Paraná permitiu que encarássemos com “outros olhos”

³⁶ Fala proferida durante apresentação de trabalho sobre pesquisa no campo judicial. In: CICLO DE PALESTRAS: EXPERIÊNCIAS, DILEMAS E DESAFIOS DO FAZER ETNOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO, 2007, Porto Alegre. *Antropologia em Campos “Up”*. Porto Alegre: UFRGS, 8 nov. 2007.

os próprios Promotores e Procuradores de Justiça, atores que desempenham um papel social distinto do restante da população, devido ao *status* do cargo que exercem, mas que em alguns casos são bastante acessíveis.

Após a primeira abordagem, chegou-se a informações de contato com alguns dos Promotores da Infância e Juventude de Curitiba, porém, tivemos ainda que enfrentar uma outra barreira para acessá-los em sua totalidade. Nosso primeiro informante considerou que fosse necessário, apenas o contato com os promotores que trabalham com os adolescentes infratores, ou seja, aqueles que atuam na prática com os jovens, devido à ampla experiência profissional que possuem na área. Entretanto, era de vital necessidade o contato com todos os promotores da área, além da Vara de Adolescentes Infratores, pelas funções diversas que desempenham com relação às crianças e jovens, como a exemplo da colocação em família substituta e a prevenção aos crimes contra a criança. Essas diferentes áreas de atuação apontavam para um vasto campo de análise das percepções dos Promotores da Infância e Juventude de Curitiba.

Diante dessa situação, como não houve uma abertura de indicação pessoal para contato com os outros promotores da área, foi realizada uma consulta no *site* do Ministério Público do Paraná, onde estão disponíveis algumas informações sobre a Designação dos Membros: *Consulta Situação dos Membros e das Comarcas – Distribuições e Resoluções*. Nessa consulta, é disponibilizada a relação de promotores e procuradores de justiça, função e as Comarcas onde atuam, constando os endereços das Promotorias, telefone e *e-mail* para consulta, a idéia é que qualquer pessoa possa entrar em contato com o Ministério Público do Paraná, com as Promotorias e Procuradorias, pois se trata de um serviço público e à disposição da população.

Houve a localização de *oito* promotores atuando na área da infância e juventude na Capital (incluindo o trabalho no CAOP da Educação), mas conseguimos contato com somente seis deles, entre os quais, quatro³⁷ promotores foram entrevistados. Entre os Procuradores de Justiça, tivemos a indicação de três nomes, devido ao comprometimento com as questões da infância e juventude durante a carreira no Ministério Público (tendo inclusive publicações acadêmicas sobre o assunto) e o trabalho anterior como Promotores de Justiça na área. No entanto, somente dois deles foram entrevistados devido à importância dos trabalhos prestados na área infanto-juvenil e à concordância em participar da pesquisa.

³⁷ Enfrentamos algumas dificuldades com relação ao tempo disponível para o trabalho, pois os dois promotores que não puderam ser entrevistados estavam em férias.

Entretanto, os *contatos* não se estabelecem tão facilmente como aparenta ser, e isso pôde ser comprovado através da pesquisa. Como salienta Schuch (2007), dependendo da qualidade das relações que viriam a se estabelecer entre pesquisador e operadores do direito, os espaços possíveis de serem estudados e os limites impostos seriam mais bem administrados, por isso, os primeiros contatos são imprescindíveis para o decorrer da pesquisa. Grande parte dos membros do MP investigados³⁸ foram abordados e selecionados através de contato pessoal (por meio de visitas, *e-mail* e/ou telefone) o que gerou situações extremamente significativas. Uma vez localizados, foi necessário vencer ainda as resistências de muitos para marcar encontros e entrevistas, que nos exigia, às vezes, horas de espera por conta do número de atividades e compromissos dos promotores e procuradores de justiça.

Na maioria dos casos, como observou Silva (2001) em trabalho semelhante realizado com Promotores de Justiça, o prestígio e a formação ligados à carreira desses profissionais podem explicar, em parte, a relutância de alguns desses atores em se expor como objeto de estudo conduzido por pessoas diferentes do meio jurídico.

Na verdade, no caso específico de nossa pesquisa, nós encontramos resistência para participação na entrevista em apenas dois contatos com Promotores de Justiça. Em um deles, houve uma negativa de entrevista, por razões não muito bem explicitadas, tendo o operador jurídico sugerido uma outra forma de contribuição para nossa análise através de um questionário que poderia incluir as questões da entrevista e seria enviado através de *e-mail*, facilitando assim até o recolhimento dos dados. Apesar de nossa frustração com esse primeiro entrave, posteriormente, obtivemos outras oportunidades de contato, que demonstraram um grande interesse do membro do MP em participar na pesquisa, contribuindo com dados de extrema relevância, apesar de não termos utilizado a entrevista neste caso.

Por outro lado, também é preciso ressaltar que, embora alguns promotores e mesmo procuradores tenham demonstrado certa hesitação inicial, após o contato pessoal e, longas conversas sobre a pesquisa com a intenção de persuadi-los, foram se desfazendo as más impressões, receios e maus entendidos, tendo posteriormente, a grande maioria deles participado de forma bastante receptiva e dispondo de muitas horas de seu trabalho para a realização da entrevista. Já nas situações de relutância inicial, aponta-se para a questão do *prestígio*, não somente associado à posição alcançada na carreira, mas a títulos (Especializações, Mestrado e Doutorado), publicações e atividades acadêmicas, ou seja, o sentimento de distinção do promotor devido à suas atividades intelectuais e acadêmicas, que

³⁸ Nesse momento, a intenção era contatá-los, estabelecer os pressupostos da pesquisa e realizar uma primeira visita ao campo, para depois entrevistarmos os Promotores de Justiça da Infância e Juventude de Curitiba.

lhe permitiram adquirir um conhecimento extremamente aprofundado sobre as questões sociais e que não é acessível a qualquer pesquisador, especialmente, de outras áreas que não sejam jurídicas.

O outro contato aconteceu com um operador jurídico que atuava na área da Infância e Juventude – Colocação em Família Substituta, que se sentiu incomodado com a proposta da entrevista, tendo afirmado considerar-se pouco útil à pesquisa e acabou por indicar outros colegas que, em sua opinião, poderiam ter uma participação mais pontual e satisfatória. Devido à insistência de nossa parte, ao explorar o aspecto da relevância da participação do operador, ele acabou concordando em atender-nos em momento mais oportuno. Semanas depois, não foi possível encontrá-lo novamente, deixando a cargo de funcionários do MP o contato sobre a entrevista (que, aliás, nos atendiam de forma extremamente impaciente, especificamente, o atendimento sobre este assunto!) e evitando assim qualquer tipo de aproximação com a pesquisadora. Nesse caso, notou-se certa insegurança com relação ao processo de “dar entrevista”, situação compreensível, mas que, infelizmente, dificultou o acesso à totalidade dos Promotores da Infância e Juventude de Curitiba.

Essas duas experiências foram de extrema importância para a compreensão de como o possível entrevistado reage frente à possibilidade de uma entrevista, muito pela falta de familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, que pode gerar até mesmo uma insegurança para colaboração na pesquisa. Essa insegurança, como bem salientou Schuch (2007), revela certa desconfiança com relação ao trabalho de pesquisa, essencialmente, no que diz respeito a duas preocupações centrais: o retorno da pesquisa, em termos de contribuição efetiva para a própria implantação de mudanças práticas, não se situando apenas no plano teórico; e também, o aspecto da possibilidade de realizar críticas sobre os discursos dos operadores jurídicos descontextualizadas de suas ações.

Na verdade, são elementos importantíssimos e cruciais no desenvolvimento de qualquer trabalho científico, mas por outro lado também nos chama a atenção para a questão das implicações do estudo de instituições e grupos envolvidos com relações de poder e a própria ética na pesquisa. De acordo com a autora, são estudos de extrema relevância democrática e o comprometimento com essa proposta, apesar de desafiante, consiste em um pressuposto essencial para quem pretende estudar determinados grupos em instituições poderosas e os efeitos que produz na constituição da vida de outros grupos sociais. Trata-se de um desafio pelo fato da possibilidade de denunciar práticas, envolvendo a ética da pesquisa no momento que temos que decidir por manter em sigilo ou revelar informações que possam

prejudicar os envolvidos na pesquisa. São situações que precisam ser enfrentadas e mesmo discutidas nesse tipo de pesquisa.

Voltando ao diário de campo, concluiu-se que, com relação à participação dos Procuradores de Justiça, foi a mais receptiva possível e, também, foram os sujeitos mais acessíveis da pesquisa, o que contribuiu para o estabelecimento de uma relação de respeito e confiança entre pesquisador e pesquisado, aspecto muito significativo na realização da entrevista. Essa comparação entre promotores e procuradores, serviu como elemento de análise da realidade social para o entendimento da relação estabelecida por esses atores, na dinâmica do Ministério Público, aspecto fundamental na compreensão das percepções e representações desses atores sobre o seu mundo social, originando importantes discussões que estão presentes nessa dissertação.

Além dessas condições, houve pouca utilização da observação participante em nossa pesquisa, muito pela dificuldade de convivência e interação prolongada com os atores do campo pesquisado, devido ao próprio trabalho dos integrantes do Ministério Público. As funções dos promotores, por exemplo, que incluem a análise de processos judiciais, inquéritos civis e outras atividades que demandam sigilo, não permitiram um acompanhamento diário e contínuo da pesquisadora para observação destes sujeitos em suas práticas cotidianas. A coleta de outros dados para a pesquisa foi realizada dentro do *espaço dos possíveis*.

Apesar do objetivo inicial da pesquisa concentrar-se nas entrevistas com todos os Promotores de Justiça atuantes em Curitiba na área da Infância e Juventude, devido a dificuldades de acesso a estes profissionais, não foi possível colocá-lo em prática. Dialogando com o orientador, pensou-se na possibilidade de estender o número de promotores a serem entrevistados, considerando também os profissionais que atuassem na Região Metropolitana da Capital Paranaense, entretanto, tinham o empecilho de trabalharem em várias áreas e não somente na Infância e Juventude; até foi cogitado entrevistas com os Juízes da Infância e Juventude de Curitiba. Todavia, essa última possibilidade também foi descartada ao serem percebidas as dificuldades para entrar em contato com esses operadores jurídicos, não havendo tempo hábil para a espera por um contato.

A solução encontrada foi entrevistar os Promotores da Infância e Juventude que exemplificassem o trabalho do MP de Curitiba, ou seja, aqueles atuantes com adolescentes infratores, com crianças e adolescentes em situação de risco e aqueles envolvidos nas políticas organizacionais do CAOP da Infância e Juventude. Além disso, salienta-se que muitas das ações e políticas referentes à Infância e Juventude no Paraná, são operacionalizadas pelo CAOP da Educação, por isso, foi realizado contato com o coordenador deste, na tentativa de

entrevistá-lo, mas não obtivemos sucesso, pois, o promotor estava em férias e retornaria somente um mês depois, dificultando o planejamento e a execução das entrevistas.

Ao final foram aplicadas entrevistas com seis membros do Ministério Público de Curitiba, dentre eles, quatro Promotores da Infância e Juventude e dois Procuradores de Justiça, que atuaram também durante um longo período como Promotores na área infanto-juvenil ou dedicaram-se durante a carreira no MP à defesa dos direitos da infância e da juventude. A indicação dos Procuradores de Justiça foi uma sugestão de nosso orientador, que destacou a importância da participação destes profissionais pela história de vida que possuem dedicada à defesa da Infância e Juventude em âmbito nacional, sendo personagens essenciais para a pesquisa. O problema³⁹ do número restrito de entrevistados foi trabalhado através da utilização de uma metodologia específica, que parte da análise das representações e singularidades individuais de cada entrevistado, por meio da aplicação de entrevistas aprofundadas.

3.3 A construção das técnicas de investigação

A utilização da entrevista semi-estruturada possibilitou a oportunidade de alcançar as informações referentes ao objeto de pesquisa e também permitiu um momento de reflexão sobre a interação dos sujeitos pesquisados com a população infanto-juvenil e suas esferas de atuação. A elaboração das perguntas baseou-se em três eixos centrais: a identificação dos sujeitos pesquisados, as concepções sobre a juventude e, por fim, o trabalho no Ministério Público com a infância e a juventude. São questões que nortearam o andamento da entrevista, porém, deixando a possibilidade do entrevistado discorrer livremente sobre qualquer um dos assuntos, podendo igualmente remeter a outras perguntas elaboradas naquele momento, já que se tratava de entrevista semi-estruturada.

É interessante observar que, na elaboração do roteiro da entrevista, foi privilegiado elementos acerca do aspecto da punição dos adolescentes, talvez, pela influência da imagem “negativa” dos Promotores de Justiça, como meros acusadores. No decorrer das entrevistas, o papel desempenhado por esses importantes atores sociais foi sendo desvendado. Esses aspectos trouxeram algumas implicações: com relação aos operadores que trabalhavam com

³⁹ Houve ainda a tentativa de envio de formulários por escrito, via *e-mail*, aos Promotores da área da infância e da juventude do Estado do Paraná. Entretanto, não obtivemos quase nenhuma resposta, apontando para a possibilidade de poucos promotores acessarem seus *e-mails*, impedindo o cruzamento de informações quantitativas e qualitativas.

crianças em situação de risco ou colocação em família substituta foram exploradas questões acerca da punição de adolescentes em conflitos com a lei, já que a intenção era provocar os integrantes do MP a revelarem suas percepções sobre o assunto, mesmo que aquilo não fosse sua realidade de trabalho, mas com certeza, esses temas tinham um sentido para cada operador, podendo assim influenciar práticas.

Com relação ao operador jurídico que sugeriu o envio de um questionário sobre as perguntas da entrevista por e-mail, elaboraram-se dois questionários, pois, o roteiro como estava acabaria dificultando as respostas (muito longas) e correndo o risco do sujeito recusar-se a responder uma lista tão extensa e de perguntas abrangentes. A saída encontrada foi enviar, primeiramente, um questionário sobre o perfil do operador jurídico, com questões sobre idade, estado civil, profissão dos pais, profissão do cônjuge, trajetória escolar, avaliação da atuação do MP na área infanto-juvenil, entre outras, buscando identifica-lo e localiza-lo socialmente e, depois, um outro com perguntas mais específicas sobre juventude e o trabalho no MP, que resumiam nosso roteiro original. Na verdade, em todas as entrevistas foram incluídas perguntas formuladas aleatoriamente, de acordo com o andamento do assunto abordado e sua significância, visto que, não se tratava de um modelo fechado de obtenção de dados, mas sim um método aberto, podendo ser modificado no decorrer do processo da pesquisa. Esse procedimento foi de extrema valia no decorrer da investigação.

Além das entrevistas, percebeu-se a necessidade de realizar uma varredura dos discursos institucionais dos operadores jurídicos em estudo, ou seja, pronunciamentos, entrevistas, ações, intervenções e pareceres disponíveis⁴⁰, com referência ao ano de 2007, que pudessem auxiliar no entrecruzamento dos discursos manifestos e as práticas efetivas dos integrantes do MP Curitiba. Entretanto, não obtive-se uma grande quantidade de material institucional disponível para a pesquisa, por isso, optou-se por utilizar tal instrumento apenas para ilustrar algumas das ações encampadas pelos Promotores e Procuradores de Justiça estudados em nosso trabalho.

O problema⁴¹ do número restrito de entrevistados foi trabalhado através da utilização de uma metodologia específica, que parte da análise das representações e singularidades individuais de cada entrevistado, uma vez que muito mais do que a quantidade, era a qualidade da informação que nos interessava.

⁴⁰ Todas as informações foram recolhidas no site do MP-Paraná.

⁴¹ Houve ainda a tentativa de execução de envio de formulários por escrito, via e-mail, aos Promotores da área da infância e da juventude do Estado do Paraná. Entretanto, não obtivemos quase nenhuma resposta, apontando para a possibilidade de poucos promotores acessarem seus e-mails, impedindo o cruzamento de informações quantitativas e qualitativas.

3.4 Categorias de análise das representações sobre a juventude

As representações sociais configuram um assíduo objeto de pesquisa das ciências sociais, recebendo distintas contribuições de diferentes correntes do pensamento, tais como Durkheim (1979), Weber (1974), e Marx (1984). As representações sociais dos indivíduos se compõem de figuras e expressões socializadas, frutos da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia dos indivíduos dos diferentes estratos sociais; também são resultados do conteúdo psíquico, da individualidade de cada um, que interpreta as figuras e expressões socializadas segundo seu próprio potencial. São, ao mesmo tempo, "ilusórias, contraditórias e verdadeiras" e consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação. Retratam a realidade, embora não a conformem, não sendo possível tomá-la como verdade científica, nem reduzi-la à concepção que os atores sociais fazem dela. (Minayo, 1999).

Será utilizada nesta pesquisa, a análise das representações sociais de operadores jurídicos sobre a juventude enquanto material de estudo, considerando que estas percepções da realidade social são consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. De acordo com Minayo (2000), nas Ciências Sociais, as representações são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a.

Para a autora, as representações sociais assumem diversas formas, sendo definidas por diferentes conceitos como: senso-comum, idéias, imagens, concepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade. São um material importante de pesquisa considerando que:

As Representações Sociais se manifestam em condutas e chegam a ser institucionalizadas, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua medição privilegiada porém, é a linguagem do senso-comum, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial frequentemente contraditória, possui graus diversos de claridade e de nitidez em relação à realidade. (MINAYO, 2000, p. 173)

Além disso, a autora destaca que a mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais está situada na linguagem, ou seja, nos discursos proferidos pelos agentes. A fala é o fenômeno ideológico por excelência, e expressa as relações sociais, por isso, para sua compreensão é necessária a compreensão das relações sociais que ela expressa. Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso, determinadas pelas

relações de produção e pela estrutura sócio-política. Conclui-se que a palavra é a arena onde se defrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos das lutas de classes, que servem ao mesmo tempo como instrumento e como material. (MINAYO, 2000)

Dessa forma, o estudo das percepções sociais dos membros do Ministério Público do Paraná em relação à juventude, concentrou-se na análise dos discursos de Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba, considerando a relação desses atores com a população infanto-juvenil e o papel que exercem na promoção dos direitos da infância e da juventude. Apoiada em um trabalho específico e muito delimitado de pesquisa, devido ao grupo social à disposição para a investigação, privilegiou-se um enfoque dos *perfis individuais* ou das *variações intra-individuais* desses atores, os Promotores e Procuradores do Ministério Público, visando o entendimento da realidade social e os discursos por eles produzidos.

A abordagem dos perfis individuais consiste, de acordo com Lahire (2006) no exame das diferenças internas de cada indivíduo (variações intra-individuais), que possibilitam a compreensão do mundo social, a partir de uma observação do mundo em escala individual e da interpretação dos relatos dos sujeitos a serem estudados, de acordo com as estruturas de relevância da vida cotidiana. O autor⁴² acrescenta ainda que tal abordagem demonstra que “as estruturas mais fundamentais do mundo social manifestam-se tanto nos indivíduos como nos grupos que eles compõem, tanto nas variações intra-individuais e inter-individuais quanto nas variações inter-grupos”, concluindo que o social não se reduz ao coletivo, ou ao geral, mas está presente na singularidade de cada indivíduo.

Diante dessas discussões, a opção pela perspectiva teórica de Lahire refere-se às condições de nossa pesquisa, que remeteu-nos a uma situação próxima à de um estudo de caso, com um grupo reduzido de entrevistados que atuam, ou já atuaram, numa área bastante específica, a Promotoria da Infância e Juventude de Curitiba. Assim, a análise dos perfis individuais dos sujeitos pesquisados casou-se adequadamente à investigação, fazendo um recorte possível do real através da observação de *casos* individuais e permitiu a construção científica de nosso objeto. Por outro lado, os *retratos individuais* também favoreceram o entendimento das diferentes representações dos indivíduos sobre a realidade social por eles

⁴² De um ponto de vista do campo acadêmico, Lahire (2006) em seu livro *A cultura dos indivíduos*, avança sobre a teoria de Bourdieu, o qual afirma que os indivíduos têm comportamentos coerentes, quaisquer que sejam os contextos onde eles registram suas ações, visto que as noções de estrutura cognitivas, psíquicas ou mentais, de esquemas, de disposições, de *habitus*, de incorporação e de interiorização individual não estavam no centro de seus estudos, por isso, o *habitus* poderia ser então para Bourdieu tanto de *grupo*, como *individual*. Em sua pesquisa de práticas culturais, Lahire revela (avanzando no que propusera Bourdieu) que existem significativas variações nas práticas dos mesmos indivíduos, devidas, em particular, a heranças individuais de ambientes menos homogêneos. E estas variações são percebidas como *dissonâncias culturais*.

vivenciada, realidade que é construída por intermédio das diferentes disposições⁴³ e competências incorporadas durante o processo de formação de cada indivíduo.

Na opinião de Lahire (2006), os retratos individuais ou retratos sociológicos indicam importantes elementos de análise do social, pois diferentemente de ser um estudo de casos muito singulares (por se tratar do estudo de uma pequena quantidade de indivíduos), revela aspectos centrais de nossas *formações sociais altamente diferenciadas*. Isso significa que, indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ou classe da sociedade, podem ter diferentes comportamentos e percepções sobre um determinado elemento do social, devido às experiências socializadoras heterogêneas sofridas no decorrer da vida. Trata-se de fazer aparecer os princípios que geraram a aparente homogeneidade e/ou diversidade de práticas e gostos dos indivíduos estudados.

Durkheim (1979), já havia afirmado em seus trabalhos que o indivíduo é produto dos processos de *socialização e sociabilidade* que acontecem, de forma mais precisa, no conjunto das instituições que compõem a sociedade: família, escola, trabalho etc. Todos esses elementos precisam ser considerados na formação do indivíduo e, conseqüentemente, explicam os diferentes comportamentos e/ou práticas sociais, sendo os discursos de cada indivíduo, a forma como cada um interpreta a sua prática no mundo social, mas há uma distância muito grande entre o que os indivíduos dizem sobre o que fazem, e o que podemos aprender sobre o que eles fazem através da observação direta dos seus comportamentos, demonstrando que nem sempre essa prática corresponde à realidade social, pois ela também é construída por esses discursos.

Apesar de muitos investigadores das ciências sociais criticarem as pesquisas que evidenciam a esfera individual⁴⁴, é preciso esclarecer que não se trata de fazer uma reflexão sociológica apenas sobre o particular (o singular), separando indivíduo e sociedade, visto que tal posição poderia remeter a um trabalho não científico, pois não se baseia na generalidade

⁴³ Refere-se às disposições e competências (modalidades de interiorização ou incorporação de hábitos, maneiras de fazer, de ver, de sentir) incorporadas pelo indivíduo ao longo de sua vida através das relações sociais estabelecidas, por exemplo, na família, na escola e nas diferentes instituições sociais ou culturais, ou seja, através de uma pluralidade de experiências socializadoras. Lahire (2006) está preocupado em entender como o mundo social é incorporado, ou seja, como um indivíduo é socializado e como as práticas sociais ou culturais dos indivíduos podem influenciar nas *posições sociais*. Ele se interessa, então, pelas *escolhas culturais* dos indivíduos, que são fundamentais para a apreensão dos fenômenos sociais.

⁴⁴ Estamos falando dos comportamentos de um indivíduo singular, as nevroses, as depressões, os sonhos, as emoções ou os objetos técnicos que nos rodeiam, que de acordo com alguns estudiosos do social, são elementos que não devem ser considerados pela Sociologia, devendo ser objetos de estudo para psico-sociólogos, psicólogos, psicanalistas, médicos, engenheiros, especialistas de ergonomia... Para o autor essas são questões que impedem a autonomia científica da Sociologia e são irrelevantes para a prática da pesquisa social, pois o que de fato é importante para qualquer investigação é o modo *científico* (*sociológico, antropológico, histórico*) de abordagem do tema. (LAHIRE, 2005)

(ou no fenômeno coletivo), mas é necessário compreendermos que mediante o indivíduo⁴⁵ podemos chegar ao entendimento da sociedade, indo do particular para o todo. Lahire (2006) acrescenta que devemos reconhecer que as *realidades individuais são sociais e são socialmente produzidas*, portanto, as variações individuais de comportamento e de atitudes têm origens ou causas estritamente *sociais*.

Na verdade, é uma mudança de abordagem do social, que vai da análise dos grupos, dos movimentos, das instituições e das estruturas sociais, para o estudo de indivíduos singulares que, ao mesmo tempo, fazem parte desses *macro-objetos*. Para essa nova proposta metodológica, que centraliza a observação dos indivíduos socializados, são necessários outros dispositivos para obtenção de dados, como a exemplo da prática da história de vida ou da entrevista aprofundada.

Dessa forma, a construção dos perfis individuais possibilita a investigação de um problema sociológico muito geral, e principalmente, desvenda a variação de comportamentos de um mesmo indivíduo, ou de um mesmo grupo de indivíduos, que aparentemente apresentam, em muitos casos, discursos muito próximos, mas que também podem apresentar discursos muito diversos sobre a realidade social. Nossa pesquisa verificou essas hipóteses a partir da análise de entrevistas aprofundadas realizadas com seis integrantes do Ministério Público do Paraná, abordando questões mais gerais sobre a multiplicidade de saberes incorporados, de experiências vividas, do “eu” e dos papéis interiorizados pelo ator, para a elucidação das representações sociais desses atores em relação à população juvenil brasileira.

Assim, pesquisamos a visão de mundo desses atores, sua relação com o mundo social, ou a fórmula geradora de suas práticas (*habitus*), mas estando sensíveis às múltiplas pequenas *contradições comportamentais* de cada entrevistado, que tentam muitas vezes manter a ilusão de coerência e unidade de si mesmos, como Lahire (2005, p. 28) observa:

Trata-se não só de comparar as práticas dos mesmos indivíduos em universos sociais (mundos sociais, que podem em alguns casos, mas não sistematicamente, organizar-se sob a forma de campos de lutas) tais como o mundo do trabalho, a escola, a vizinhança, a igreja, o partido político, o mundo dos lares, as instituições culturais..., mas também de diferenciar as situações no interior destes diferentes grandes domínios – nem sempre tão claramente separados na realidade social -, tendo em conta as diferenças intrafamiliares, intraprofissionais...

⁴⁵ Indivíduo aqui entendido como produto complexo de múltiplos processos de socialização.

Tentou-se demonstrar a pluralidade interna dos indivíduos pesquisados, enfatizando, como Lahire⁴⁶ (2005), que cada ator não é feito de um só pedaço, não é único, mas é resultado de colagens compostas, de complexos matizados de disposições (para agir e para crer) mais ou menos fortemente constituídos. Em outras palavras, o indivíduo não age sem coerência, mas sem uma coerência única de crenças (modelos, normas, ideais, valores, etc.) e disposições para agir, condição que marcará a prática desses indivíduos. Mas para realizarmos este tipo de investigação é necessário um amplo conhecimento (histórico, geográfico, antropológico, econômico, etc.) do mundo social, já que a apreensão das disposições só é atingida por intermédio da análise do contexto social a que foram produzidas.

Assim, foi preciso organizar a entrevista às intenções e propostas de investigação, considerando o fato de que o indivíduo, conforme Setton⁴⁷ (2002) constata, no contexto moderno, mescla as influências que recebeu durante a sua vida, da família, da escola, da mídia (e outras instâncias), das suas experiências de socialização, para articular essas referências no sentido de orientar às suas ações ou práticas coletivas. Então, para compreensão de determinados comportamentos e ações dos indivíduos, ou suas respectivas representações sobre a realidade social, é preciso analisar alguns elementos da socialização desses atores, enfatizando a experiência de indivíduos sociais, temporal e culturalmente diferenciados.

Isso significa que, as diversas experiências de vida dos atores vão influenciar na maneira como eles apreendem o mundo social e, conseqüentemente, as representações que fazem da realidade, o que explicaria as diferentes formas de pensamento e de discursos sobre determinado aspecto da sociedade, dentro de um mesmo grupo de profissionais que atuam numa mesma área.

Dessa forma, a análise dos processos de socialização dos indivíduos, através da construção dos perfis individuais, metodologia proposta por Bernard Lahire (2006), apresenta-se pertinente a esse tipo de pesquisa. Por isso, reconhece-se a importância de localizar socialmente nossos entrevistados, a partir da observação, por exemplo, da dimensão econômica (origem social), política (posição ideológica), religiosa (crença) etc, para recompormos a unidade dos integrantes do Ministério Público de Curitiba e, assim, conseguirmos atingir os perfis de configurações sociais complexas desses sujeitos.

⁴⁶ O autor acredita que a idéia de um “si” ou de um “eu”, com uma personalidade única, ou a idéia de uma unicidade individual trata-se de uma *ilusão socialmente bem fundada* e a própria Sociologia, muitas vezes, não consegue perceber isso devido ao trabalho das múltiplas instituições que pré-formam as concepções do que é um *indivíduo*.

⁴⁷ A autora inspirou-se na teoria de Lahire para o desenvolvimento de seu trabalho sobre o fenômeno da socialização contemporânea, segundo a perspectiva da sociologia da educação. Ver Setton (2002).

A seguir, analisaremos, com maiores detalhes, a instituição do Ministério Público e seu funcionamento como organismo do Sistema de Justiça brasileiro e como campo de ações dentro do Direito que possui uma lógica própria e exerce efeitos diversos nas representações e práticas de seus membros.

Capítulo 3 – A instituição do Ministério Público

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” (Constituição Federal de 1988, art. 127)

Visando elucidar as percepções e discursos de membros do Ministério Público de Curitiba sobre a juventude, reconhecemos como imperativo o estudo do *campo* do MP como instituição complexa e fundamental para o entendimento das imagens e práticas dos Promotores e Procuradores de Justiça. Tal proposta, remete à apreensão de sujeitos concretos e atuantes em nossa sociedade e justifica-se à medida que observamos os operadores jurídicos como atores responsáveis pela defesa dos direitos e dos interesses sociais e coletivos da população e que possuem visões muito peculiares com relação ao trabalho que exercem e os indivíduos que *protegem*, ou, *deveriam proteger*. Por outro lado, a atuação desses profissionais também influi diretamente sobre as condições para a melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens do país, revelando-se peças-chave para a análise que será efetuada nos capítulos seguintes.

Dessa forma, entendeu-se a necessidade de uma localização social dos membros do Ministério Público, partindo de uma abordagem mais detalhada sobre esta instituição, por se tratar de uma instância significativa do Poder Público e que acaba atuando de forma decisiva na formação de promotores e procuradores de justiça. Para tanto, será realizada uma breve discussão sobre o papel do Ministério Público na atual conjuntura brasileira e os consequentes efeitos dessa instituição que marcam a atuação de seus membros.

O Ministério Público⁴⁸ no Brasil, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, era uma instituição ligada ao Poder Executivo, cuja função concentrava-se na defesa do Estado como *fiscal da lei* e *titular da ação penal pública*, respectivamente, acompanhando a aplicação da lei pelo juiz em casos concretos envolvendo *direitos individuais* considerados *indisponíveis*⁴⁹ e

⁴⁸ A instituição que teve seus vestígios iniciais deixados pelos egípcios, romanos e gregos, teve sua semente importada da França, mas que germinou nessa terra com influência do direito lusitano no império e na colônia, e que viu serem transformados “as gentes do Rei para agentes do povo”. (COSENZO, 2006)

⁴⁹ Genericamente, entende-se por indisponível, aquele que concerne a um interesse público, como por exemplo, o direito à vida. Ou seja, são direitos indisponíveis aqueles em relação aos quais os seus titulares não têm qualquer poder de disposição, pois nascem, desenvolvem-se, extinguem-se independentemente da vontade dos titulares. Abrangem os direitos da personalidade, os referentes ao estado e a capacidade da pessoa. São irrenunciáveis e em regra intransmissíveis. Isto quer dizer, é dever do MP zelar por todo interesse indisponível,

representando o Estado no desenvolvimento da acusação no processo criminal. De acordo com Arantes (1999), ao longo das duas últimas décadas no Brasil, o MP foi alvo de inúmeras mudanças legislativas e acumulou novas e importantes atribuições, tornando-se uma das principais instituições do sistema brasileiro de justiça, mediante a defesa dos direitos trans-individuais, recentemente instituídos por lei e mais conhecidos como direitos *difusos* e *coletivos*.

Essas novas atribuições do Ministério Público foram resultado do processo brasileiro de redemocratização e podem ser consideradas como um aspecto extremamente relevante das transformações que atingiram a sociedade e o direito no país durante a década de 1980. O novo MP pós-Constituição de 1988, foi se transformando em um ator político singular, por conta da combinação de diferentes elementos conferidos à sua atuação: a autonomia administrativa, a independência funcional e a utilização de importantes instrumentos processuais como a *ação civil pública* e o *inquérito civil*, visando a resolução de conflitos coletivos.

De acordo com Sadek (2006, p. 15):

A Constituição de 1988 alçou o Ministério Público a uma posição de extrema relevância no sistema de justiça e no cenário político. A instituição foi engrandecida em suas atribuições, transformando-se, em consequência, em ator público de primeira grandeza. O texto constitucional conferiu à instituição amplas obrigações, contemplando desde sua função mais tradicional – a ação penal –, até a defesa de variados direitos sociais, sejam eles difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

Atualmente, o Ministério Público é a instituição responsável pela defesa dos cidadãos, na perspectiva dos direitos coletivos, e da fiscalização do cumprimento da lei, em causas em que haja interesse público. Entre suas tarefas, destaca-se a promoção da responsabilização judicial de quem esteja envolvido em crime (por exemplo: atos de corrupção, estupro, homicídio, roubo, etc); deve também investigar com o inquérito civil e propor as ações civis públicas para defender as crianças e adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência, o patrimônio público, o meio ambiente, os consumidores, entre outros interesses difusos e coletivos.

Os poderes emanados da “constituição cidadã” modificaram abruptamente a faceta e a atuação institucional, criando, nas últimas três décadas, uma consciência nacional de Ministério Público. O papel que passou a ser exercido por seus membros evidenciou cada vez mais o Ministério Público como instituição, e seus agentes como órgãos independentes, sujeitos aos mesmos princípios gerais em todas as unidades da Federação, realçando a importância na busca dos benefícios sociais que sua atuação dinâmica e absolutamente independente trouxe à sociedade brasileira.

quer relacionado à coletividade em geral, quer vinculado a um indivíduo determinado. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 127)

A observação das novas atribuições do Ministério Público, enquanto fiscal e guardião dos direitos da sociedade brasileira, revela que a atuação de determinados setores dentro da instituição (promotoria e procuradoria de justiça) também foi marcada por mudanças, no sentido de implantar condições mais efetivas de construção e/ou ampliação da cidadania para a população. Os limites e possibilidades de tal proposta só podem ser avaliados a partir da análise das mudanças institucionais sofridas pelo MP durante o processo de redemocratização do Brasil, incluindo as principais inovações⁵⁰ jurídicas implementadas nas décadas de 1980 e 1990, para o entendimento das representações dos membros do MP em relação à infância e à juventude brasileiras, em termos de atuação e defesa de direitos.

Portanto, será analisado neste capítulo, o campo do Ministério Público, como espaço social específico, produtor de determinadas representações ou discursos sobre a juventude, que contribui para o entendimento dos operadores do Direito, suas práticas e os próprios sujeitos que atendem, ou melhor, *protegem*. De acordo com Setton (2002, p. 61), cada instituição social deve ser analisada segundo relações dinâmicas entre seus integrantes, recursos e trajetórias particulares e para atingir as concepções dos operadores jurídicos e a própria percepção que cada um faz de si mesmo e suas práticas, podendo contribuir com dados de extrema relevância acerca da relação entre esses profissionais e a categoria juventude.

2.1 Os direitos em debate

No ambiente acadêmico nacional, mais especificamente na área das Ciências Sociais, o estudo da instituição do Ministério Público acabou despertando pouco interesse entre especialistas e intelectuais em comparação a outras instituições do sistema de justiça, como o Poder Judiciário, as polícias e o sistema prisional. Um número reduzido de pesquisas sobre o MP demonstra que a Instituição ainda é pouco conhecida entre sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, situação que começa a se modificar a partir da observação contemporânea das novas funções⁵¹ constitucionais de promotores e procuradores de justiça na defesa dos direitos coletivos da sociedade brasileira, contribuindo para o aparecimento de importantes

⁵⁰ Referindo-se à normatização dos direitos difusos e coletivos através da implantação da ação civil pública, questões que serão aprofundadas adiante.

⁵¹ Pode-se dizer que essas funções foram reconfiguradas com as novas atribuições designadas pela Constituição Federal Brasileira de 1988, por isso, os estudos disponíveis sobre o Ministério Público e seus membros são bastante recentes e, em sua maioria, enfatizam o papel da instituição dentro do sistema de justiça brasileiro no contexto da redemocratização. (ARANTES, 1999; SILVA, 2001; SINHORETTO, 2006)

estudos sobre o Ministério Público e seus membros, revelando um significativo campo de investigações.

As novas funções constitucionais de promotores e procuradores de justiça fazem parte de todo um contexto de transformações jurídicas, institucionais e até ideológicas, ocorridas no Brasil da redemocratização e que atingiram precisamente a estrutura do Ministério Público. O fim do regime autoritário, permitiu a emergência de inúmeras demandas pelo reconhecimento de novos direitos sociais ou coletivos no país, discussão que alcançará a instituição do MP e será determinante para definição de suas novas atribuições como “defensor da sociedade”. (ARANTES, 1999; SILVA, 2001; SADEK, 2006; SINHORETTO, 2006)

Do ponto de vista legislativo, a questão da defesa dos direitos de natureza coletiva e/ou difusa da população brasileira esteve, durante muito tempo, excluída do ordenamento jurídico do país. Desde sua criação até meados dos anos 1980, o Ministério Público no Brasil esteve vinculado ao Poder Executivo, sendo titular da ação penal pública (em defesa dos interesses do Estado), não havendo qualquer atribuição referente à representação legal de interesses coletivos, a qual ainda carecia de uma definição mais específica dentro da justiça brasileira.

De acordo com Silva (2001), desde 1934, a defesa de interesses de cunho coletivo era exercida através da *ação popular*, mecanismo utilizado pelos cidadãos visando a correção de irregularidades na gestão do patrimônio público. O alcance dessa medida restringia-se ao resguardo de áreas como meio ambiente e patrimônio estético e cultural, sendo considerada insatisfatória por muitos juristas, devido a sua inadequação para a proteção de interesses coletivos, pois não poderia ser proposta por pessoas jurídicas, somente cidadãos. Nesse contexto, o Ministério Público só assumiria a titularidade da ação popular quando houvesse desistência ou o processo tivesse se extinguido sem julgamento de mérito.

Até o final dos anos 1970, apenas pequenas alterações foram realizadas, em termos de legislação, na tentativa de implementar novas formas de representação legal dos interesses coletivos, que fossem diferentes da ação popular. Basicamente, nesse período, havia a possibilidade excepcional da tutela de interesses de um grupo de pessoas por parte de entidades institucionais que buscassem proteger os direitos e interesses de seus membros (art. 6º do Código do Processo Civil aprovado no início dos anos 1980), também a autorização de representação de associados, coletiva ou individualmente, por associações de classe (Lei n. 1134 de 14 set.1950) e por fim, em 1979 foi aprovada uma Lei que permitia aos sindicatos reclamarem à correção salarial em nome de seus associados. (SILVA, 2001)

Na verdade, é no contexto da redemocratização do Brasil, durante quase toda a década de 1980, que se ascende uma mobilização intensa da sociedade civil organizada em favor de efetivas mudanças sociais e garantia de direitos, reivindicando principalmente a democratização⁵² do Judiciário e uma maior participação política da sociedade civil nas decisões públicas, entre outras demandas. Nesta conjuntura, diferentes grupos e movimentos sociais, como também as diversas forças políticas do país, em oposição ao regime autoritário, discutiram a possibilidade de introdução de novos direitos e a ampliação dos direitos fundamentais, assim como a atuação de mecanismos de participação da sociedade civil e de controle da administração pública, gerando intensos conflitos em defesa da reconstrução das instituições democráticas no país.

Segundo Adorno (2001), o retorno da sociedade brasileira ao estado democrático de direito, teve como importante pressuposto, após a remoção do chamado *entulho autoritário*, a necessidade de consolidação das instituições da nova democracia, marcada por uma complexidade ímpar, devida às inúmeras questões relacionadas à construção e ao desempenho institucional das agências encarregadas de gerir e mediar as relações entre governantes e governados, e também as formas de participação e intervenção dos cidadãos nas esferas públicas e políticas da sociedade. Diante dessas implicações, as transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil da redemocratização expressaram-se através de uma maior preocupação com os problemas sociais, especialmente com relação aos grupos menos protegidos pelos direitos e a defesa de uma maior transparência nas decisões políticas.

Os textos legais, tanto a Constituição como legislações infraconstitucionais, propiciaram a conversão do Ministério Público em uma instituição fundamental do sistema de justiça, cabendo a ele, papel relevante no controle das demais instituições e na defesa da cidadania. Em decorrência, Sadek (2006) assinala que a instituição tornou-se co-responsável por políticas públicas e agente de inclusão social. Por isso, os efeitos dessas condições sociais foram decisivos para o campo da justiça e do direito no Brasil, possibilitando a aprovação de mudanças significativas nas instituições jurídicas:

Do ponto de vista político, a redemocratização do país produziu forte impacto sobre o sistema de justiça. De um lado, a demanda por justiça, em grande parte represada nos anos de autoritarismo, inundou o Poder Judiciário com o fim dos

⁵² Referem-se à exigência por parte da sociedade civil organizada e de advogados, juízes, promotores, acadêmicos, etc., pela ampliação do acesso das classes mais baixas à justiça, a racionalização e redução dos custos de serviços judiciais, a simplificação e modificação do processo jurídico nas áreas cível, penal e trabalhista, as reformas legislativas, a representação jurídica de causas coletivas e, finalmente, a mudança na formação e no papel do juiz e dos demais operadores jurídicos.

constrangimentos impostos pelo regime militar ao seu livre funcionamento. De outro, a democratização e o retorno ao Estado de direito recolocaram a necessidade de juízes e árbitros legítimos para decidir eventuais conflitos entre sociedade e governo e entre os poderes do próprio Estado. Este papel foi atribuído em grande medida ao Poder Judiciário. (ARANTES, 1999, p. 83)

Assim, percebe-se que as demandas e os conflitos apoiados pelos diferentes movimentos e grupos sociais no período de redemocratização, tornaram-se um instrumento de referência para a reavaliação do funcionamento e da estrutura da justiça brasileira, sobretudo do Poder Judiciário. Silva (2001) considerou esse movimento político como crucial para a emergência de propostas de novas concepções e procedimentos judiciais, levando ao reconhecimento e à regulamentação de novos direitos sociais. Esses novos direitos ultrapassaram a esfera dos direitos privados, que remetiam à operação de políticas públicas que interessavam a um grande número de pessoas, como exemplo, as áreas de habitação, segurança-pública, meio ambiente etc.

Houve uma crescente diferenciação⁵³ entre interesses do indivíduo como parte de um grupo, como membro de uma comunidade e como cidadão do Estado, que irá dar origem ao termo interesses coletivos, públicos e “fragmentados ou difusos”. Trata-se dos interesses de caráter público, de grupos não organizados, isto é, grupos de pessoas sem vínculo entre si, como é o caso dos interesses dos habitantes de uma cidade prejudicados por algum dano causado ao meio ambiente, constituindo-se em um grande avanço jurídico para a época no Brasil.

Arantes (1999) considera que o reconhecimento desses novos direitos, que resultou na introdução da representação legal coletiva no Brasil e outras inovações legais, representou o surgimento de uma nova categoria dentro do ordenamento jurídico tradicional, de matriz liberal e princípios de organização essencialmente individualistas. Através de leis ordinárias e complementares, nas esferas federal e estadual, há a consolidação da defesa dos interesses difusos e coletivos como norma fundamental, sendo considerada a Lei n. 6938, que instituiu a Política do Meio Ambiente em 1981, como ponto inicial da normatização dos direitos difusos e coletivos no Brasil.

⁵³ Silva (2001) salienta que aos poucos, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com a *Crise do Judiciário*, identificado como “operacionalmente ineficiente, socialmente elitista e politicamente dependente”, por selecionar o tipo de conflito a ser apreciado nos tribunais e, conseqüentemente, os grupos e classes a terem acesso à justiça, contribuiu para um repensar sobre as práticas jurídicas no país. Lentamente, os conflitos que envolviam grupos, grandes organizações, órgãos governamentais e segmentos inteiros da população passaram a ser classificados como *novos conflitos*, os quais eram caracterizados por partes desiguais e não individualizadas, com graus diferenciados de autonomia e ligadas por vínculos de subordinação econômica ou política, atestando para alguns especialistas a defasagem das leis e da justiça brasileira.

Para efeito de análise, considerou-se de extrema importância realizar uma breve discussão teórica sobre a definição dos termos interesses metaindividuais, que incluem os direitos individuais homogêneos, os direitos coletivos e os direitos difusos. É preciso voltar à definição desses para a compreensão das mudanças ocorridas no direito brasileiro, já que no início da década de 1980, há o reconhecimento da existência de diversos tipos de interesses, que ultrapassavam a esfera individual, mas também não cabiam na noção corrente de interesses coletivos. Serão adotadas algumas explicações com a intenção de diferenciá-los a seguir.

2.2 A configuração dos interesses coletivos e difusos

Com a emergência no Brasil de novos sujeitos de direitos no período da redemocratização, apesar dos conflitos coletivos dentro do Poder Judiciário por conta da lei da ação popular, a interação entre o sistema político e o jurídico levou à configuração dos *interesses metaindividuais*, primeiro através da Lei de Ação Civil Pública, de 1985, consolidando-se com a Constituição de 1988, e posteriormente com o Código de Defesa do Consumidor, de 1990. Esta última conceituou três formas de manifestação dos interesses metaindividuais, como coletivos, difusos e individuais homogêneos, ou seja, os definiu de três modos, fazendo possível sua resolução pelas estruturas do direito.

Desde o início dos anos 1980, ocorreram tentativas de alteração legislativa quanto à representação de causas coletivas no Brasil, a fim de que associações fossem autorizadas a defender interesses e direitos coletivos. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor⁵⁴, que tratou de pormenorizar alguns aspectos até então não explicitados em leis anteriores, a definição de *interesses coletivos* refere-se aos interesses comuns a uma coletividade ou grupo de pessoas ligadas entre si por um vínculo jurídico. Trata-se de um grupo ou coletividade de pessoas facilmente identificáveis, como os moradores de um condomínio, pessoas que participam de um consórcio etc. (ARANTES, 1999)

Partindo da noção de interesses coletivos, Silva (2001) argumenta que as discussões jurídicas no Brasil durante a década de 1980, foram aos poucos substituindo essa expressão *interesses e direitos coletivos* por *interesses e direitos metaindividuais*, considerando a amplitude da representação legal de causas coletivas. Ainda segundo a autora, o uso do termo

⁵⁴ O Código de Defesa do Consumidor, que foi aprovado em 1990, determinou de forma mais precisa os termos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visto que as legislações anteriores, como o Código do Processo Civil, não definiam precisamente. (ARANTES, 1999).

interesse difuso será intenso no início dos anos 1980 e diz respeito aos interesses de grupos menos determinados de pessoas, que não estão ligadas por um vínculo jurídico bem definido. São pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fatos, como no caso de uma propaganda enganosa, não é possível especificar todos os indivíduos atingidos por ela.

A seguir foi elaborado um esquema resumido das concepções dos direitos metaindividuais a partir dos trabalhos de Arantes (1999) e Silva (2001):

Tabela 1 - Interesses e direitos metaindividuais⁵⁵

Interesses ou Direitos	Definição
Individuais Homogêneos	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeitos titulares do direito são determinados (podem ser identificados) • Benefícios podem ser gozados individualmente • Indivíduos podem dispor de seus interesses e direitos • Núcleo comum de questões de direito ou de fato entre os sujeitos • Os sujeitos são ressarcidos individualmente (lesão reparada diretamente)
Coletivos	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeitos determinados (grupo, categoria ou classe de pessoas) • É possível separar o que pertence ao grupo e o que pertence aos que não fazem parte do grupo; impossível fazer essa separação dentro do grupo • A associação que representa o grupo pode dispor dos interesses e direitos coletivos em questão, mas os indivíduos que fazem parte do grupo não podem • relação jurídico-base entre os sujeitos • Os sujeitos não são ressarcidos individualmente
Públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeitos indeterminados • Benefícios não podem ser gozados individualmente • Indivíduos não podem dispor desses interesses e direitos, embora sejam seus titulares • Vínculo abstrato e remoto entre os sujeitos
Difusos	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeitos indeterminados • Benefícios não podem ser gozados

⁵⁵ É importante ressaltar que as informações apresentadas pelos dois autores em seus trabalhos Arantes (1999) e Silva (2001) foram utilizadas e reorganizadas em determinados momentos, por isso, a versão apresentada aqui é somente de responsabilidade da pesquisadora.

	individualmente <ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos não podem dispor desses interesses e direitos, embora sejam seus titulares • Vínculo meramente a unir os sujeitos • Lesão reparada indiretamente
--	---

Isso significa que, os interesses difusos referem-se a toda uma coletividade, indistintamente e estão dispersos pela sociedade civil como um todo, como o interesse pela pureza do ar atmosférico e os consumidores de algum produto que são lesados pela empresa que o produziu. Analisando essas condições, foi concluído que o interesse difuso pode ter um caráter público, mas não se confunde com os *interesses e direitos públicos*: “manifestação social homogênea a exigir seu reconhecimento e tutela, como é o caso do direito à educação, ao trabalho, à saúde e à segurança pública”. (SILVA, 2001, p. 40)

Dessa forma, os direitos difusos que também podem abranger os *interesses e direitos individuais homogêneos*, são aqueles decorrentes de origem comum, que atingem indivíduos particularizados, todos aqueles que se encontram na mesma situação, perante um mesmo ente que viola um direito da mesma maneira em relação a todos. A homogeneidade significa que são direitos individuais, mas “decorrentes de origem comum”, por isso, são direitos individuais tratados coletivamente, como por exemplo, os casos de falência de uma empresa aérea em que todos os titulares de bilhetes aéreos dessa companhia deverão ser ressarcidos.

Através das discussões de Arantes (1999) e Silva (2001), percebemos que inúmeras discussões no âmbito dos direitos metaindividuais, que começaram a se configurar no início da década de 1980 no Brasil, surgiram na tentativa de promover mudanças jurídicas nas legislações⁵⁶ vigentes. Diversos conflitos envolvendo interesses difusos e coletivos ocorreram no país, por atingir populações inteiras e enormes segmentos de indivíduos, trazendo consequências significativas para a administração da justiça nacional:

Paralelamente à discussão sobre alterações no âmbito judicial visando a regulamentação dos interesses metaindividuais, várias agências governamentais vinham sendo criadas no Brasil, em resposta à importância cada vez maior que o problema adquiria. A defesa do consumidor, abrangendo temas sensíveis como preços, comercialização, abastecimento, abuso de poder econômico, vigilância sanitária e até mesmo serviços públicos, inspirou a criação do Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (PROCON), secretarias e conselhos de defesa desse segmento. Do mesmo modo, foram criados conselhos de defesa ambiental,

⁵⁶ De acordo com Arantes (1999), as mudanças jurídicas serão preconizadas a partir da Lei de Ação Civil Pública (1985), sendo a Constituição de 1988 e o Código de Defesa do Consumidor de 1990, importantes marcos de consolidação dos direitos metaindividuais.

econômica, dos direitos humanos e ampliadas ou modificadas as funções de órgãos já existentes, com vistas à fiscalização dos interesses difusos. (SILVA, 2001, p. 42)

Todas essas iniciativas foram consideradas importantes para a garantia dos novos direitos formulados, interpretados como uma nova abordagem do processo jurídico, mas que deveriam ser pautados na esfera legal, que seria segundo juristas e operadores jurídicos, a única forma de assegurá-los efetivamente. Será visto, adiante, de que maneira todas essas discussões atuarão na definição dos indivíduos ou instituições responsáveis pela regulamentação dos interesses difusos, ou seja, na legitimação do Ministério Público como instância responsável pela proteção dos direitos coletivos e difusos.

2.3 A reorganização institucional do Ministério Público e a defesa dos direitos metaindividuais

A falta de recursos e preparo das organizações da sociedade civil para enfrentar processos legais tão complexos como os direitos metaindividuais, ou seja, para defender causas públicas e coletivas no Brasil demonstrou a necessidade de uma instituição que o fizesse em nome da sociedade. É nesse contexto que o Ministério Público passará a ocupar um papel social relevante, sendo designado a partir de 1981, com a Política do Meio Ambiente, a legitimidade do MP para proposição de *ação de responsabilidade civil e criminal* por danos causados ao meio ambiente. Meses depois é aprovada a Lei Complementar n. 40 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 14 de dezembro de 1981, configurando nova organização nacional ao MP.

Sinhoretto (2005), destaca que a aprovação da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público em 1981 foi o marco central do processo de auto-reforma da instituição e da própria prática de promotores e procuradores de justiça na defesa dos interesses coletivos e difusos:

O primeiro marco legal dessa auto-reforma foi a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, de 1981, que incluiu a defesa dos interesses difusos e coletivos entre as principais atribuições da instituição reorganizada e previu a propositura de ação civil pública. A partir disso, promotores e procuradores engajaram-se na codificação desses direitos e na regulamentação do rito judicial. No mesmo ano, a legislação do meio ambiente estabeleceu atribuições importantes para o MP nessa área. Em 1985, a lei que regulamentou a ação civil pública, veio disciplinar sua propositura e consagrar a importância do Ministério Público como ator legitimado para propô-la.

A autora ainda atenta para a importante função de promoção da *ação civil pública* do Ministério Público, instrumento pelo qual o MP tem a possibilidade de acionar o Poder Judiciário para promover a defesa de direitos transindividuais, ou seja, os direitos coletivos e difusos. A ação civil pública, de acordo com Arantes (1999), foi prevista como função institucional do Ministério Público pela Lei Orgânica de 1981, porém, não havia regulamentação legislativa específica para esse novo instrumento processual nesse período. Após sua primeira aparição em textos legais, somente quatro anos depois, em 1985, é que a aprovação de uma lei específica irá regulamentar precisamente a ação civil pública, incluindo sua definição, objeto, foro competente, atribuições do MP, entre outras coisas.

O autor argumenta que essa pré-existência da ação civil pública antes de sua regulamentação definitiva em 1985 aponta para uma evolução no sistema jurídico brasileiro:

Sem dúvida, trata-se de uma forma peculiar de evolução do direito, em leis versando sobre assuntos específicos, por exemplo, o meio ambiente, ou textos de caráter institucional como as leis orgânicas do MP vão engendrando um novo mecanismo processual. [...] Há fortes indícios, portanto, de uma evolução legislativa e processual baseada na estratégia “dois passos para frente, nenhum para trás”, ou seja, as leis que instituem direitos ou regulam atribuições de uma organização no mesmo ato lançam as bases para um aperfeiçoamento posterior. (ARANTES, 1999, p. 85)

Assim, a regulamentação da ação civil pública em 1985, permitiu a aplicação de um instrumento inovador capaz de ensejar a defesa judicial dos interesses coletivos e difusos, abrangendo o uso da ação civil contra danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Segundo Silva (2001), a Lei da Ação Civil Pública determinou que as ações em defesa dos direitos difusos poderiam ser propostas pelo Ministério Público, por associações, por entes políticos (União, Estados, Municípios) e pela administração descentralizada, ou seja, foi estabelecida uma “legitimação pluralista” permitindo que vários agentes fossem portadores dos interesses que a todos pertencem.

Dentre as inovações implantadas em termos de representação legal dos direitos coletivos, a Lei da Ação Civil Pública trouxe outros inúmeros avanços, como o *inquérito civil*, instrumento extrajudicial de enorme importância na atuação dos promotores na defesa de interesses difusos:

O inquérito civil constitui um procedimento administrativo que permite ao promotor de justiça investigar determinado caso, recolhendo provas e elementos que o

convençam da necessidade ou não de instaurar um processo judicial, isto é, uma ação civil pública. Inspirado no inquérito policial, o inquérito civil era uma idéia que circulava entre promotores havia algum tempo, sendo visto como uma forma de propiciar atividades investigatórias preparatórias antes da instauração de qualquer processo judicial. Todo e qualquer arquivamento de inquéritos civis por parte de promotores de justiça é submetido ao Conselho Superior do Ministério Público. Caso entenda que exista fundamento para a proposição de uma ação, o Conselho designa outro promotor de justiça para dar andamento ao procedimento. (SILVA, 2001, p. 49)

A partir desse instrumento processual, os promotores de justiça ganharam uma enorme flexibilidade na condução de investigações, para recolhimento de “elementos de prova” e até mesmo para a promoção de acordos judiciais, que independem, às vezes, da ação judicial. Com a ação civil pública e o inquérito civil, houve um alargamento do acesso à justiça no Brasil e, em especial, a canalização de conflitos coletivos para o âmbito judicial. (ARANTES, 1999)

O reconhecimento de novos direitos, difusos e coletivos e a introdução de novos mecanismos jurídicos para a proteção desses direitos (a ação civil pública e o inquérito civil), foram decisivos para o aumento da importância institucional do Ministério Público. Por isso, após a aprovação da Lei da Ação Civil Pública, em 1985, outras legislações posteriores ampliaram o campo de aplicação da ação civil pública e foi um dos incentivos para que membros do Ministério Público defendessem na Assembléia Constituinte de 1987/88, a participação obrigatória do MP enquanto instituição legítima na proposição de ação judicial em defesa dos direitos difusos e coletivos.

A intensa mobilização de representantes do Ministério Público em todo o Brasil, conforme Silva (2001), antes e durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte visavam modificar o perfil da instituição e ampliar as suas atribuições para além da esfera criminal⁵⁷, ou seja, na esfera cível. Entre outras questões, os promotores e procuradores de justiça, em sua maioria, defendiam que as funções institucionais do Ministério Público estivessem presentes e asseguradas pela Constituição e suas garantias institucionais fossem ampliadas, tais como: autonomia administrativa, independência funcional, equiparação salarial à magistratura, inamovibilidade, etc. (SINHORETTO, 2006)

⁵⁷ De acordo com Silva (2001), até o momento das discussões na Assembléia Nacional Constituinte, as funções do Ministério Público localizavam-se predominantemente, na esfera criminal. Por isso, houve uma grande mobilização nacional - que efetuou inúmeros debates internos, existência de grupos de estudos e realização de seminários entre os diversos integrantes da instituição e suas respectivas associações representativas (CONAMP) - em favor da participação do MP na defesa dos interesses sociais e no combate à improbidade administrativa. Essa foi a principal proposta defendida por grande parte da categoria dos membros do MP.

Todo esse processo foi fundamental para a efetivação das mudanças institucionais do Ministério Público, demonstrando a grande capacidade de mobilização de dos membros da categoria, contribuindo essencialmente para a aprovação da maior parte de suas propostas apresentadas. Entretanto, não se pode esquecer nesse processo, a ocorrência do enfrentamento de profundas disputas políticas pela introdução da “proposta institucional” do MP, ultrapassando barreiras e propostas concorrentes até que o projeto da instituição prevalecesse.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a esfera dos direitos coletivos e a fiscalização do poder público finalmente foram asseguradas e o Ministério Público promovido a “agente mais importante da defesa de direitos coletivos pela via judicial”, definindo suas atribuições e prerrogativas, como ressaltou Sinhoretto (2006, p.168) que acrescenta:

[...] foi a Constituição de 1988, que tratou de consolidar os direitos coletivos e individuais, reivindicados nas lutas sociais do final do período autoritário – direito da infância e juventude, meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, direitos do consumidor, mas também controle sobre a administração pública e os direitos sociais. Com ela, o Ministério Público ganhou autonomia administrativa e independência funcional, ganhando também as prerrogativas de atuar, através das ações civis públicas, na defesa dos “novos direitos”. Em relação a partição republicana do poder, o MP adquiriu prerrogativas no controle da constitucionalidade de atos de outros poderes (como no caso das ações diretas de inconstitucionalidade).

Dessa forma, observa-se que a grande maioria dos especialistas e estudiosos sociais sobre o MP (ARANTES, 1999; SILVA, 2001; SINHORETTO, 2006; KERCHÉ, 2007) reconhece, que a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público adquiriu um *novo* perfil institucional, tornando-se um ator importante na vida democrática, sobretudo no que se refere à defesa dos interesses coletivos e difusos e a fiscalização da administração pública. Além disso, é possível dizer também, que, os reflexos dessa intensa mobilização nacional de setores da sociedade civil e públicos em defesa dos interesses da coletividade, não se deram sem disputa e reação de outros grupos⁵⁸, no entanto, contribuíram para a consolidação de importantes mudanças legais em relação à proteção dos interesses metaindividuais.

A elaboração de legislações infraconstitucionais, como a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990, introduziu artigos na Constituição para

⁵⁸ Principalmente, enfrentaram a oposição de alguns políticos, juristas e até delegados de polícia (primeiro na Constituinte e posteriormente, nos Estados), temiam a maior autonomia e independência funcional do Ministério Público. Ao mesmo tempo em que se reconhecia à urgência da proteção dos interesses coletivos, temia-se pelo tipo de solução “institucional” a ser adotada. (SILVA, 2001)

assegurar direitos inéditos a segmentos específicos da população, contando com a participação fundamental do Ministério Público através do apoio e atuação de promotores e procuradores de justiça, que se mobilizaram em torno da redação e aprovação da legislação. No caso do Código de Defesa do Consumidor, também de 1990, o envolvimento dos integrantes do MP foi decisivo para a aprovação da proposta de defesa dos interesses individuais homogêneos, demonstrando a aproximação entre setores da sociedade civil organizada e atores jurídicos nesse momento histórico.

O caráter singular do Ministério Público no Brasil⁵⁹ foi estabelecido pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8625/93) vigente, que dispôs sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e outras providências. A Lei conferiu a todos os Ministérios Públicos dos Estados um perfil uniforme e confirmou o caráter nacional do Ministério Público. Além disso, definiu com maior clareza a atuação do Promotor de Justiça e solidificou as conquistas constitucionais da instituição, além de ampliá-las, dando ao Ministério Público a regulamentação de suas autonomias e criando o balizamento adequado para desenvolver suas atribuições. E em 20 de maio de 1993 foi sancionada a Lei Complementar n. 75/93 conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União que definiu a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

A partir da Emenda Constitucional n. 45 de 30 de dezembro de 2004, foi constituído o *Conselho Nacional do Ministério Público*, formado pelo Procurador-Geral da República; quatro membros do Ministério Público da União; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. A partir da citada Emenda Constitucional, restou reforçado um simétrico arranjo institucional entre o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Assim concluímos, de acordo com Sadek (2006), que desde a Constituição de 1988, o Ministério Público é uma instituição independente, não se vinculando a nenhum dos poderes do Estado, seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário, possuindo garantias de autonomia tanto administrativa como funcional. Seus princípios de organização coincidem com aqueles previstos para o Poder Judiciário: direito de apresentar proposta orçamentária; de propor ao

⁵⁹ O Ministério Público está regulamentado atualmente pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, n.8625/93 e pela Lei Complementar n. 75/93.

Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por intermédio de concurso público de provas e títulos; seus integrantes não respondem a outros poderes e instituições e gozam das mesmas prerrogativas dos membros do Poder Judiciário, como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos. A seguir, serão realizadas algumas considerações sobre a situação atual do Ministério Público nos Estados.

2.4 O Ministério Público nos Estados

O Ministério Público brasileiro é composto por dois ramos: a) o Ministério Público da União (compreendido pelos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e o do Distrito Federal e Territórios); b) os Ministérios Públicos dos Entes Federados. Além disso, o Ministério Público dos Estados possui os seguintes órgãos de Administração Superior: a) Procuradoria Geral de Justiça, b) Colégio de Procuradores de Justiça, c) Conselho Superior do Ministério Público, d) Corregedoria-Geral do Ministério Público. Conta, ainda, com os seguintes órgãos de Execução: a) Procurador-Geral de Justiça, b) Conselho Superior do Ministério Público, c) Procuradores de Justiça, e d) Promotores de Justiça. A representação política do Ministério Público dos Estados se dá através do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP.

De acordo com a pesquisa⁶⁰ “*Diagnóstico: Ministério Público dos Estados*”, elaborada pelo Ministério da Justiça (2006) e assessorada pela professora Maria Tereza Sadek, o Ministério Público dos Estados era formado em 2004, por 8.716 membros, sendo 7.572 Promotores de Justiça e 1.144 Procuradores de Justiça, o que corresponde a 4,86 membros para cada 100 mil habitantes. No mesmo ano, os Estados federados dispenderam 3.549 milhões com o Ministério Público Estadual, perfazendo uma média de R\$ 19,80 por habitante/ano. Esse valor corresponde aproximadamente a 1,5% da Despesa Executada pelos Estados e, apenas, 32% do total gasto com o Poder Judiciário Estadual.

Esses dados coletados entre 2003 e 2004 retratam com maior profundidade o quadro da estrutura pertencente ao Ministério Público, ilustrando sua evolução durante esse período e

⁶⁰ O presente estudo analisou a estrutura apresentada pelo Ministério Público em todos os Estados brasileiros, relacionando-a com a estimativa populacional, em milhões de habitantes, de cada ente federativo, bem como com a despesa executada pelos mesmos, em milhões de reais, utilizando como base a estimativa demográfica e o orçamento executado por cada ente nos dois anos pesquisados (2003 e 2004). Além disso, aplicou mais de quatro mil questionários entre promotores e procuradores de justiça do país, visando construir o perfil dos membros do Ministério Público dos Estados.

traçando um quadro comparativo com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Não foram obtidos dados mais recentes sobre o MP dos Estados, a não ser alguns números atualizados do Paraná, mesmo assim, cremos que não haveria diferenças expressivas para a realidade nacional. Acreditamos na relevância de caracterizar a estrutura do Ministério Público Estadual (ênfatizando quando necessário o caso específico do Paraná) e o próprio perfil de seus membros, para auxiliar nos capítulos seguintes em uma análise mais aprofundada das representações sobre juventude no interior do MP-Paraná. Optamos pela análise dos dados mais relevantes para nossa pesquisa.

Sadek (2006) apresentou importantes dados sobre o Ministério Público dos Estados, tendo por objetivo traçar um perfil de quem são os integrantes dessa instituição e como se posicionavam em relação a temas importantes. A partir de questionários enviados aos integrantes da instituição foi possível construir um retrato dos Promotores e Procuradores de Justiça atuantes no país, servindo de base para uma comparação com nossa pesquisa. De forma bastante simplificada verificou que o integrante típico do Ministério Público dos Estados é do gênero masculino, branco, casado, católico, não participante de ONGS (Organizações Não-Governamentais); exerceu atividade profissional antes de ingressar no Ministério Público; fez uma clara opção por essa carreira; não tem parentes nas diversas carreiras jurídicas; possui título de especialização; não exerce o magistério. Esses traços gerais ganham muitos contornos, já que a ele são combinados posicionamentos sobre questões relativas à própria instituição, ao sistema de justiça e à esfera pública.

2.5 A intervenção política do MPPR na proteção à infância e juventude

Além do aspecto plenamente institucional do funcionamento do Ministério Público nacional e nos Estados, incluindo a identificação do perfil nacional dos Promotores e Procuradores de Justiça, salienta-se as ações implementadas e compreendidas pelo MPPR na área da Infância e Juventude, através da observação da atuação do CAOP (Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente) em assuntos específicos, demonstrando as principais “lutas” travadas pelo MP na defesa dos direitos de cidadania da população infanto-juvenil do Paraná, isto é, sua intervenção política. Consideram-se essas informações de caráter essencial para o entendimento das atuações do MPPR na área infanto-juvenil e conseqüentemente as atuações dos operadores jurídicos em estudo. Entre as medidas

mais importantes de intervenção política do CAOP da Criança e do Adolescente no Paraná, destacamos:

1. Contribuição para a implantação dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e Tutelar em todos os municípios do Estado bem como, para a formulação de adequada política municipal de atendimento e proteção integral aos mesmos;
2. Colaboração para que o percentual orçamentário destinado a tal política de atendimento seja compatível com as reais necessidades da população infanto-juvenil;
3. Contribuição para a implementação, em todos os municípios do Estado, de programas destinados à execução de medidas sócio-educativas em meio aberto, com ênfase à liberdade assistida;
4. Intervenção para que sejam adotadas medidas legais visando à universalização do atendimento educacional de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas assim como, para que sejam implementadas as ações destinadas ao combate à evasão escolar, revitalizando o programa ABRACE/FICA (Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola / Ficha de Comunicação do Aluno Ausente);
5. Interferência para a implementação, nos municípios, de programas e ações direcionados ao atendimento à saúde mental de crianças e adolescentes, inclusive, no que diz respeito ao tratamento de alcoolismo e drogadição;

Na visão de muitos integrantes do MP Paraná, a atuação do CAOP da Criança e do Adolescente, no período da gestão que realizamos nossa pesquisa, foi classificada como *progressista*, tendo sido observado essa constatação ao verificarmos sua organização e trabalhos desenvolvidos junto à infância e juventude. Há uma crítica relevante em seu posicionamento político, ao combater o antigo pensamento "menorista" ou aqueles que espelham concepções incompatíveis com os ditames da "Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente", que deve servir de fundamento à interpretação e aplicação de toda e qualquer disposição estatutária, inclusive (e porque não dizer, especialmente), no que diz respeito ao atendimento prestado ao adolescente em conflito com a lei.

Para compreender melhor esse posicionamento do CAOP da Criança e do Adolescente do MP Paraná, também detectou-se as principais ações civis públicas⁶¹ propostas, nos últimos anos, visando a proteção integral das crianças e dos adolescentes:

⁶¹ Tivemos acesso a essas informações através de conversas com os integrantes do CAOP da Criança e do Adolescente do Paraná e os dados efetivos das medidas aplicadas por esse órgão que estão disponibilizadas no site do Ministério Público do Paraná – Centros de Apoio Operacional: Criança e Adolescente. Além disso, tivemos acesso no mesmo site à Revista Igualdade publicada pelo CAOP da Criança e do Adolescente há mais de uma década com artigos e jurisprudência de ações implantadas com referencia a infância e juventude no Paraná.

- visando o fornecimento pelo Estado de leite especial à criança que apresenta intolerância ao leite de vaca;
- ampliação do número de vagas em creches e pré-escolas;
- compelir o município a estruturar o Conselho Tutelar; compelir o Estado a fornecer tratamento médico especializado a adolescente portador de moléstia de ordem psíquica;
- compelir o Município a deflagrar processo de escolha de Conselheiros Tutelares;
- compelir o Município a devolver veículo adquirido com recursos do FIA (Fundação para a Infância e a Adolescência) para uso exclusivo do Conselho Tutelar;
- compelir o Estado a fornecer Ensino Médio para alunos também no período diurno;
- visando cumprimento da Lei Orçamentária e destinação ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente dos valores nela consignados;
- proposta com o objetivo de assegurar o acesso universal e gratuito à educação infantil pré-escolar; proposta com o objetivo de anular decretos municipais que dispensaram arbitrariamente membros do Conselho Tutelar;
- destinada à garantia do direito de crianças e adolescentes que encontram sob guarda judicial à inscrição como beneficiários, na condição de dependentes do segurado guardião no regime Geral de Previdência Social, pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);
- visando à suspensão do ato de posse de Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente representantes da sociedade civil organizada, nomeados pelo Prefeito Municipal; proposta visando à contratação de profissionais de psicologia e serviço social para assessorar o Conselho Tutelar;
- objetivando assegurar a criança e ao adolescente direito à permanência em companhia dos pais em regime de internação hospitalar (art. 12 da Lei 8069/90).

Assim, nota-se que as medidas de intervenção política, que incluem intervenções judiciais e extrajudiciais do MPPR de proteção integral da população infanto-juvenil, têm demonstrado uma ampla atuação na área de direitos difusos e coletivos. Enfim, podemos entender que a novidade que representa o Ministério Público hoje na realidade brasileira se deve aos aspectos já esboçados anteriormente, as importantes mudanças legais e constitucionais ocorridas durante a década de 1980 no sistema de justiça, que possibilitaram a reorganização institucional do MP e a definição de seu papel social como importante ator político na defesa dos interesses de nossa sociedade.

Entretanto, a eficácia na defesa dos interesses sociais e coletivos não depende somente do funcionamento adequado do Ministério Público no cumprimento de suas atribuições, dependerão também da lógica de atuação desse *campo jurídico*, que envolve Poder Judiciário,

sistema prisional e demais instituições do sistema de justiça brasileiro e a atuação de diferentes *operadores jurídicos*.

No caso dos Promotores e Procuradores de justiça, sabe-se que a formação destes atores não difere com relação à carreira escolhida, ou seja, o curso de Direito, pois é requisito obrigatório para a entrada no Ministério Público. Mas a trajetória desses profissionais, o saber jurídico, a carreira e os debates internos na instituição, ou seja, as distintas formações, opiniões políticas e cargos ocupados ao longo da carreira é que determinam as formas de atuação adotadas pelos promotores e procuradores, influenciando as suas interpretações sobre o papel do Ministério Público e a sua própria atuação. Por isso, elementos como, os condicionantes da escolha pela carreira jurídica, as áreas de maior atuação, as experiências advindas das diferentes áreas de especialização e as próprias convicções dos promotores e procuradores, precisam ser consideradas para a elaboração de uma análise aprofundada sobre as percepções sociais de Promotores e Procuradores de Justiça. No próximo capítulo serão examinadas, de forma aprofundada, as concepções sobre juventude apresentadas por Promotores e Procuradores de Justiça de Curitiba.

Capítulo 4 - As representações sociais dos membros do MP Curitiba

*“De um modo geral, pode-se dizer que a
“juventude” tem estado presente
como uma categoria
propícia para simbolizar os dilemas da
contemporaneidade. (Helena Abramo, 1997, p.29)*

No estudo sobre os operadores jurídicos referentes às suas concepções de juventude, nota-se que a manipulação de regras e normas do Direito pode resultar em práticas sociais efetivas, considerando medidas ou políticas de ordem jurídica ou social destinados à população jovem brasileira. O Ministério Público, enquanto campo de ações do Direito, possui discursos e práticas que orientam a organização da sociedade brasileira em termos de defesa dos direitos da população, mas que tem a possibilidade de produzir uma ordem que deve ser seguida, por conta das funções desse *campo jurídico*. Diante disso, as representações sociais e a atuação dos integrantes do Ministério Público com relação ao segmento jovem devem seguir tais pressupostos, no entanto, é preciso examinar, de maneira minuciosa, essas condições da realidade social brasileira, para afirmar-se com convicção a existência dessas relações.

Objetiva-se, neste capítulo explorar, de forma interpretativa, as percepções de diferentes operadores jurídicos do Ministério Público de Curitiba acerca da juventude, priorizando-se identificar como os membros do MP atuam, a partir de certa *visão* dos jovens, naquilo que se define como função constitucional: a de proteção dos direitos da população juvenil. Assim, destaca-se a importância da análise das representações sociais de Promotores e Procuradores de Justiça, verificando o que cada operador jurídico entende por juventude e investigando se essa concepção do segmento jovem tem influenciado práticas efetivas destinadas a esse grupo social. Acredita-se que a trajetória de vida de cada operador jurídico, como também o próprio funcionamento do campo do Direito, pode interferir nas representações desses sujeitos e, por isso, inicialmente a necessidade de caracterização dos entrevistados da pesquisa.

A amostra de sujeitos entrevistados foi de 6 (seis) operadores jurídicos, sendo 4 (quatro) Promotores de Justiça e 2 (dois) Procuradores de Justiça. Dos Promotores entrevistados, houve a participação de 2 (dois) que atuam na Vara de Adolescentes Infratores, 1 (um) na Vara da Infância e Juventude – Crianças em Situação de Risco e 1 (um) no CAOP da Criança e do Adolescente; 3 (três) são do sexo masculino e 1 (um) do sexo feminino;

situam-se na faixa etária entre 37 a 45 anos. Entre os Procuradores de Justiça, 1(um) atua com trabalho intenso junto ao CAOP da Criança e do Adolescente e o outro teve grande participação na implantação de políticas para a juventude no país, tendo trabalhado durante um longo período na área da Infância e Juventude; ambos são do sexo masculino; e têm a idade entre 55 a 60 anos.

Optou-se, neste trabalho, por não fornecer mais dados específicos sobre os entrevistados, como respeito ao compromisso de sigilo de suas identidades estabelecido no momento das entrevistas. Entendemos que, tratando-se de uma população (os operadores jurídicos) que está muito exposta à opinião pública e à mídia, quaisquer outras informações que disponibilizássemos poderiam servir de fonte de reconhecimento. Dessa forma, todos os entrevistados foram caracterizados no gênero masculino (o promotor, o procurador, o entrevistado) incluindo suas falas, para não incorrerem na identificação dos participantes, apesar da participação de operador jurídico do gênero feminino. Outros dados significativos serão explorados no decorrer da análise de cada entrevista.

Houve a integração de todos os dados coletados, entre entrevistas e manifestações jurídicas, realizando-se uma leitura intensa das falas dos membros do MP e articulando-as com os elementos recuperados a partir de algumas práticas dos sujeitos envolvidos na investigação. A análise das concepções de juventude por parte dos profissionais em questão deu-se com base nos seguintes procedimentos: identificação das falas mais recorrentes; agrupamento das falas de acordo com a proximidade dos entendimentos apresentados, evitando-se a homogeneização dos discursos dos múltiplos atores sociais; o relacionamento entre os entendimentos apresentados com os conceitos correntes que foram discutidos nos capítulos anteriores.

Teve-se o cuidado metodológico de não estabelecer generalizações ou de hierarquizar as concepções apresentadas pelos entrevistados. Ao contrário, procurou-se destacar a heterogeneidade e as contradições nelas presentes. Afinal, não se esperava que, partindo-se das circunstâncias específicas de cada entrevista, os depoimentos coletados expressassem um discurso fechado e internamente coerente. Assim, privilegiou-se as representações mais frequentes nas falas dos entrevistados, detectando-se as formas como a atuação e a formação pessoal e profissional de cada entrevistado têm produzido ou não um efeito particular em termos de práticas e discursos com relação à população juvenil. A ordem das análises dos perfis individuais dos nossos sujeitos foi proposta de acordo com a realização das entrevistas.

Não obstante, considera-se que conceituar juventude é, sem dúvida, uma difícil tarefa, visto que esse grupo social está inserido em momentos histórico-culturais diferenciados, que o

localizam em contextos múltiplos. Afirmar que a juventude, nos dias de hoje, constitui-se uma categoria sociocultural, é dizer que ela vem sendo tecida em tramas de constantes mudanças. Segundo Levi e Schmitt (1996), a juventude como produção social e cultural, mais do que qualquer outra categoria, tem a característica de “ser irredutível a uma definição concreta e estável”. Portanto, pretende-se identificar as falas analisadas nesse contexto, entendendo a juventude em sua diversidade.

4.1 Primeiro Caso

O primeiro entrevistado, Promotor de Justiça, participou da entrevista em dezembro de 2007, no gabinete onde trabalhava na área de adolescentes infratores. Na época da pesquisa, tinha 20 anos dedicados ao trabalho no Ministério Público. Casado, católico, com filhos, foi estudante de escola pública, mas cursou Direito na Universidade Curitiba. Trabalhou na área jurídica e, logo depois de formado participou de um curso para ingressar no Ministério Público. Foi aprovado em concurso público antes da aprovação da Constituição Federal de 1988 e vivenciou o momento de transição e mudanças que o país atravessou nesse período⁶². Percebe-se em seu discurso a sua influência em prol das idéias de defesa à construção e/ou ampliação dos direitos de cidadania da população e a importância do papel do Promotor de Justiça nesse processo.

Sobre os motivos que o levaram a seguir a carreira jurídica, afirmou que não teve influência de familiares em sua escolha, demonstrando a opção pelo trabalho no Ministério Público:

“Num primeiro momento, todo acadêmico de Direito começa a sonhar com a materialização futura daquele aprendizado numa profissão... E eu não tive outra escolha, terminei o curso de Direito e fui direto para o concurso público, que é o caminho para o ingresso na instituição do Ministério Público. [...] Eu vejo como um desejo, uma vocação, vontade de servir, de promover a justiça. É o meu título, Promotor de Justiça, promover a justiça. Você levar às pessoas a oportunidade para que elas sejam atendidas, suas necessidades, suas reivindicações”.

Nota-se uma grande identificação do entrevistado com a profissão que exerce através de suas afirmações e com um posicionamento de que realmente está cumprindo a sua função de defensor dos direitos da sociedade brasileira. Realizou também várias especializações,

⁶² Transformações políticas e sociais voltadas para a implantação de mudanças na sociedade brasileira e no próprio Direito, consequências do momento de redemocratização que o país atravessava e foi fundamental para a atuação do Ministério Público e seus integrantes. (SILVA, 2001)

principalmente, na área do Direito Penal (que afirma ser “o núcleo da atividade do Ministério Público”). Não exerceu o magistério e tem uma experiência concentrada no Ministério Público Social, que ele explicou ser o trabalho das Promotorias de Comunidade. O seu trabalho como promotor, inicialmente no interior do Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, concentrou-se na área social. Em seu gabinete atendia todas as áreas (crime, cível, infância e juventude, entre outras) e nas horas vagas se deslocava às comunidades para saber sobre os seus problemas e levar orientações às escolas, num trabalho de prevenção à violência.

Ao ser designado para a Comarca de Curitiba continuou atuando na área de Promotorias de Comunidade, como promotor voluntário junto a alguns bairros da Capital. Hoje seu trabalho situa-se na Vara de Adolescentes Infratores e também realizando palestras em escolas de Curitiba, Seminários e Congressos onde debate sobre situações de “violência nas escolas”. Verificou-se nesse assunto que o promotor possui uma visão crítica sobre o problema estrutural que vem ocorrendo atualmente nas escolas, advinda de sua ampla experiência profissional.

De acordo com Moraes (2005), o espaço escolar tem sido atualmente alvo de práticas e intervenções policiais pela dificuldade de professores, diretores e comunidade educacional de efetivar um tratamento positivo dos conflitos⁶³ internos da escola. O autor analisou as condições do contexto atual de precarização, esvaziamento institucional e crises de autoridade presenciadas no ambiente escolar e concluiu que as mudanças sociais e econômicas no contexto brasileiro têm promovido o sucateamento das escolas, o esvaziamento moral e cognitivo desta instituição, contribuindo para o esvaziamento da autoridade do professor e sua conseqüente incapacidade de lidar positivamente com os conflitos inerentes à relação professor – aluno. (MORAES, 2005)

O operador de justiça também detectou os elementos principais dessa problemática:

“Aqui em Curitiba eu sou bastante convocado para fazer palestras para professores, exatamente para discutir mecanismos, orientações, como enfrentar essa dificuldade que é a violência nas escolas. Então eles estão assim, com grande dificuldade em gerenciar atos de indisciplina e atos infracionais. Fazer uma distinção, saber quando as coisas são do regimento escolar e quando as condutas passam para regência do ECA...”

⁶³ Moraes (2005) chama a atenção para o fato de se tratar de conflitos comuns ao universo escolar, como os atos de indisciplina, discussões e bate-bocas, enquanto ameaça física e outros atos constituem uma pequena parcela das formas de violência praticadas no ambiente escolar.

E acrescenta a relevância de se trabalhar na área infanto-juvenil, começando a definir sua concepção de juventude:

“E veja que na área da adolescência infratora há uma oportunidade para que a gente possa fazer um trabalho paralelo. O trabalho é a verdadeira prevenção. Então a gente vai às escolas, conversa com os professores, orienta bem sobre aquela necessidade de resolver, pedagogicamente, os problemas no espaço escolar, envolver a família, envolver a comunidade e não judicializar questões que poderiam ser resolvidas amistosamente. Por essa razão então, que eu comecei a perceber que aqui eu era muito mais útil do que lá numa Vara Criminal ou numa outra Vara Cível”.

Apesar da defesa de medidas não judiciais nos conflitos ocorridos no ambiente escolar, o promotor considera que em casos graves e excepcionais a intervenção da *Patrulha Escolar*, por exemplo, é bem vinda. Tal posição ele sustentou em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* e afirmou que o trabalho realizado pela Patrulha é fundamental para evitar que a criminalidade da rua corrompa os alunos. Disse também: “A patrulha deve estar de frente para os problemas da rua e de costas para a escola, protegendo-a”. Mas ao mesmo tempo salienta que o elemento mais importante para a resolução de conflitos no ambiente escolar é a “prevenção e não a punição”.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelo entrevistado na Vara de Adolescentes Infratores, observou-se que o operador jurídico atua juntamente com adolescentes que cometeram infrações de pequeno (pichações, injúria, difamação, lesão corporal leve), médio (furto, receptação) e grave potencial (atos de violência). Para ele, isso significa que o jovem pratica atos de violência e que hoje os adolescentes estão aderindo com muita mais facilidade ao crime violento: “[...]... é motivo de orgulho, destaque no grupo, eles estarem armados, liderar o grupo, comandar um assalto. E essa questão dá a eles um status e esse status o coloca como um destaque, reconhecimento público no grupo”.

A partir daí, o entrevistado vai expressando mais claramente à sua concepção de juventude, principalmente, considerando os adolescentes atendidos na Vara de Adolescentes Infratores. Para o promotor, o que leva esses adolescentes a cometerem infrações graves é o *meio social*:

“Pergunta: - O que leva esses adolescentes a cometerem infrações?

Resposta: Influência do meio que eles estão. O vínculo com os grupos de domínio, de risco, amizade de risco. Isso é que leva. O adolescente em si, ele deve ter aí qualquer comprometimento de ordem psicológica, de ordem mental, psicopata, em que ele pratica isso sem sentir emoção, sem sentimento de culpa, aí seria um problema de transtorno comportamental. Mas isso são poucos. Esses crimes bárbaros, que são atos mais bárbaros, trazem sim um comprometimento. Em sua consciência, em via de regra, os adolescentes se limitam a dispor do patrimônio

alheio, até simulam com a mão por baixo da camisa, mas nem armado estão, pegam coisas.

Pergunta: Na opinião do sr., existe relação entre criminalidade e pobreza?

Resposta: “Não há vinculação. Nós não podemos falar isso que estamos cometendo até uma injustiça. Dizer que quem é pobre tem uma índole voltada para o crime, é perverso. Mas não absolutamente. É o meio. Se o Estado não agir nesse controle social que é feito pelo Ministério Público e a Justiça ele (o adolescente) vai se sentindo liberado e com o sentimento de que contra ele nada podem fazer, porque ele é adolescente. Então quando ele chega aqui e ele é preso, muda tudo. Muda realmente”.

Dessa forma, apesar da concepção de que a vinculação juventude pobre e violência não existe efetivamente na realidade e apontando que a grande maioria das infrações cometidas por adolescentes refere-se a crimes contra o patrimônio, o entrevistado considera de extrema importância a ação do Estado, por intermédio do Ministério Público e da Justiça, ou seja, pelo próprio trabalho que exerce a partir da conscientização e do envolvimento com a família, um verdadeiro “trabalho pedagógico” para o controle da violência juvenil. Enfatiza ainda como resultado a “efetiva mudança de comportamento do adolescente infrator”, que acontece devido a atuação do MP e dos Promotores de Justiça.

Percebe-se também que para os casos mais graves de violência praticados por adolescentes encaixa-se para o promotor a proposta de endurecimento das penas, através principalmente da medida de internação. Afirma que apesar da região de Curitiba ainda não ter as condições⁶⁴ ideais nessas instituições para adolescentes infratores, às vezes, a internação é a única possibilidade de que o adolescente seja “mudado”, ou ainda, “reeducado” através do processo de ressocialização. Reconhece, no entanto, tratar-se de um “processo complexo”, por isso, há taxas de reincidência ao crime entre os adolescentes que foram internados, sendo de 15 a 20% dos casos.

Mesmo assim, através do discurso do operador de justiça revela-se uma preocupação com o aspecto da *proteção* do adolescente e quanto à prática do ato infracional, esse jovem deve ser *reensinado*, *reeducado pedagogicamente*, ou ainda, *readmoestado* para retomar o caminho da cidadania e *não punir*. Por isso, grande parte dos casos é resolvida de forma a preservar esse adolescente, sem a necessidade de aplicar-lhe qualquer medida sócio-educativa:

⁶⁴ Entretanto, o promotor ressalta a atuação do CIAADI (Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator) em Curitiba que concentra um moderno complexo de atendimento aos adolescentes, tendo: Fórum de Justiça (com duas Juízas), Promotoria (com dois promotores de justiça), Delegacia (com duas delegadas) e uma estrutura administrativa de repartições: “onde os adolescentes ficam apreendidos, com mais ou menos, uma lotação de 180 vagas, que são cubículos, selas individuais, com cadeado, grade.” Há também educadores sociais, policiais civis e militares, psicólogos, pedagogos, médico clínico-geral, psiquiatra e enfermeiro. Uma grande estrutura que atende aos adolescentes infratores, afirmando ser um atendimento “ideal”.

“O adolescente que chega aqui praticou um ato infracional e está arrependido e você vê que há nisso sinceridade e que ele está comprometido, vai pro papel, escreve e assina. Não há necessidade de cumular qualquer outra medida, ele próprio já se auto cobrou essa questão. Está preparado. Agora se eu cumulasse (aplicasse alguma medida sócio-educativa), aí sim seria entre aspas uma “punição”, porque não precisa”. [...] “Audiência de mediação de conflito é o que mais nós fazemos aqui, fora até da nossa função específica, fora porque a gente tem as atribuições e sai um pouco e ir lá na escola e falar para 200 professores numa manhã, isso é exaustivo. Discutir junto as dificuldades, ouvir os inconformismos, as frustrações, os insucessos”.

Esse posicionamento do entrevistado em promover novas formas de resolução para o problema da infração juvenil é difundido em suas palestras nas escolas de Curitiba, Seminários e Congressos sobre esta problemática, incentivando medidas de conciliação e a execução de medidas sócio-educativas em meio aberto, como a exemplo da liberdade assistida, com o objetivo de diminuir dos casos de internação e a própria reincidência dos adolescentes que cometeram algum ato infracional. Entre outras ações desenvolvidas pelo entrevistado, o promotor esteve vinculado a um importante projeto juntamente com representantes da PUC/PR, do Poder Judiciário e da OAB, objetivando realizar um programa de combate à violência nas escolas e avaliação das políticas públicas e programas sociais na área da Infância e Juventude na Capital Paranaense, cujos resultados foram significativos.

Todos esses elementos serviram de base para a compreensão das representações de juventude operacionalizadas pelo entrevistado, que se situam especialmente entre sua esfera de atuação na perspectiva do ECA e outras definições impregnadas por elementos do senso-comum e de conteúdo psíquico, de sua individualidade pessoal, ou seja, diversas concepções numa mesma fala. Embora numa primeira observação parecessem concepções contraditórias, o entrevistado confere sentido à juventude como *limite etário-biológico*, a partir das indicações do Estatuto da Criança e do Adolescente e como *condição de agente vitalizador da sociedade* e também o jovem como *sujeito de direitos*, como *pessoa em desenvolvimento*:

“Pergunta: O que o sr. entende por juventude?”

Resposta: Vamos aí perpassar pelas infâncias primeiras, segunda, terceira até chegar então aos 12 anos e depois nós vamos aí hoje já definido pelo Estatuto. Dos 12 aos 18 anos incompletos chamamos de adolescentes. Até os 12 anos de criança. Então juventude não é só a questão do inimputável, penalmente. Juventude é toda aquela força motriz, aquela força que tem um sentimento afluente, de realizações, de contribuições. Mas especialmente na nossa área, nos costumamos a centralizar dos 18 anos para baixo, até denominamos de jovem o adolescente no processo para tirar alguns estigmas aí. A juventude é aquele que tem a alma despoluída, uma alma limpa, sem mácula. É mais uma opinião pessoal”.

Chama-se a atenção às afirmações finais, que demonstram uma identificação do jovem com a idéia de pureza, inocência, aquele que não possui maldades e nem as entende, por isso,

necessita de *proteção integral* por meio da atuação do Estado, da sociedade e da família. Comprendemos que essa concepção acaba reforçando a imagem das crianças e dos adolescentes como *vulneráveis*⁶⁵ que se aplica ao segmento infanto-juvenil atendido pelo Ministério Público, isto é, as crianças em situação de risco e os adolescentes infratores. O promotor acentua essa perspectiva ao explicar o objetivo do Direito da Infância e Juventude, em que distinguem as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade daqueles considerados *menores*:

“O Estatuto trouxe um alento, ele traz regras rígidas e pétrias que obriga à família, a escola, a sociedade, o Poder Público em geral a ser vigilante, no respeito da dignidade daqueles em formação, que são as crianças e os adolescentes. Antes não tinha isso. Era tratado criança e adolescente como objeto. O tal do Código de Menores que era situação irregular, era um rótulo. Acabou isso aqui. Hoje você não fala menor, você não fala punição para menor. Você fala que o adolescente que está ao abandono, ele tem que ser protegido, ou aquele que pratica o ato infracional ele tem que ser reensinado, reeducado pedagogicamente readmoestado para retomar o caminho da cidadania.

É interessante observar que o entrevistado não faz a relação entre *adolescente em abandono* e *infrator* (os jovens atendidos pelo Poder Público) com a categoria *menor*, afirmando que hoje em dia esse tipo de denominação, esse rótulo acabou. Mas, ao ser questionado especificamente sobre o assunto, reconhece que tal categorização da juventude ainda persiste no país:

“Pergunta: Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código da Menoridade, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o sr. pensa disso?

Resposta: Os jovens são rotulados. Claro que rotula como *menor*. O Brasil é uma sociedade discriminadora, extremamente discriminadora. Se a pessoa é de cor, ela é rotulada porque é de cor, se é pobre, de parco conhecimento, parca escolaridade. [...] Nas escolas, por exemplo, nós vemos discriminação todo dia. Nós temos uma turma de 40 alunos, nós temos lá uns 3, 4 ou 5 alunos que orbitam. Eles já entram excluídos, eles permanecem excluídos. É uma exclusão, é a pior das exclusões, porque é uma auto-exclusão. Eu não faço nada pra trazer e os professores nessas circunstâncias, eles querem mesmo que aquele pessoal vai embora. Deviam trazer aquela periferia, nós não fazemos isso e aí rotulamos, palavras ofensivas e aí o adolescente reage, os pais não têm informação, não participam, não se integram [...]”

⁶⁵ O conceito de vulnerabilidade que utilizamos parte das considerações de Abramovay (2002) que afirma ser as dificuldades de acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, "aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade".

E, na opinião do promotor, para resolver o problema da exclusão e discriminação dos jovens em situação de risco é preciso vigilância e atitude: “Vigilância para detectar possíveis irregularidades e atitude para cobrar de imediato”. Esse é o papel do Ministério Público na opinião do entrevistado.

Conclui-se que a percepção de juventude concebida pelo entrevistado, apesar da ênfase na aplicação do Estatuto e a defesa dos direitos de cidadania da população juvenil através da proteção integral a esse grupo, elemento essencial para acabar com o estigma da categoria menor, refere-se apenas aos adolescentes considerados vulneráveis, aqueles situados no âmbito de ação do Ministério Público. Tal posicionamento acaba definindo a juventude como um grupo homogêneo, desconsiderando aspectos como condições sociais (classes), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também de regiões geográficas, fundamentais para o entendimento da juventude em sua diversidade. (DAYRELL; CARRANO, 2006)

Além disso, não conseguimos perceber através de nossa análise uma representação sobre o que é a juventude, levando-se em consideração as diferentes condições sócio-históricas que produzem os sujeitos-jovens em situação de vulnerabilidade. De acordo com Abramovay (2002), mesmo em situação vulnerável os jovens possuem diversos atributos (classe, raça, gênero, etc) que os definem enquanto grupo ou individualidades, implicando na necessidade de práticas diferenciadas para o atendimento desses sujeitos. Porém, o que observa-se é que muitas medidas e políticas⁶⁶ de atendimento à juventude acabam tendo efeito parcial por apenas considerarem o âmbito da desestruturação familiar, influências do meio social e a própria evasão escolar como fatores de risco, que apesar de extremamente importantes, não dão conta da complexidade da juventude vulnerável do país.

4.2 Segundo Caso

O segundo entrevistado, também Promotor de Justiça, cedeu entrevista em dezembro de 2007 no seu gabinete na Vara de Adolescentes Infratores de Curitiba. Está no Ministério Público há 18 anos, é casado, católico e foi estudante de escola pública, incluindo a Faculdade de Direito cursada na Universidade Federal do Paraná. Exerceu a presidência do Centro

⁶⁶ Semelhantes políticas, afirma Margulis (1996, p. 16), ignoram o jovem como um ser que vive condições específicas de um ciclo de vida, como um ser social de direitos que deve ser reconhecido em sua condição histórico-cultural e que não está situado de forma homogênea como categoria social.

Acadêmico de Direito Hugo Simas. Ingressou no MP após as mudanças advindas com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e iniciou a carreira como promotor substituto em São José dos Pinhais. Tornou-se titular de comarca na cidade de Dois Vizinhos, sendo designado para Curitiba quatro anos depois.

Foi presidente da Fundação Escola do Ministério Público⁶⁷ (FEMPAR) por duas gestões e tem especializações em Direito Contemporâneo e em Filosofia do Direito, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ) e também em Direito Sanitário pela Universidade de São Paulo (USP). Exerceu por duas vezes a presidência da Associação de Juízes e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude do Estado do Paraná e foi coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Saúde Pública, do MP Estadual, tendo ainda participado da diretoria da APMP (Associação Paranaense do Ministério Público). É membro da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (AMPASA)

Possui artigo publicado sobre crimes de violação de direitos na Revista Igualdades, publicação trimestral do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, que abordam vários temas de discussão, questionamento e divergência entre Promotores de Justiça. Está à disposição de todos os atuantes na área da infância e juventude como material legislativo, doutrinário e jurisprudencial, além de disponibilizar também peças processuais que possam ser úteis à defesa dos direitos pertinentes à população infanto-juvenil.

É um integrante ativo do MP, engajado e comprometido com questões sociais e políticas que envolvem não só a defesa dos interesses da sociedade em geral, mas também os interesses da categoria representada pelos integrantes do MPPR, os Promotores e Procuradores de Justiça do Estado. Esse posicionamento de defesa dos direitos e interesses sociais acompanhou o Promotor de Justiça até muito antes de seu ingresso no MP, aspecto que demonstra que a opção pela carreira jurídica é entendida nesse contexto, mesmo porque o entrevistado salienta que não teve influência de familiares na escolha da profissão, não possuindo parentes em carreiras jurídicas. Originário de segmento social menos favorecido, optou claramente pela carreira no MP, devido ao seu interesse pessoal e pela oportunidade de ascensão financeira.

Exerceu atividade profissional antes do ingresso no MP e revelou que já atuava na área da infância e juventude há muitos anos, muito antes de se tornar Promotor de Justiça:

⁶⁷ A fundação tem por objetivo oferecer cursos de formação para os candidatos a concursos de ingresso na carreira e eventos que visam incentivar o aperfeiçoamento dos promotores enquanto operadores do direito.

“Atuei na área da infância e juventude há muitos anos. Bem antes de ser promotor já atuava na área. Já era ligado a área. Trabalhei a vida inteira com crianças e adolescentes antes de ser promotor. Quando passei no concurso e fui pro interior continuei me dedicando a esta área. [...]Então tem toda uma ligação histórica com a área da criança e do adolescente. Isso se dá pela minha formação, de eu acreditar que você pode melhorar o país começando pelas crianças e pelos adolescentes. O investimento na criança e no adolescente, o investimento no ser humano em formação. Eu acredito nisso. Eu acho que para você ter um homem, você precisa investir na criança e no adolescente, tem que investir na família. Por acreditar nisso é que eu dediquei quase a minha vida toda a essa área”.

Identifica-se, logo no início da entrevista, que as crianças e jovens são considerados *peças em desenvolvimento*, em *formação*, entendendo-os como *geração de futuro*: “você pode melhorar o país (no futuro) começando pelas crianças e pelos adolescentes”. É um *vir - a - ser*, já que enfatiza a figura da criança e do adolescente como pessoas que se tornarão adultos (*o homem*), ou seja, o jovem que irá se tornar o adulto de amanhã. A representação de juventude para o promotor concentrou-se no aspecto geracional, como fase específica da vida que culmina na idade adulta, enfatizando o aspecto da formação que tem no Estatuto da Criança e do Adolescente a preservação desse importante momento da vida:

“Pergunta: O que o sr. entende por juventude?”

Resposta: É uma fase da vida em que todos nós passamos. Depois de crianças nós nos formamos adolescentes, somos jovens, depois amadurecemos e nos tornamos adultos. É uma fase da vida em que a pessoa está num processo de formação e que, portanto, e aí que vem as coisas boas previstas pelo Estatuto, que trás esse respeito a essa situação peculiar da pessoa em formação. Juventude são pessoas que não são mais crianças, mas que ainda não estão maduras, não estão na maturidade total do ser humano. Então são pessoas que estão num processo de formação, num processo de amadurecimento e essas regras de se respeitar essa condição peculiar da pessoa em formação são previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Assim, a fala do entrevistado demonstra um discurso sobre a juventude engajado na perspectiva do jovem como um *vir – a – ser*, pela ênfase na questão do *amadurecimento* e da *formação*, entretanto, este tipo de concepção acaba identificando os jovens com *o que ainda não chegou a ser*, negando o presente vivido. Nesse sentido, há a negação da importância do presente vivido pelo jovem que indica a ameaça que este pode significar; por isso, pode ser mais seguro refugiar-se num passado qualquer ou anunciar um futuro incerto para ambos, adultos e jovens. De acordo com Lima (2005, p. 40), isso equivale a dizer, que são discursos adultocêntricos, pois, só conseguem enxergar a juventude a partir dos papéis que este grupo irá desempenhar socialmente na idade adulta.

Por outro lado, verifica-se também que o operador jurídico chama a atenção para o papel das crianças e jovens como *sujeitos de direitos*, ou ainda, *protagonistas de sua história*,

diferentemente dos *menores*, aspecto mencionado no momento em que discutiu-se na entrevista o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Pergunta: Como o sr. definiria o Estatuto da Criança e do Adolescente?”

Resposta: [...] O Estatuto da Criança e do Adolescente é sem dúvida nenhuma uma legislação extremamente avançada em termos de mundo. Nós temos uma lei, nós temos uma norma que respeita a criança e o adolescente como sujeito de direitos e não como um objeto, como coisas, como eram tratados no antigo Código de Menores. Mas sim pessoas que são capazes de fazer a sua história. Então o ECA é uma lei extremamente avançada e adequada para nossa realidade social. O que precisa fazer, volto a insistir, é pô-lo em prática, fazer com que as regras previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente sejam respeitadas em prol de uma adolescência, em prol de uma juventude que está aí e é marginalizada.[...] Ele prevê direitos como prevê deveres, na perspectiva de transformá-los em cidadãos responsáveis pela sua história e não como objetos da sociedade, de manipulação como eram no Código de Menores”.

O Promotor de Justiça acentua que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que prevê o respeito aos direitos infanto-juvenis através da novidade do princípio de *proteção integral*. Afirmar ser uma das legislações mais avançadas do mundo e a compara com outras leis internacionais para a infância e a juventude. Sua singularidade reside no fato de garantir a eles a condição de sujeito de direitos, possibilitando sua emancipação social enquanto cidadãos e deixando a condição de meros objetos do Estado. Acredita que somente a efetiva aplicação do ECA possibilitará às crianças e jovens marginalizados transformarem-se em “cidadãos protagonistas de sua história”. Além disso, o entrevistado considera que o Estatuto “é uma lei extremamente avançada”, mas nem por isso, é inadequada para a realidade brasileira, pois, a Lei não é posta em prática. Não por conta da realidade nacional e sim pelos próprios juízes, promotores e defensores públicos que não tem colocado o Estatuto em prática da forma que lhe é devida.

Por outro lado, mais uma vez percebe-se a idéia do jovem como futuro adulto, como se o jovem hoje fosse considerado uma pessoa que ainda não é capaz de ser responsável pelas suas decisões e pela sua vida. A especificidade da condição juvenil também não é considerada, pois, a partir do discurso do promotor entende-se que os sujeitos de direitos são aqueles jovens em situação de risco, marginalização e exclusão. Dessa forma, constata-se que a visão dele a respeito da juventude também está impregnada pelo trabalho desenvolvido no Ministério Público, tendo uma imagem da juventude caracterizada pela parcela da população jovem que teve seus direitos violados ou praticaram ato infracional, com a intenção de definir tal grupo social na perspectiva dos *direitos*. Este tipo de visão aponta, com efeito, para uma

outra questão relevante: a tentativa de rompimento com determinados estigmas provenientes das antigas concepções vigentes sobre juventude, pobreza e menoridade.

Na verdade, a ênfase na juventude em situação de risco aponta para um trabalho voltado à proteção daqueles que anteriormente tinham seus direitos violados ou não respeitados, isto é, os *menores*, definição que associava os jovens pobres com a criminalidade. Na opinião do entrevistado, não haveria qualquer relação entre pobreza e o aumento da violência:

“Pergunta: Existe relação entre criminalidade e pobreza?

Resposta: Nem todo pobre pratica crimes, atos infracionais. Evidentemente que não. Eu mesmo sou de família pobre, conheço milhares de pessoas oriundas de família pobre e nem, por isso, são pessoas que praticam crimes. Então, eu acho que não existe essa relação direta. Claro que nós não podemos nos esquecer de duvidar que existe um número grande de pessoas no país que, pela situação de exclusão social em que vivem, eles não tem muitas alternativas, a não ser sobreviver da forma como que é possível, praticando furtos enfim. [...] Então, claro que a pobreza extrema é, pode levar a prática de atos infracionais, mas, eu acho que não dá pra dizer que o pobre necessariamente pratique atos violentos. Claro que nós vivemos numa situação tão horrorosa no nosso país que você tem pessoas que são tão excluídas, que eu percebo que se quer tem a noção de que aquilo que ele praticou é um ato infracional. Não tem a noção de que o bem de uma pessoa é daquela pessoa e, enfim, essa noção de propriedade que nós temos, eles nem tem isso. Eles não têm nem sequer noção de que determinados atos são considerados por nós, pela lei, como violência. Por exemplo, o próprio uso da droga, a venda da droga, a venda da droga que eles fazem isso, não pela consciência de que aquilo é tráfico, eles fazem para ganhar dinheiro, sustentar a mãe, o pai às vezes é alcoólatra. Então, essa situação de pobreza extrema que nós vivemos, nos leva a prática de atos infracionais. Eu acho que não dá pra você fazer uma ligação direta com pobreza e criminalidade. São duas coisas que não tem essa ligação”.

Diante dessas considerações, tem-se uma leitura que tenta separar o indivíduo e a condição estrutural em que está inserido, por isso, acredita não haver qualquer ligação entre criminalidade e pobreza, mas também afirma que “nem todo pobre pratica crimes”. Isso significa haver o entendimento de que, em certos casos, há a ocorrência de crimes advindos da condição social. Como ele próprio ressalta, os casos de pobreza extrema podem levar a prática da criminalidade, mas explica que eles não teriam consciência que aquela prática seria uma contravenção penal, devido à exclusão social e a pobreza extrema em que se encontram.

De certa forma, em determinados casos, parece que este tipo de percepção social também pode se aplicar aos próprios adolescentes infratores, considerados vulneráveis e propensos à criminalidade devido a sua condição social, ou seja, aqueles provenientes de determinada classe social, raça, gênero ou localização geográfica: os jovens pobres. E com isso não há possibilidade para outra visão acerca do jovem, principalmente entre o senso

comum, a não ser aquela do pobre desprotegido, que necessita de amparo para não cair na delinquência.

Para enfatizar essas discussões, abordou-se a questão da menoridade, onde o promotor demonstrou um discurso coerente sobre o tema:

“Pergunta: Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código da Menoridade, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o sr. pensa disso?

Resposta: Questão preconceituosa, você vê hoje em dia assim no jornal, você vê a manchete “*Menor* rouba tênis de criança (ou de adolescente)”. Então quem é o *menor*? É o excluído, é o pobre, é o preto, é o sujo, é o que tá na rua. Esse é o *menor*. Os nossos filhos não são *menores*, são chamados de criança e de adolescente. Então, isso é uma expressão pejorativa, é preconceituosa, que se usava e se usa até hoje, embora a Lei, o Estatuto preveja criança e adolescente e não usa mais essa expressão. É muito usada pela mídia, enfim, pela sociedade de uma forma em geral, pela própria imprensa quando você vê na manchete. Eu vi esses dias ainda no jornal “*Menor* rouba tênis de adolescente”. Então quem é o *menor*? O *menor* é o excluído, o pobre, ele é o trombadinha que a sociedade diz. Quem é a criança e o adolescente? É o filho da classe média-alta, que teve seu objeto subtraído. Uma expressão preconceituosa, pejorativa”.

Da mesma forma, o aspecto da exclusão e da marginalização seria um dos fatores responsáveis pela prática do ato infracional, que implica num posicionamento diferenciado para a proteção dos jovens que encontram-se nessa situação. Nessa perspectiva, o entrevistado afirma de novo sua percepção da juventude com relação ao trabalho que desenvolve na Vara de Adolescentes Infratores de Curitiba, destacando que a medida mais eficaz presente no Estatuto da Criança e do Adolescente seria a liberdade assistida, mesmo em casos graves de infração, salientando a importância dessa medida para a recuperação do adolescente em conflito com a lei. No entanto, ressalta que essa medida não funcionaria adequadamente, assim como a semi-liberdade e a própria medida de internação, por isso, a dificuldade de colocá-la em prática:

“Agora a liberdade assistida é a medida mais importante do Estatuto, que é o ponto de ouro da transformação desse adolescente que praticou um ato infracional, para a sua cidadania. Ele deveria ser acompanhado por psicólogos, assistentes sociais para que ele fosse amadurecendo nesse momento de formação dele. Não existe (a medida de liberdade assistida), ela não funciona. Funciona muito mal, é a medida mais importante que nós temos e funciona muito mal. O adolescente fica a deriva de alguns técnicos que, às vezes, nem estão preparados para fazer o recebimento, nem tem noção direito do que precisa fazer. Então, a medida de liberdade assistida, que é a mais importante, não funciona. A semi-liberdade, por exemplo, é um programa que está aí há anos com dificuldade, funciona muito mal. A internação funciona muito mal também. Você não tem uma proposta pedagógica lá dentro do Educandário, adequada, que possa devolver esse jovem à sociedade melhor do que entrou. É claro que ele ainda é mil vezes melhor se julgar o Sistema Penitenciário,

mas muito há de se fazer na área da criança e do adolescente, pra que o Estatuto seja implementado”.

Novamente há a concepção do jovem como pessoa em formação, que está amadurecendo, preparando-se para o seu papel de futuro cidadão. Todavia, encontra-se também outras percepções da juventude nas falas seguintes. O promotor acredita na importância da aplicação de medidas em meio aberto, mas não as aplica, pois, no Estado do Paraná, ela não possuiria uma estrutura adequada de funcionamento e também faz a mesma crítica com relação às medidas de semi-liberdade e internação. No entanto, ao ser questionado sobre a eficácia da medida de internação, mesmo sendo o jovem uma pessoa em desenvolvimento, defende a aplicação da medida, justificando-a através do princípio de brevidade e excepcionalidade:

“Pergunta: “O sr. concorda com a medida de internação?”

Resposta: A internação sim, eu acho que em determinadas situações você necessita de dar limites concretos aos adolescentes. E esses limites concretos somente são possíveis através de uma privação de liberdade. Claro que, se respeitando as previsões do Estatuto, da excepcionalidade e da brevidade, ou seja, essa regra da internação ela só se aplica excepcionalmente, quando todas as demais não se mostrarem eficazes. Claro que, complementando o que eu dizia anteriormente, como a liberdade assistida não funciona adequadamente, em determinado momento o promotor ou o juiz acabam se sentindo pressionados a colocar ele numa internação, porque as regras em meio aberto não estão funcionando. [...] O princípio da brevidade é que ele seja internado pelo menor tempo possível, ou seja, somente o tempo necessário para que ele perceba o que está acontecendo na vida dele, que ele amadureça e introjete valores para viver socialmente mais adequado, de forma mais adequada”.

O exemplo acima remete as representações do operador jurídico numa outra dimensão, aparece a questão dos “limites” para a juventude, pois é como se o jovem que pratica um ato infracional estivesse “sem limites”. Nesse sentido, a percepção dos jovens como *sujeitos de direitos*, na visão do entrevistado, convive com idéias, segundo as quais, a juventude precisa estar submissa à responsabilidade de outros atores sociais, como até o próprio Estado, para poder ser dado os limites necessários que este sujeito não possuiria. A imposição de limites estaria em plena conformidade com a idéia de *proteção*:

“Pergunta: Como é para o sr. mandar um adolescente para essas instituições?”

Resposta: Quando a gente aplica uma medida de internação, em determinadas situações excepcionais, eu faço isso com muita tranquilidade, porque, eu tenho certeza que esse adolescente vai voltar para o meio social melhor do que ele entrou. Eu tenho, embora eu seja crítico com relação às medidas sócio-educativas, como eu demonstrei para você a pouco, no sentido de que elas poderiam ser melhor executadas, mesmo assim, eu acho, eu acredito plenamente no sistema, mesmo com

suas falhas, ele dá um retorno social adequado, o adolescente que vai pra internação, ele sai de lá em regra muito melhor do que estaria aqui em liberdade”.

A partir dessas visões do entrevistado, compreende-se que sua representação da juventude revela-se por meio da combinação de diferentes definições sobre os jovens, contudo, salientando as concepções de *pessoa em formação*, que está *amadurecendo*, como as expressões mais recorrentes para definir os jovens de acordo com a respectiva fala. Assim, constata-se, que tais concepções situam os jovens, não pela sua condição no presente, mas sim, o que irão se tornar no futuro, desempenhando um papel social preestabelecido pelos adultos. Além disso, a afirmação de que certas situações sociais, como a pobreza e a miséria, podem gerar a prática de atos infracionais, demonstra o entendimento da condição estrutural que associa classe social à criminalidade, condições que contribuem para a criminalização da juventude pobre do país.

Ao final da entrevista, o promotor desenvolveu alguns elementos que indicaria uma percepção da peculiaridade e especificidade da condição juvenil, quando foi questionado acerca da discussão sobre a redução da maioridade penal. Porém, não houve uma explicação mais aprofundada desses elementos:

“Quando acontece algo grave, a mídia levanta essa questão e se discute, mas não se aprofunda essa discussão e acaba permanecendo nessa situação do que é adequado ou que não, enfim. É evidente que você tem dificuldades hoje do ponto de vista científico para determinar quando você tem maturidade, se aos 17 anos, aos 18 anos, aos 19, 20 ou 21, até porque isso depende de cada pessoa. Você pode ter uma pessoa com 16 anos mais madura do que uma de 21 anos, de 22 anos, isso depende muito de cada pessoa. Então você não tem como determinar neurologicamente, biologicamente, falando quando que você amadureceu. É aproximadamente aos 18 anos, mas pode ser um pouco antes, como um pouco depois [...]”.

Portanto, apesar da afirmação de que a questão do *amadurecimento* é algo que não pode ser definido através de critérios meramente etário-biológicos, não define que outros critérios devem ser considerados para tal definição. Por isso, concluímos que o entrevistado possui uma visão de juventude como sujeitos de direitos, mas em termos específicos de pessoa em situação de desenvolvimento. Suas representações são bastante influenciadas pela atuação no Ministério Público e o conhecimento aprofundado do Estatuto da Criança e do Adolescente, entretanto, refere-se basicamente aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e vinculando outras percepções advindas da imagem do jovem em condições sociais de marginalização e exclusão como aqueles que realmente necessitariam de “proteção integral”.

4.3 Terceiro Caso

A terceira entrevista da análise realizou-se na sede do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente em janeiro de 2008, contando com a participação do primeiro Procurador de Justiça selecionado para a investigação. Optou-se pela sua participação, devido, ao trabalho que efetua junto à infância e à juventude no CAOP e a sua longa carreira no Ministério Público do Paraná dedicada a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Atua há 30 anos no Ministério Público. Foi Promotor de Justiça da Infância e Juventude durante 12 anos em Curitiba. É casado, tem filhos e netos, professa a religião católica. Estudou em escola pública e com 23 anos ingressou na Faculdade de Direito Curitiba (instituição particular) em 1974.

Graduou-se em 1977 e, logo após, foi aprovado em concurso público para atuação no Ministério Público do Paraná, não tendo exercido atividade profissional na área jurídica nesse período. Não teve influência de familiares pela escolha na carreira, tendo sido uma opção pessoal, pois, “observou uma postura de injustiça no país”, vendo no Direito a possibilidade de contribuir para melhorar a distribuição de justiça no Brasil, “melhorar as condições de vida das pessoas”. Nesse sentido, optou claramente pela carreira no Ministério Público, também incentivado pelo posicionamento dos promotores no Tribunal do Júri, estágio obrigatório realizado durante a graduação. Não exerceu o magistério.

Atuou como Promotor de Justiça, além da cidade de Curitiba, nas comarcas de Barracão, Alto Piquiri, Mandaguaçu, Santo Antônio do Sudoeste, Francisco Beltrão, Assis Chateaubriand e Colombo. Foi coordenador do CAOP da Criança e do Adolescente por duas gestões; 1º Secretário da Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná; membro da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP; membro do Conselho Estadual de Entorpecentes; membro do Conselho de Administração do Instituto de Ação Social do Paraná (IASP). Participou também de evento internacional sobre Seqüestro e Desaparecimento de Crianças e Adolescentes e Aspectos da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Material de Adoção Internacional – UNICEF – Haia, Holanda.

Durante toda a sua carreira dedicou-se a defesa dos direitos da infância e juventude e, esse aspecto pode ser observado através do trabalho desenvolvido pelo procurador no Ministério Público. Enquanto Promotor de Justiça, desempenhou diferentes designações com relação à população juvenil, desde o amparo, a proteção, a promoção de direitos, a defesa de

direitos, mas também a punição e o próprio processar. Seus discursos institucionais também demonstram essa preocupação com a infância e a juventude do país, através da proposição de ações civis públicas, recomendações, petições, pareceres e intervenções no sentido de melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes, visando desde o combate à evasão escolar, como também a violência doméstica e sexual contra crianças e jovens, fiscalização do cumprimento das normas prescritas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e do pleno funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado, entre outras medidas.

O trabalho que desenvolveu no CAOP também foi de extrema relevância, atuando com o apoio de uma equipe profissional, que englobou Servidores e demais Promotores de Justiça, avaliando os recursos (apelações judiciais) que chegam das Comarcas do Estado sobre a área da infância e juventude, com reuniões estratégicas de enfrentamento de situações diversas, como: elaboração de políticas públicas na área da criança e do adolescente; palestras em escolas e eventos; divulgação do trabalho, notícias, legislação, troca de idéias acerca da infância e juventude no Estado através de página na internet e da publicação de um periódico, a Revista Igualdades, etc. Em sua atuação específica, mantinha contato direto com todos os Promotores da Infância e Juventude do Estado do Paraná, “prestando esclarecimentos e oferecendo orientações”, transmitindo o entendimento doutrinário e da jurisprudência, ressaltando a não interferência⁶⁸ na esfera de independência funcional do promotor, portanto, sem impor a opinião da equipe do CAOP.

E definiu sua atuação: “Atuamos na busca que o Poder Público implante políticas para melhorar a qualidade do trabalho e do social também. É um trabalho forte, de interlocução com o Poder Público (Política Estadual para a Infância e Adolescência), o Judiciário e o Conselho da Infância e Juventude”. Questionou-se seu interesse pela infância e juventude e respondeu já existir antes do ingresso no Ministério Público, mas esse interesse aumentou após a aprovação do ECA com uma inclinação maior: a afirmação da idéia de “intervir de forma decisiva para a melhoria de vida das crianças e adolescentes”.

Nessa perspectiva, começa a esboçar sua percepção da juventude, a partir da discussão do Direito da Infância e Juventude:

“Pergunta: Qual é o papel do Direito da Infância e da Juventude?

Resposta: Eu tenho pra mim que este é um direito básico, porque incorre em respeitar, buscar, defender, privilegiar os direitos desse segmento da sociedade. Ter

⁶⁸ De acordo com o entrevistado o CAOP da Criança e do Adolescente não tem atribuições de execução, não tem vinculado a execução e não pode subscrever uma petição. Tem apenas a função revisional.

uma visão de futuro, próxima ou mesmo remota, porque mais adiante você terá uma sociedade melhor, mais democrática, mais consciente de seus direitos e dos direitos alheios. Eu com 59 anos de idade que tenho, tenho como dever, que eu não posso abrir mão é de lutar pelo direito do recém-nascido, do menino, da menina, do juvenzinho, se eu não chegar a testemunhar a sua vida na fase adulta já, eu terei feito o meu trabalho no sentido de por ele ter lutado para que ele seja uma pessoa boa, socialmente colocada, respeitosa, respeitável, que cumpra seu papel cidadão”.

Nesta fala, observa-se alguns elementos que apontam para compreensão do jovem não em sua condição presente, mas o que se tornará no futuro, desempenhando seu papel social previsto pelos adultos. Esse tipo de discurso *adultocêntrico*, não consegue perceber o jovem em sua condição presente, com suas peculiaridades e especificidades, somente, que ele necessita se tornar o cidadão planejado, sendo aquilo que *deve ser*, um valor relativo apenas ao futuro e não um valor em si mesmo. Ao mesmo tempo, percebe-se que o entrevistado considera alguns aspectos da diversidade do segmento juvenil quando se refere à necessidade do “privilegiar os direitos desse segmento da sociedade” e menciona o “direito do recém-nascido, do menino, da menina, do juvenzinho”, apontando para os limites etário-biológicos e a própria condição de gênero, elemento não mencionado por outros operadores da justiça.

Outra definição relevante de juventude surge com relação à questão da menoridade, aparecendo à concepção de “sujeito de direitos” defendida pelo procurador. O entrevistado afirma, veementemente, se opor à visão de juventude presente na cultura discriminadora do Código de Menores:

“Pergunta: Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código da Menoridade, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o sr. pensa disso?

Resposta: A sociedade tem esse defeito grave. Quando eu disser, for fazer referência aos meus pequenos, eu digo lá, os meus filhos, as minhas crianças eu digo. Quando eu falo os filhos dos outros, se forem pobres, eu digo aqueles *menores*. Isso é uma linguagem infeliz que a sociedade ainda cultiva. Mas eu vou mais além, eventualmente, isso já está acabando, alguns juristas, juristas hein, ainda escrevem *menores* para descrever, caracterizar a criança e o adolescente. Esse cagueto *menores*, ele é da cultura do Código de Menores, o menino, a menina, a criança e o adolescente era objeto do poder do Estado. Hoje não. Eles são sujeitos, a linguagem que nós usamos tem que fazer pegar e já pegou, pelo menos pra nós, pra sociedade mais esclarecida, é que são crianças e adolescentes. Aqueles que ingressam, que estão entre os 18 e 21 anos, eu costumo denominar de jovens adultos. Mas uma implicação, eu não sei se alguém já fez isso, mas é uma forma de denominar alguém que está nessa faixa de transição, entre 18 e 21 anos”.

O Procurador de Justiça assinala, que o termo *menor* ainda é utilizado nos meios jurídicos e, principalmente, entre o senso-comum, definindo as crianças e jovens provenientes de outras classes sociais. E ressalta que as crianças e jovens que fazem parte dos nossos

círculos familiares não são tratados como menores, a não ser aqueles considerados distantes socialmente e pertencentes às classes menos favorecidas da população. Esses aspectos foram discutidos por Moraes (2007), que verificou que a terminologia **menor** aplica-se exclusivamente às crianças e jovens tomados na prática e não nas intenções, como problemas. E não problemas quaisquer, mas aqueles derivados da pobreza ou de aspectos étnico-raciais devidamente estigmatizados por intermédio de processos e dinâmicas criminalizadoras.

Além disso, a análise da categoria *menor*, segundo o autor (MORAES, 2005), é da máxima pertinência porque ele tem sido utilizado de forma intensa pelos operadores jurídicos e por todo um conjunto de profissionais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes. O entrevistado também segue essa perspectiva ao afirmar que a sociedade ainda cultiva este tipo de definição para a juventude pobre, inclusive juristas que atuam sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi possível observar que o entrevistado não utiliza essa terminologia e esteve combatendo de forma intensa nos últimos anos esse tipo de pensamento, através de seu trabalho no CAOP da Criança e do Adolescente. Pode-se dizer que o procurador possui uma visão de juventude que não se detém nos marcos definidos pelo Estatuto, seu principal instrumento de trabalho, pois chama a atenção para a expressão “jovens adultos”, aqueles situados na faixa etária dos 18 aos 21 anos.

Da mesma forma, a expressão de várias concepções para conceituar a categoria juventude:

“Pergunta: O que o sr. entende por juventude?”

Resposta: Juventude, se sabe, na terminologia popular, eu diria que é um espaço muito interessante da trajetória de alguém pela vida, porque, é a época dos projetos, sonhos, da busca e preparação para a concretização dos seus sonhos, seja qual for a opção feita pelo jovem. Eu vejo no jovem vida, entusiasmo, alegria, criatividade, promessa e muita esperança”.

A juventude é representada enquanto época dos sonhos, entusiasmo, criatividade, isto é, um momento de possibilidades, que coloca a juventude em nossa sociedade como um mito, um valor, como algo a ser perseguido. Peralva (2006) ressalta que a tendência contemporânea é a afirmação do jovem como modelo cultural do presente, tendo como característica marcante a valorização da juventude associada a valores e estilos de vida e não propriamente a definição de um grupo etário. Passamos por um *processo de juvenização*⁶⁹, entretanto, essa

⁶⁹ De acordo com Peralva (2006, p. 25), “a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo”. A importância dos meios de comunicação de massa como veículo de integração cultural e o crescimento do consumo de massa contribuem para essa juvenização.

visão dos jovens defendida pelo entrevistado convive também com a imagem desse adolescente como *promessa e esperança do futuro*, ao ser o momento de *preparação* para a concretização dos seus sonhos, como já havia sido detectado anteriormente.

Então define o adolescente que pratica um ato infracional:

“[...] Vejo o nosso adolescente que entra em conflito com a lei, eu vejo ele como um resultado, um produto da má educação escolar e de uma sociedade que está perdendo valores, não está respeitando valores. Veja só, para o comum dos homens, para nossa pouca cultura brasileira, crime é matar ou roubar, pode perceber, quando alguém é pilhado cometendo uma infração que não seja furto ou roubo ou assassinato, ele entende que não está cometendo crime. Então esse conceito de infração, é preciso que o povo entenda isso! Então voltamos à família e aos bancos escolares. É lá que tudo nasce, é lá que tudo é formado, é lá que tudo cresce e lá que é tudo preparado. Quando você pega, estatisticamente falando, a comunidade, a população de adolescentes que estão por decisão judicial no regime de internação, ou seja, de privação de liberdade, você vai verificar ali que o grau de escolaridade deles é muito baixo, muito pequeno, é raríssimo. Identidade civil poucos têm, mal eles têm certidão de nascimento, que é a exibição, a prova da cidadania.”

O procurador justifica que a responsabilidade pela prática do ato infracional é reflexo da desestruturação familiar e a falta de escolaridade, esta última causada pela evasão escolar. Falta uma consciência para os jovens sobre o que é um ato infracional, que só seria inculcada através da atuação incisiva da família e da própria educação. Como esses fatores podem remeter também, na opinião do senso-comum, as condições sócio-econômicas, o entrevistado foi questionado sobre a relação criminalidade e pobreza:

Pergunta: Existe relação entre criminalidade e pobreza?

Resposta: É uma situação de muita delicadeza, quando eu vejo agora a “clientela” dos Juizados, ela é esmagadoramente oriunda da classe pobre, menos privilegiada. Eu tenho que retomar a questão da educação. Esses meninos e meninas que acabam, estão na marginalidade social, acabam por uma razão ou outra, pela falta de estrutura familiar, falta de freios morais e religiosos também, eles acabam se inclinando para a prática das pequenas infrações, porque os freios morais os pais não lhes dão, porque eles não têm freios morais. E isso acaba desinibindo uma criaturinha que tem fome e que querem integrar uma sociedade de consumo também. Se eu sou uma criança pobre e eu vejo um menino da minha sala de aula, que tem um tênis bonito, uma roupa bem bonitinha, naturalmente por ser criança, eu não consigo compreender porque eu não tenho e o outro tem. Eu vou conseguir compreender se os meus pais me explicarem isso desde cedo. Então isso não lhes é dado, lá na família, que é onde eles formam seu caráter, seus freios morais e religiosos, se a família for religiosa. Eles não têm essa trava no seu dia-a-dia e, é por isso, às vezes, estimulados ou até obrigados por seus pais, eles saem pelas ruas praticando atos anti-sociais. [...]

Assim, retoma a questão da educação e da desestruturação familiar como fator de risco para a prática da infração, contudo, traz um dado novo, o problema do “limite” e afirma que

os adolescentes que cometem infrações não possuem “freios morais”, adquiridos através da família. É um tipo de concepção de que a juventude precisa estar submissa à responsabilidade de outros atores sociais, como, por exemplo, a família. É uma visão que coincide com a fala do promotor da segunda entrevista, sobre a necessidade de impor limites a esses jovens, sem modelos para se tornar um cidadão de bem. A falta de limites e de um modelo a ser seguido produziria a marginalização da juventude e, por isso, na opinião do entrevistado, não se trata necessariamente daqueles provenientes das classes mais baixas da população.

Da mesma forma, o procurador novamente chama a atenção para o aspecto do *discernimento*, que os adolescentes que cometem infrações não têm discernimento de que aquilo que ele praticou conflita com a lei, por causa, principalmente, da falta dos freios morais: “Então a infração, ela está presente, é uma tendência de todas as pessoas do mundo, só que a grande maioria delas tem freios psicológicos e morais, para não chegar até a infração, a marginalidade”. Nesse contexto, a redução da idade de responsabilidade penal não cabe para o procurador e nem a modificação do Estatuto, pois, “é uma norma, uma das mais avançadas do mundo” e tenta promover direitos, principalmente, entre a população mais vulnerável, aqueles que “não tem como esconder a sua prática infracional”.

Ao demonstrar seus argumentos acerca da redução da idade de responsabilidade penal, revela o seu desacordo com relação à aplicação de medida de internação:

“Agora mesmo eu recebi um recurso vindo de uma comarca desse Estado, que uma garotinha de dezesseis anos foi encontrada num lugar público reservado, fumando maconha. Foi presa, apreendida, passou pela ação sócio-educativa e por alguma circunstância social ou de desamparo familiar, foi decretada a internação dela. Então quando eu recebi o processo, eu tô fazendo aqui uma crítica, ela não é ética, mas ao mesmo tempo é ética porque eu não tô falando de que comarca é, mas trata-se de uma atuação equivocada de um Promotor e de um Juiz, no sentido de uma má leitura da Lei e também de se deixar pressionar pela sociedade. Ah tem que ser preso! A sociedade diz infrator tem que ser preso, só que a sociedade que quer que o adolescente seja preso não presta atenção ou não quer prestar atenção que um furto que um adulto pratique, sendo ele primário ou não, imediatamente ele é solto. E só receberá ação e inquérito policial se o prejudicado fizer a tal da representação, registrar todo o B. O. e pedir que seja aberto inquérito. Então querem que o menino que pratique furto seja preso, quando o adulto não é. É um contra senso, é uma contradição esse pensamento da sociedade está difícil de ser removido. A nossa peregrinação por escolas, em palestras, tem levado essa mensagem para desmontar esse equívoco. E o discurso também da mídia é muito forte. Não posso concordar com isso. E não estou brigando com a imprensa, estou fazendo o meu trabalho aqui de discretamente tentar desmontar esse tipo de pensamento”.

E ainda considera que a forma como a lei acaba sendo praticada de forma a estabelecer critérios diferenciados para pessoas de condição social diferenciada, gera graves consequências, inclusive nos casos de infração juvenil:

“Quando alguém que praticou um fato de natureza grave, a lei dispõe, é passível de internação, inclusive internação provisória. Genericamente, quem não tiver um respaldo social e familiar vai ficar internado provisoriamente e vai merecer a internação. Mas quem tem respaldo social e familiar, quem é estudante, que prova que o é, que tem ocupação laboral e que prova que a tem, então não é possível mantê-lo internado provisoriamente e nem aplicar-lhe uma internação, dependendo da graduação da infração que ele praticou. Então, a impunidade da classe alta se dá também por essa via, muito embora nós não concordemos. Nós lutamos para acabar com a impunidade do infrator mais privilegiado, só que dificilmente, o ato infracional dele aparece, porque ele destrói as provas e quando aparece ele usa de todos os recursos possíveis e infelizmente tem conseguido né”.

A representação de juventude do entrevistado possui uma ênfase na imagem de *sujeito de direitos*, com destaque à importância dada a promoção da cidadania, enfatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, há também um entrecruzamento de concepções advindas de sua experiência pessoal e profissional, que destaca a questão da juventude como modelo cultural e o jovem como futuro adulto. Aqueles que praticam atos infracionais, apesar de serem sujeitos de direitos, são os marginalizados socialmente e desprovidos de limites ou freios morais, devido à falta de estrutura familiar e a baixa escolarização, por isso, a intervenção do Ministério Público torna-se necessária através de campanhas que incentivem a qualidade da educação e o combate à evasão escolar, como também, quando necessário, a aplicação de medidas sócio-educativas que possam trazer esse adolescente novamente para o caminho da cidadania.

4.4 Quarto Caso

Com relação à quarta entrevista, são necessários alguns esclarecimentos sobre as condições de efetivação da mesma. Neste caso, o Promotor de Justiça selecionado para a pesquisa, sugeriu o envio das perguntas por e-mail, em formato de questionário, por conta de sua disponibilidade de tempo. Apesar das dificuldades iniciais, percebeu-se a relevância do discurso presente na entrevista-questionário, por isso, a importância de esmiuçar as questões mais relevantes encontradas nas respostas do entrevistado, incluindo a análise de seu perfil individual, principalmente, pelas diferenças apresentadas em sua formação pessoal e profissional.

A entrevista-questionário foi enviada ao participante em dezembro de 2007, tendo retornado um mês depois, em janeiro de 2008. O operador jurídico atua como Promotor de Justiça da 1ª (Primeira) Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Curitiba (PR), desenvolvendo atividades pertinentes ao asseguramento jurídico-legal dos direitos

fundamentais da criança e do adolescente, como os direitos à vida, à saúde, à educação, etc. É casado, com filhos, católico, teve sua trajetória de vida marcada pelo estudo em escolas públicas do Paraná. Houve influência familiar em sua escolha profissional, visto que, possui parentes atuantes na carreira jurídica.

Cursou a Faculdade de Direito na Universidade Federal do Paraná e, depois de formado, pretendia realizar concurso público para a magistratura federal, pois, segundo o entrevistado, “o Ministério Público ainda não tinha a visibilidade social, política e mesmo jurídica (atribuições legais) que possui hoje”. Exerceu a profissão jurídica durante, aproximadamente, quatro anos até ingressar no Ministério Público Estadual, onde atua há 13 anos. Foi colaborador na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná com o cargo de Conselheiro de Planejamento. Nesse mesmo período iniciou sua carreira no magistério superior, ministrando a disciplina de Filosofia do Direito. Realizou Curso de Aperfeiçoamento em Direito pela University of Florida e, logo após, foi designado pelo Ministério Público para a Comarca de Curitiba. Nesse momento, já finalizava o curso de Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Assumiu diversas aulas em diferentes Faculdades de Direito de Curitiba e em outros Estados, em cursos de Graduação e Especialização, em que se dedicou também ao tema do Direito da Criança e do Adolescente. Ingressou no curso de Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, tendo finalizado recentemente. Atualmente, leciona em quatro Faculdades de Direito, três no Paraná e uma em Santa Catarina. Escreveu diversos artigos em jornais, revistas, boletins e periódicos especializados; publicou dois livros, um sobre Direito e outro sobre Direito da Criança e do Adolescente; palestrante em vários congressos, encontros, seminários, cursos de aperfeiçoamento, cursos de atualização, cursos de capacitação, principalmente, na área do Direito da Criança e do Adolescente, tema em que se especializou.

É membro da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP e membro da Diretoria da Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná – AMPIJ. Em seu trabalho no Ministério Público, atuou na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, perante o Segundo Ofício - Adolescentes autores de ações colidentes com a lei; Promotoria de Justiça perante o Juízo de Direito da Segunda Vara de Família da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná; Promotoria de Justiça perante o Juízo de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca

de Curitiba, Estado do Paraná; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis, Falimentares e de Liquidações Extrajudiciais.

Trata-se de um integrante do MP Curitiba, extremamente comprometido com as questões da infância e juventude, pelo trabalho que desenvolve (tanto como Promotor de Justiça, como Professor de Ensino Superior) e também, o compromisso, até certo ponto, político, através dos artigos que produz, chamando a atenção para o problema da violação dos direitos da criança e do adolescente. Sua destinação específica como Promotor de Justiça da Infância e Juventude é a *promoção* dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou como nas palavras do entrevistado: “*é o asseguramento jurídico-legal do cumprimento, respeito, promoção e defesa dos direitos fundamentais afetos à criança e ao adolescente*”. Diante de todas essas condições, não poderíamos deixar de analisar os discursos e percepções sobre juventude deste importante integrante do MP Curitiba, que atua tão proximamente às questões que envolvem a população infanto-juvenil.

No sentido de esclarecer as suas concepções sobre juventude, uma das perguntas enviadas na entrevista-questionário, refere-se ao interesse pelo estudo e proteção dos direitos da criança e do adolescente, demonstrado nas primeiras falas do promotor. Mencionou a influência do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Na área da infância e da juventude, desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, já desenvolvia estudos acerca das normativas relacionadas ao direito da criança e do adolescente, pois, trabalhava no Escritório Modelo da Universidade Federal do Estado do Paraná que, eventualmente, atendia casos de adolescentes infratores. Enquanto Promotor de Justiça, desde minha primeira atuação, pois, já no próprio concurso fui sabatinado pelo Olympio de Sá Sotto Maior, aproximadamente, por uns 45 minutos acerca do Estatuto.

O entrevistado ressalta a sua vinculação acadêmica e profissional com a área da infância e juventude, advinda com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e também destacou a influência de um importante membro do Ministério Público do Estado do Paraná, militante na área e um dos responsáveis pela aprovação do Estatuto no país. Grande parte dos entrevistados, já havia mencionado a influência do atual Procurador-Geral do Estado para a atuação na área da infância e juventude no Paraná, mas, especialmente, os Promotores de Justiça mais jovens, que ingressaram no MP Paraná no período em que o respectivo Procurador do Estado era o coordenador em exercício do CAOP da Criança e do Adolescente.

Também questionou-se o trabalho desenvolvido pelo promotor na Vara da Infância e Juventude, que salienta a promoção dos direitos da criança e do adolescente através de medidas específicas:

Na Promotoria de Justiça em que me encontro em exercício, desenvolvo atividades pertinentes ao asseguramento jurídico-legal dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como, por exemplo, à vida, à saúde, à educação, etc. E como isto se opera? Através das demandas que surgem, diariamente, advindas da própria população que procura o Ministério Público, quando, não, pelas entidades governamentais e não-governamentais, bem como pelo Conselho Tutelar – art. 136, do Estatuto. Em concreto, efetivando tutelas jurisdicionais para o acesso à escola, ao atendimento médico, próteses, transplantes, transporte, etc. As medidas judiciais adotadas também podem levar em conta a necessidade de colocação da criança e ou do adolescente em famílias substitutas, em casos excepcionais, através da guarda, tutela e adoção, inclusive, com a suspensão ou mesmo destituição do *poder familiar*.

A partir dessa situação do trabalho no Ministério Público, demonstra-se a concepção de juventude operacionalizada pelo operador de justiça:

Pergunta: O que é juventude para o sr.?

Resposta: Na verdade não importa muito o que seja “juventude” numa opinião particular, seja ela de quem for. Pois, numa democracia, o que deve sempre valer é o que for pactuado e, constitucionalmente, estabelecido. Cuidado, não só positivista, mas, numa democracia todos devem se submeter a lei, mesmo aqueles que as criam. A lei é ponto de partida para qualquer relação social responsável e respeitosa num Estado Democrático e de Direito. Desta forma, “juventude” é o que vem descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 2º), vale dizer, toda pessoa que possui idade entre 12 (doze) anos completos e 18 (dezoito) anos. A juventude é uma fase da vida indispensável e necessária para amadurecer. A juventude é uma condição humana inerente a todas as pessoas. É uma fase da vida do ser humano peculiar à sua condição humana de desenvolvimento, porém, a determinação legal delimitativa de tal período passa a colocar a salvo a pessoa humana dos riscos do desenvolvimento da personalidade durante certo período de sua vida favorecendo-lhe, assim, a constituição essencial do seu caráter destinando-se a educação, o convívio familiar e comunitário, livre das exigências e obrigações sociais da vida adulta.

Em sua primeira fala, o promotor afirma que a concepção particular de juventude de qualquer pessoa, independentemente do papel social que desempenhe, não significa nada, mas sim, aquilo que foi pactuado pela grande maioria da população, em termos de lei, Convenções, a Constituição, por serem a base do exercício da democracia. Seus argumentos demonstram a habilidade em lidar com a explicação de conceitos e com o próprio conhecimento científico, em termos acadêmicos, proveniente, em grande medida, de sua titulação (Mestrado e Doutorado). Por outro lado, a fala do entrevistado parece querer passar a

imagem do Direito como instância neutra e fundamental para a constituição do Estado Democrático, cuja consolidação já estaria completamente efetivada no Brasil.

Além disso, observa-se que o *habitus jurídico*, conforme Bourdieu (2007), advindo desse campo jurídico⁷⁰, está presente no discurso do Promotor de Justiça, assegurando ao entrevistado um posicionamento de *especialista*, com autoridade para alcançar uma eficácia simbólica, que é a imposição de uma representação oficial do mundo social. Nessa perspectiva, as demais pessoas exteriores ao ambiente jurídico, estão impossibilitadas⁷¹ de acessar esse *campo do Direito* e acabam sendo dominadas por um discurso que favorece apenas aos interesses dos operadores em questão. Estes últimos acabam, enfim, por produzir, através de falas e ações, a própria realidade social. Tal afirmação se confirma, ao analisarmos a forma como o promotor se pronuncia sobre a concepção de juventude, baseando-se nas definições prescritas na Lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, *juventude é toda pessoa entre 12 anos completos e 18 anos*. A Lei é que prevê o que é a juventude.

Também explica que seria uma fase da vida, peculiar, de desenvolvimento da pessoa e de formação de sua personalidade, afirmando que o Estatuto é essencial para a preservação desse momento da vida, ao delimitar e proteger essa fase, contribuindo, assim, para a formação de seu caráter, através da garantia da educação, do convívio familiar e sem pressioná-lo com as obrigações adultas. Chama-se atenção para o fato de, como alguns entrevistados já haviam salientado, o jovem estaria situado num *dever ser*, devido ao momento de desenvolvimento, de formação, preparando-se para exercer seu papel na sociedade. Há um modelo a ser perseguido, *o adulto com caráter*, apesar de, contraditoriamente, o promotor assinalar a importância de não pressionar o jovem para suas obrigações futuras na idade adulta, remetendo a norma do Estatuto que prevê que o Poder Público, a família e a sociedade, devem proteger a sua liberdade.

Outro aspecto relevante, diz respeito à definição de criança e adolescente proveniente de sua experiência profissional na Vara da Infância e Juventude, que é uma visão particularmente diferenciada da percepção dos Promotores de Justiça que atuam junto aos adolescentes infratores, exemplificando claramente a questão das desigualdades sociais:

⁷⁰ O qual consideramos que o Ministério Público faz parte.

⁷¹ De acordo com Bourdieu (2007), as pessoas que estão fora do Campo Jurídico não dispõem dos mecanismos necessários para adentrar esse campo de luta pelo monopólio de alguns de dizer o Direito, por conta da falta do *habitus jurídico*, incorporado durante a Faculdade de Direito e consolidado através das muitas Especializações e o trabalho desenvolvido na área.

Pergunta: Existe violência praticada por crianças ou jovens?

Resposta: No instante em que crianças e adolescentes se envolvem em acontecimentos violentos, seja praticando-os, seja vitimizandose, por certo, estão apenas reproduzindo o ciclo de violências em que se encontram inseridos. A exploração do grande número de pessoas que pertencem a classes sociais que não são contempladas com os acessos que a riqueza permite, legitima toda sorte de violência estrutural que avilta, castiga, humilha, desumaniza, enfim, elimina o outro de sua própria essência humana. A pesquisa acadêmica deve superar a dimensão meramente comportamental da criança e do adolescente que, eventualmente, possa se encontrar envolvido em situações de violências, principalmente, quando as praticam e que têm consequências graves e, assim, buscar alternativas para o rompimento com o ciclo de violências, sobretudo, com a violência sofisticada proporcionada pela ideologia pragmática dominante exercida diariamente pela racionalidade estatal que se orienta pela exploração do outro enquanto medida de sucesso capitalista. [...] É preciso para de pensar no ato infracional em si e, mais nas políticas públicas destinadas ao adolescente e à criança que os praticaram. [...] Criança e adolescente como qualquer ser humano possuem agressividade, a qual é necessária para a própria sobrevivência humana, porém, uma tal energia deve ser destinada (educada) orientada para a preservação da própria vida individual e coletiva.

Compreende-se que o entrevistado explica a prática do ato infracional, particularmente, referindo-se a situação de violência estrutural⁷² em que se encontram a maioria das crianças e jovens situados nos segmentos sociais mais desprovidos de acesso a riqueza no país, ou seja, aqueles considerados em situação de risco pessoal, social e material. Acredita na relevância das políticas públicas voltadas as crianças e aos adolescentes que praticaram o ato infracional, que devem explorar a educação, visando a preservação das pessoas e das sociedades vigentes. Por isso, defende com intensidade todas as medidas presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, devido ao lado pedagógico de tratamento da infração juvenil, incluindo, a medida de internação considerada também pedagógica, mas, que deve ser aplicada a partir dos princípios de excepcionalidade e brevidade, para o respeito da condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Sobre essas questões, recentemente, o entrevistado elaborou um artigo acerca dessa problemática das medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei, comentando a edição da Súmula⁷³ 338 do Tribunal Superior de Justiça publicada em 16/05/07 “*A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas*”. Para o Promotor de Justiça, a seguinte Súmula deveria ser cancelada ou alterada, visto que, o Estatuto da Criança e do

⁷² Para o entrevistado: “a violência estrutural opera-se através da corrupção, da miséria, da exploração do outro, pela exclusão e injustiças sociais, enfim, por uma sofisticada rede de controle social que opera ideologicamente, (ALTHUSSER)”.

⁷³ Importante instrumento jurídico adotado pelo direito brasileiro desde 1963, a súmula de jurisprudência dominante é utilizada para garantir a segurança jurídica, promover a celeridade processual e evitar a multiplicação de processos sobre questões idênticas. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável pela uniformidade da interpretação da lei federal no Brasil, conta, atualmente, com 357 súmulas, [...] (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2007)

Adolescente possui regras jurídicas aptas para a resolução adequada dos casos concretos que se referem à aplicação e ao cumprimento de medidas sócio-educativas por adolescente a quem se atribui à prática de ato infracional.

A “prescrição-penal” consiste em rever a “contagem do tempo” de uma pena aplicada, sendo norma jurídico-penal que acabaria prejudicando o caráter jurídico, social e pedagógico da reavaliação “a qualquer tempo” de qualquer medida sócio-educativa aplicada judicialmente. Esse último é pressuposto inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem por objetivo respeitar as condições humanas peculiares de desenvolvimento do adolescente que se envolveu num acontecimento conflitante com a existência da norma legal. De acordo com o entrevistado, a reavaliação da medida legal judicialmente adotada, que, então, deverá ser realizada a qualquer tempo, por si só, já demonstraria satisfatoriamente a completa impertinência da utilização do instituto jurídico-legal da “prescrição penal”.

Nesse sentido, a defesa do respeito a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento, norma prevista pelo Estatuto, é a concepção principal do entrevistado sobre a juventude, em que ressalta-se, mais uma vez, o efeito significativo do campo jurídico à elaboração de tal representação social dos jovens. Observa-se, através da fala do operador jurídico e seus diversos discursos institucionais, que sua percepção sobre a juventude é marcada profundamente por sua formação jurídica, não permitindo outro entendimento a não ser aquele previsto pelo Direito ou, mais especificamente, o Direito da Criança e do Adolescente.

Sobre o tema da menoridade, também obteve-se um retorno nessa mesma perspectiva:

Pergunta: Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código da Menoridade, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o sr. pensa disso?

Resposta: [...] fundamentalmente, a questão é relacionada a mutação civilizatória e humanitária pela qual passou a sociedade e o Estado brasileiro, em que culminou recentemente com a redemocratização constitucionalmente consolidada no Brasil (Constituição da República de 1988). O primeiro sinal de que uma ideologia e mesmo paradigmas científicos (teórico-pragmáticos, epistêmicos, cognitivos) é a mutação vocabular, mas, isto não significa a mera criação de novos nomes (nomeologia), mas sim, a construção de novos e outros sentidos, significados, valores (humanos), subjetividades, cidadanias, enfim, direitos e deveres. Os “menores” de ontem, hoje, são cidadãos que merecem respeito e exigem responsabilidades diferenciadas dos gestores públicos e sociais. A criança e o adolescente hoje são sujeitos de direito, cidadãos, enfim, subjetividades a serem emancipadas, na formação de suas personalidades.

Esta visão de juventude está ligada à idéia de *sujeitos de direitos*, norma proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que nas palavras do entrevistado significa o

entendimento dos jovens como pessoas com identidade própria, personalidade própria (revela uma preocupação com a especificidade e a diversidade da juventude). Ao mesmo tempo, atribui um sentido que diverge das falas anteriores: não é o cidadão do futuro, *o dever ser*, e sim, é o cidadão do presente, explicitando, claramente, as incoerências dos discursos presentes em cada representação social. No entanto, em termos de práticas, nota-se que não basta que o Estatuto preveja o adolescente como sujeito de direitos, como cidadão, é preciso ações concretas nesse sentido, situação que o próprio promotor destaca, tarefa que ainda estaria longe de ser concretizada: “os “menores” de ontem, hoje, são cidadãos que merecem respeito e exigem responsabilidades diferenciadas dos gestores públicos e sociais”.

4.5 Quinto Caso

A penúltima entrevista foi realizada em janeiro de 2007 com o segundo Procurador de Justiça selecionado para a investigação. Também foi a mais rápida a ser marcada e executada, num intervalo de três dias, demonstrando a grande disposição do integrante do MPPR em participar da pesquisa. O entrevistado revelou ter 30 anos dedicados à carreira no Ministério Público Estadual, atuou como Promotor de Justiça nas comarcas de Castro, Jaguariaíva, Ribeirão Claro, Congonhinhas, Palmeira, Paranaíba, Ponta Grossa e Araucária e Promotor da Infância e Juventude em Curitiba. Observa-se uma atuação intensa e militante nas diversas áreas do MPPR, mas o trabalho com a infância e juventude representa um dos maiores interesses do procurador em termos de defesa dos direitos sociais, como veremos a seguir⁷⁴.

Em Curitiba, esteve na Vara da Infância e Juventude durante mais de três anos. Atuou, também, junto à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, tendo sido o primeiro Promotor de Justiça de uma promotoria específica dessa área. Coordenou, além do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. Durante duas gestões foi eleito⁷⁵ Procurador-Geral de Justiça do Paraná, trabalhando para uma maior estruturação da Instituição no Estado. Em seu primeiro mandato instituiu os Centros de Apoio Operacionais das Promotorias de Justiça do Estado e implantou o programa das Promotorias de Justiça das Comunidades, que teve início em Curitiba e ainda

⁷⁴ São informações que foram recolhidas em conversa informal com o entrevistado e dados disponíveis no próprio site do Ministério Público do Estado do Paraná, já que muitas informações não chegaram a ser mencionadas na entrevista, pela falta de tempo.

⁷⁵ Na época desta entrevista, o Procurador de Justiça estava em campanha pelo Estado do Paraná para tentar novamente ser eleito, pela terceira vez, para Procurador-Geral de Justiça do Paraná.

funciona, com atendimento periódico em diversos bairros. Ele mesmo esteve por vários anos na Promotoria do Bairro Alto.

Especificamente, na área infanto-juvenil, sua militância destacou-se ao ser presidente da Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular e também da Associação de Juízes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Paraná. Integrou o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. No entanto, sua principal atuação na área, refere-se à participação na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a colaboração com o processo de adaptação das legislações da América do Sul à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da realização de palestras sobre o tema em diversos países latinos. Por seu trabalho na área da infância, recebeu diversas homenagens, inclusive internacionais, como a comenda da Organização Humanitária Esperança Sem Fronteira, sediada na Bélgica e ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Pertencente a família de classe média, realizou todos os estudos em escolas públicas da cidade de Curitiba, tendo conseguido ingressar no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Dois anos após o término da Faculdade de Direito, conseguiu através de concurso público adentrar no Ministério Público do Estado do Paraná. Nesse curto período não exerceu a atividade jurídica. Lecionou Direito Penal em Faculdades de Curitiba, assim como Direito da Criança e do Adolescente em curso preparatório para o ingresso nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura.

Recentemente, concluiu o curso de Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, contribuindo para o seu desenvolvimento acadêmico e novas oportunidades de trabalho no ensino superior. É casado, católico, tem dois filhos e afirmou não ter tido influência familiar na escolha pela carreira jurídica:

“Pergunta: Quais foram os motivos que levaram o sr. a escolher a carreira jurídica?
Resposta: Sabe desde que eu me lembro, de pequeno, a minha idéia já era esta de seguir uma carreira jurídica. Eu não digo que na época, lá aos dez, aos onze anos, eu já pensasse em ser Promotor de Justiça, que seria um exagero! Mas essa idéia da busca da justiça, eu sempre fui um pouco intransigente com determinadas questões e coisa e tal. Então desde pequeno, eu me lembro e há o registro familiar, a minha mãe, meu pai, sempre dizendo que eu seguiria para a área jurídica”.

O entrevistado relata situações da infância que revelam o seu interesse precoce pela defesa da justiça, tendo o apoio dos pais na escolha profissional, porém, em suas falas seguintes menciona o aspecto da *vocação*:

“Fiz o curso de Direito e no curso de Direito, embora ainda as faculdades não dêem aos acadêmicos uma visão adequada das possibilidades de atuação, frente às várias faces às carreiras jurídicas, aliás, tem muita gente que se forma sem saber, sem ter tido a oportunidade na faculdade, de despertar a vocação para qualquer das carreiras jurídicas. Até porque não há uma preocupação em difundir quais seriam as diferenças até entre as várias carreiras jurídicas e eu no final do Curso, eu fiz estágio no Ministério Público, tinha uma escola, a Escola do Ministério Público, que é forma de estágio e que lá, enfim, eu vi despertada a minha vocação para a Instituição”.

Observa-se que o procurador faz uma crítica às Faculdades de Direito, afirmando que não há um esclarecimento das diversas opções que a carreira jurídica possibilitaria a cada estudante, ajudando a despertar sua vocação. No caso do operador de justiça, a vocação foi despertada ao estagiar na Escola do Ministério Público, mas já ao final do Curso de Direito, acaba explicitando o que seria a verdadeira vocação para o trabalho no Ministério, a partir de sua visão da atuação da Instituição: “Eu estou com, completei trinta anos já no Ministério Público, mas desde logo eu percebi essa possibilidade de uma intervenção direta do Ministério Público nas questões sociais, enfim, esse dinamismo, digamos assim, da atuação dos Promotores de Justiça”.

A questão da intervenção do MP nas questões sociais e o dinamismo de seus membros são elementos caracterizadores da Instituição, que foram normatizados após a aprovação da Constituição Federal de 1988 e assinalou a verdadeira mudança institucional do MP no sentido de avançar na proteção dos direitos sociais da população brasileira e permitir aos Promotores e Procuradores de Justiça uma maior liberdade de atuação, assegurada pelas garantias constitucionais de independência funcional, vitaliciedade e inamovibilidade. O entrevistado acrescenta que, enquanto o juiz, até pelo princípio de inércia da jurisdição, tem que aguardar a provocação por parte de alguém e o advogado, por via de regra, tem que cumprir o papel de fazer a defesa dos interesses daqueles que o contratam, esta seria a grande diferença de atuação na carreira do Ministério Público, poder intervir de forma *autônoma e efetiva* no sentido de promover os direitos de cidadania da sociedade brasileira:

“[...] eu desde logo percebi, que o Ministério Público permitiria que eu pudesse intervir de uma forma positiva na realidade social, tendo como impulsionador, digamos assim, dessa atuação, aquilo que imaginava eu ser o justo. Especialmente, diante da realidade brasileira quase sempre indicada, como a nossa realidade do país sempre indicado como o campeão mundial das desigualdades sociais, país que possui uma legislação democrática, uma Constituição Federal indicada de Constituição Cidadã, mas que conta com milhões e milhões de pessoas sem saúde, sem educação, sem trabalho digno, enfim, sem oportunidade de vida digna. Então acho que você intervir exatamente ao identificar uma situação que mereça ser ajustada aos preceitos da cidadania, respeito aos direitos humanos. Então esse desde logo intervir é que acabou me conduzindo para o lado do Ministério Público”.

O procurador destaca a função do Promotor de Justiça de intervenção na defesa dos direitos sociais e coletivos, visando o respeito aos direitos humanos, todavia, aponta também para o aspecto da *ação social e política*. Esta fala do entrevistado aponta para o núcleo de sua percepção a respeito da idéia de *proteção social*, que abarca inúmeros segmentos sociais, incluindo as crianças e os adolescentes. Seu interesse pela área infanto-juvenil se deu pela influência do âmbito da ação social e política, que pode ser verificada em sua atuação no Ministério Público e mesmo antes de sua carreira jurídica:

“Pergunta: Como surgiu o interesse pelo trabalho na área da infância e juventude?”

Resposta: A área da infância e juventude, eu tenho aí uma vinculação familiar com o tema. Minha mãe é professora e meu pai era funcionário da Assembleia Legislativa e ambos, eu acho que antes até de eu entrar na faculdade, ambos se colocaram na condição de comissários, então Comissários de Menores voluntários. Então embora tivessem as atividades profissionais eles também colaboravam com o Juizado de Menores, especialmente, no que dizia respeito a criança e ao adolescente em condições de serem adotados e de pretendentes a adoção. Então eu me lembro que eu ainda né, adolescente e tal, ia junto com meus pais visitar as unidades de abrigo, visitar os casais, as pessoas que pretendiam adotar e eles faziam relatórios sobre essa pretensão, a pretensão de adotar. Já há um vínculo com essa área da infância e juventude e tal. Quando no Ministério Público já no exercício da atividade de promotor, eu sempre procurei direcionar também a minha atividade para essa área da infância, embora a época, com o Código de Menores, enfim, não havia essa possibilidade que hoje a legislação estabelece. Especialmente, a partir do reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção da família, da sociedade e do Estado, mas sim sujeitos desses direitos fundamentais, que a própria Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente passaram a estabelecer”.

A ação social e política estimulada pela família do entrevistado tiveram grande influência em suas representações e práticas profissionais com relação à infância e à juventude. E já nesse início de entrevista, vai expressando a sua concepção de criança e adolescente, os *sujeitos de direitos*, prescrição prevista pela Constituição Federal e pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente; são os protagonistas de direitos fundamentais, tais como: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

São direitos que o antigo Código de Menores não garantia, permitindo que as crianças e adolescentes fossem tratados como mero objeto de intervenção da família, da sociedade e do Estado. O entrevistado afirma, que ainda hoje, muitos juristas definem as crianças e adolescentes enquanto *menores*, no entanto, a questão central a ser estabelecida é que em casos jurídicos concretos, “é necessário sempre você dizer se trata de uma criança ou de um adolescente”, diferenciando essencialmente os conceitos de criança e adolescente:

“Ainda se utiliza (a categoria menor) de forma equivocada, porque não é uma mera questão terminológica [...] É de todo recomendável que se elimine mesmo essa terminologia de *menor*, seja pela carga pejorativa, como eu disse, ou, especialmente, pelo fato de que, agora, diante da nova legislação, você sempre tem que definir, efetivamente, se trata de criança ou de adolescente, porque, diante dos casos concretos, as conseqüências na aplicação da lei vão ser diferentes para as crianças e os adolescentes...”.

Ao ser questionado sobre a concepção de juventude, observa-se que o Procurador de Justiça salienta expressamente a regra prevista pelos tratados internacionais, pela Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, que as crianças e os adolescentes são “pessoas em peculiar fase de desenvolvimento”. Leva em consideração, a condição de vulnerabilidade da criança e do adolescente, para defender a necessidade desses indivíduos estarem “integralmente protegidos”, que é a doutrina de Proteção Integral proposta: “em razão desta peculiar fase em que se encontram de desenvolvimento”.

Da mesma forma, explica o que seria essa fase peculiar de desenvolvimento:

“Quer dizer, são pessoas ainda imaturas bio-psicológica e socialmente e que precisam, então, dessa proteção por parte da família, da sociedade e do Estado. Então, todo o contexto daqueles que se encontram vulneráveis na realidade social e, aí, nós podemos encontrar pessoas com deficiência, idosos, aquelas camadas que são oriundas de segmentos que são perseguidos como os homossexuais, enfim, as questões oriundas de raça. Nesse contexto geral, daqueles que precisam de proteção, não há dúvida em se dizer que, as crianças e os adolescentes devem ter, prioritariamente, essa proteção. Daí também, o princípio constitucional brasileiro, que hoje é modelo pro resto do mundo, que é o princípio da prioridade absoluta a favor da infância e da juventude, considerando-se, entre outras coisas, especialmente, a prioridade, no que diz respeito, a formulação e execução de políticas sociais públicas e também a destinação privilegiada de recursos para a área da infância e juventude...”.

O entrevistado acentua a dimensão da vulnerabilidade social, mas, principalmente, ligada a determinadas condições sociais e a imagem de que as crianças e adolescentes não estariam plenamente desenvolvidas biologicamente, psicologicamente e socialmente, por isso, são vulneráveis e necessitam de “proteção”, no sentido de *preservação* desses sujeitos. Além disso, o procurador reconhece a importância da prioridade absoluta, em termos de recursos para a aplicação de políticas públicas para a juventude, nesse sentido, a idéia de proteção também implica na atuação efetiva do Estado em favor da infância e juventude. Trata-se de uma ação complexa⁷⁶, baseada na participação social, política e estatal e da própria

⁷⁶ Observamos que procurador tem uma longa história no Ministério Público do Paraná dedicada especialmente a área da infância e juventude, tendo atuado de maneira sólida na tentativa de elaboração e prática de importantes

conscientização de que a criança e o adolescente precisam de proteção integral, em virtude de sua condição peculiar de desenvolvimento.

Em termos de ações para a infância e a juventude, afirma que, atualmente, “todo o discurso é a favor da infância, porque, o futuro do país depende do investimento que se faça nas crianças e adolescentes”. São as crianças que conduzirão os destinos das ações. É uma visão de infância e juventude que salienta a relevância do investimento nesses sujeitos, que serão os protagonistas das ações em prol do futuro do país. Mas não assinala qual papel deveria ser desempenhado pela população infanto-juvenil, não define como esse jovem deve ser e agir. E acrescenta que, apesar de todo o discurso nacional a favor da infância, na prática, há uma distancia muito grande entre a fala e aquilo que, efetivamente, as crianças e adolescentes recebem enquanto “sujeitos de direitos”.

Na opinião do operador de justiça, o significado da expressão *sujeitos de direitos* implica em algumas considerações:

“O que se tem que levar em consideração é de que, todas as crianças e adolescentes têm direito ao exercício do direito, é o direito ao direito né. O direito de exercitar esses que são reconhecidos como direitos fundamentais da pessoa humana, acrescidos de determinados direitos específicos, que são necessários ou decorrentes daquela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O que é preciso se firmar, muito claramente, é a de que parte da população infanto-juvenil, na realidade brasileira, já exercita todos esses direitos. O que se quer, então, é a universalização desses direitos...”.

É interessante observar, que há uma concepção ampliada da idéia de *sujeitos de direitos*, principalmente, ao demonstrar que esse princípio já é exercido por alguns segmentos da população infanto-juvenil brasileira, particularmente, aqueles pertencentes às classes média e alta da população. Para os outros entrevistados, a expressão *sujeitos de direitos* deveria ser empregada na definição daquelas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, enquanto nesse discurso tem-se o reconhecimento da necessidade de universalização dos direitos, isto é, o que vale para alguns, tem que valer para todos e, aí sim, refere-se à infância e juventude em situação de vulnerabilidade, que estariam marcados por um contexto histórico de desrespeito de seus direitos básicos.

políticas públicas, mas também através de ações civis públicas, intervenções e fiscalização dos recursos municipais e estaduais destinados ao atendimento da população infanto-juvenil. Podemos entender que se trata de um dos integrantes do Ministério Público do Paraná mais ativo e comprometido com a proteção, defesa e promoção dos direitos de cidadania das crianças e jovens do Brasil. São diversos artigos científicos e institucionais publicados pelo entrevistado sobre a temática da proteção da infância, incentivo a educação, incentivo a profissionalização dos jovens, combate a exploração sexual das crianças e adolescentes, discussões sobre a questão da redução da idade de imputabilidade penal, incluindo participação em palestras, eventos, congressos e outros nessa mesma área.

Dentro dessa discussão, o procurador também dá uma outra definição para a juventude, a caracterizando-a como *fase crítica da vida do ser humano*:

“Nós não podemos desconsiderar o fato, especialmente, em relação à adolescência, de que ela é uma fase crítica mesmo. É uma fase de insurgimento, de ir contra os valores estabelecidos da sociedade. É uma fase em que, para essa passagem do mundo infantil e juvenil para o mundo adulto, o adolescente tende a se afastar do meio familiar e passa a pertencer a algum grupo de adolescentes e tende a reproduzir as condutas que forem definidas nesse mesmo grupo, seja, de usar o boné para trás, a calça abaixada, um tipo de tênis e tal. E, infelizmente, às vezes, reproduzir condutas ilícitas de se embriagar, de usar drogas de, às vezes, praticar atos infracionais. Isso faz parte do contexto da adolescência e, aí claro, tem que ter uma intervenção, mas uma intervenção positiva...”.

A representação da tal “crise da adolescência”, expressão utilizada para designar o comportamento juvenil nessa fase do ciclo da vida do ser humano, remete a compreensão da juventude, principalmente, entre o senso-comum, como momento de instabilidade, havendo certa carga negativa ao defini-la enquanto “fase crítica” de afastamento familiar, etc. Entretanto, parece não haver na fala do entrevistado esta intenção em sua concepção de juventude, visto que, salienta o aspecto da transgressão inerente ao comportamento jovem, no sentido de questionamento dos valores vigentes do mundo adulto, sendo uma importante discussão nos estudos sobre juventude. De acordo com Moraes (2005, p. 11), a adolescência é um período de transformações, de passagem para a vida adulta, é necessariamente um período de questionamentos – alguns preferem falar em *crises* – essenciais à construção de sua identidade, implicando em um processo ambíguo e complexo que coloca em interação tanto a *imitação* quanto à *negação* do mundo adulto.

Nessa mesma perspectiva, o operador jurídico realiza uma crítica com relação ao posicionamento do senso-comum em considerar os jovens em situação de vulnerabilidade como uma ameaça em potencial:

“O que a sociedade acha em relação aos filhos dos outros? Ainda mais se os outros, esses outros filhos, forem oriundos de famílias empobrecidas, despossuídas. A sociedade quer um rigor diferenciado daquele dos próprios filhos. Quer dizer, esses outros, eles não estão passando pela crise da adolescência, como nossos filhos passam. Esses outros, são de natureza perversa, são de má índole. Pau que nasce torto, nasceu torto é irreversível. Então, na verdade, a sociedade, de forma equivocada, pressiona o Poder Público. também de maneira equivocada, porque, a pressão que teria que fazer não é eu nutrir um sentimento de indignação diante do adolescente que pratica o ato infracional. Só que as conseqüências que se leva deva pretender é que esse adolescente venha receber políticas públicas, capazes de resgata-lo socialmente, de construir um projeto de vida que seja diverso da criminalidade...”.

Considera que a melhor forma de impedir a chamada delinquência infanto-juvenil é através da “prevenção consistente na efetivação dos direitos fundamentais que o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê”, quer dizer, garantindo saúde, educação, profissionalização e não mais punição, colocando esse adolescente em uma unidade de privação de liberdade ou reduzindo a imputabilidade penal. Para o entrevistado: “não pode se querer tratar a privação de liberdade como se ela fosse à resposta para a prática do ato infracional [...] você ter mecanismos que possam impedir que o adolescente atinja um grau de anti-sociabilidade tal que, se torne necessário privá-lo de liberdade”.

E acredita que, a grande atuação do ECA tem se dado nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaços de democracia participativa, integrados por representantes de entidades da sociedade civil e que atuam indiretamente no atendimento e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes: “estão a fazer o diagnóstico da situação da infância em cada localidade e, a partir daí, traçando uma política conseqüente para o atendimento da população infanto-juvenil”. Todos esses elementos revelam a sua percepção social de juventude que se identifica, particularmente, com a imagem de *sujeitos de direitos*, implicando na defesa dos direitos básicos da população infanto-juvenil e na implementação de políticas públicas de proteção e promoção da cidadania das crianças e adolescentes do país.

4.6 Sexto Caso

A última entrevista da investigação realizou-se no final do mês de janeiro de 2008, na sede do CAOP da Criança e do Adolescente⁷⁷, com a participação do último Promotor de Justiça selecionado para a pesquisa. Seu trabalho consiste em prestar orientações aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Paraná, mas, também, dar atendimento à população em geral, através do contato com os Conselhos Tutelares e a firmação de convênios em nível municipal e estadual na área infanto-juvenil, visando à ampliação das políticas públicas neste setor. E ressalta: “em Curitiba o Centro de Apoio só tem o papel de orientar e trabalhar essas políticas transversais”. É solteiro, católico e está no Ministério Público há 13 anos, tendo ingressado na instituição aos 24 anos, idade em que o promotor considera

⁷⁷ Informamos que há uma parceria contínua juntamente com o CAOP da Educação e o CAOP de Proteção ao Portador de Necessidades Especiais com relação ao trabalho na área da infância e juventude. Essa especialização do trabalho do Ministério Público é vista como um “avanço” pelo entrevistado, pois possibilita um “atendimento mais abrangente e focado em assuntos específicos”.

“bastante novo”. Passou por algumas Comarcas do interior do Estado, como Promotor Substituto, até ser promovido para a Comarca da Capital Paranaense em 2002.

Pertencente a classe média (pai engenheiro e mãe bióloga), estudou em escolas públicas e particulares e fez o curso de Direito em instituição particular, na Faculdade Católica de Santos, entre os anos de 1989 e 1993. Este foi o único caso de operador jurídico, entre os entrevistados, procedente de outro Estado. O interesse pela área jurídica não teve influência de familiares, que atuavam em outras áreas profissionais, mas, afirma que aliou seu interesse pessoal aos resultados de teste vocacional, que indicou vocação para trabalhar na área de humanas. Enfatizou também que o teste mostrou seu “anseio de independência financeira célere”, apontando para uma área do Direito, que coincidia com sua identificação pessoal:

“[...] a minha vida toda eu tive, na minha família sempre me chamavam que eu era o defensor dos fracos e oprimidos, sempre do lado do que tava perdendo. Aí eu fui pro Direito, estagiei no escritório de advocacia e vi que a minha vocação não era essa, era trabalhar na linha mais da inclusão social. Eu gostaria de ter uma clientela mais dos fracos e oprimidos e, que isso, na advocacia, ficava meio difícil de aliar a minha necessidade e vontade de independência financeira”.

Assim, percebe-se que a opção pelo Ministério Público deveu-se ao interesse pessoal do entrevistado em atuar na promoção da inclusão social, juntamente, com uma carreira que possibilitasse o reconhecimento financeiro tão almejado por ele. Nesse contexto, o trabalho no Ministério Público pareceu corresponder às suas expectativas, ao observar a rotina do MP em estágio realizado durante a Faculdade. A partir daí, viu sua “vocação” despertar:

“Aí, eu fui fazer estágio no MP, trabalhei no MP no meu 3º ano até o meu 5º ano, mas, foi onde eu aprendi, onde despertou minha vocação. Trabalhei na Promotoria do Meio Ambiente, não trabalhei na Infância, trabalhei no Patrimônio Público e trabalhei na Vara de Família e no Crime também, que todo mundo faz crime. Na verdade, eu passei no concurso, eu me formei no começo de 1994 e passei em 1995, muito por conta do preparo do estágio feito. Eu já cheguei ao Ministério Público muito pronto, eu já sabia bem o que eu queria e eu sou muito realizado com a minha profissão, que é uma profissão que te permite trabalhar em prol daqueles que não tem muita voz e você ainda ser bem remunerado por isso. Então, eu escolhi a profissão certa, na verdade, eu me encaixei e me realizo perfeitamente na escolha que eu fiz”.

Destaque à sua identificação com a carreira que exerce no Ministério Público, entenda-se aqui o “trabalhar em prol daqueles que não tem voz”, no sentido das dificuldades que determinados setores sociais teriam para acessar os direitos básicos e, nesse contexto, inclui-se as crianças e adolescentes atendidos pelo MP. Com relação à área específica da

infância e juventude, o promotor realiza uma crítica referente à organização do Ministério Público, onde haveria uma falha no critério de designação da área de atuação de cada Promotor de Justiça, de acordo com a antiguidade de cada membro. É um critério objetivo, na opinião do entrevistado, mas, permite que um promotor vá atuar em uma área que talvez não tenha “vocação”. Afirmar ter tido interesse pela defesa dos direitos infanto-juvenis na primeira comarca em que trabalhou e revela a influência familiar na proteção da infância e juventude:

“Minha mãe e meu pai sempre tiveram a vocação pro social. Eu tive na minha casa um menino que apareceu furtando e ficou na minha casa cinco anos. Então, na verdade, foi um acolhimento familiar, não ficou como filho, mas, ele permaneceu lá, estudou. Tive na minha família também, além desse, teve outro, filho de uma empregada, que morou conosco. Meu pai e minha mãe sempre foram muito abertos a essa, a mostrar a vida como ela é, e um pouco sem preconceito. Então eu tive um exemplo clássico de que alguém que, apoiado, pode mudar a realidade de vida...”

A ação social realizada pelos familiares é vista como o despertar dessa vocação para o social que afirma possuir, ou seja, a formação social para a questão da cidadania. E acrescenta que sempre teve um olhar de compaixão, de sentir um pouco co-responsável por essas situações, inclusive pelo papel do MP no crime: “Me angustiou muito você colocar na cadeia só ladrão de galinha e aquele traficante porcaria”. Reconhece que sempre foi difícil, principalmente, no início de sua carreira, lidar com essas condições. Exemplifica que sempre “doeu muito” os momentos em que precisava mandar alguém para a internação, especialmente, em termos de recuperação, quando se tratava de contravenções penais mais leves. O promotor também assinalou, sentir-se, às vezes, impotente e até co-responsável nas situações em que havia a internação, todavia, atualmente, já conseguiu compreender melhor seu papel nesse “sistema de manutenção do *status quo*”.

Também considera ser muito pesado trabalhar em áreas como a infância e juventude, porque, acredita que o próprio Ministério Público “não tem esse poder todo que a sociedade acha que a gente tem”. Esse “poder” mencionado pelo operador jurídico refere-se à questão da resolução dos conflitos, porém, só atualmente conseguiu perceber que o MP não tem tanta influência para melhorar as condições de vida da população como um todo, sendo ele “apenas (ênfase do entrevistado!) um instrumento para a manutenção do próprio *status quo*”. Mesmo assim, afirma possuir essa vocação pro social⁷⁸, que também contou com a participação e

⁷⁸ Localizamos a atuação institucional do Promotor de Justiça durante o decorrer de sua carreira no Ministério Público em ações civis públicas em prol da educação, preservação do adolescente em conflito com a lei, participação em eventos de prevenção à violência contra a criança e o adolescente, discussão de projetos voltados à infância e juventude em nível municipal e estadual, além de ser membro colaborador do FONCAIJE

influência do Procurador Geral de Justiça do Estado que, em sua época de ingresso no MP, era o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que acabou formando uma geração de promotores muito voltados para a área da infância.

Após a abordagem dessas questões, focalizou-se a entrevista nas concepções de juventude do entrevistado:

“Pergunta: O que o sr. entende por juventude?”

Resposta: Juventude pra mim é, se confunde com adolescência, nos termos do Estatuto. Então, juventude ela é, a juventude ela é a alma, eu posso ter 80 anos e ser jovem. Então, juventude pra mim, é sonhar, juventude pra mim é acreditar, juventude pra mim é o empoderamento. O empoderamento, os sonhos, o arrojo que os adolescentes têm e que uma pessoa de 80 anos também pode ter juventude. A juventude não tá, a meu ver, então, sabe o que você tem entre os doze e os dezoito anos? Adolescência é que já é um recorte legal entre os doze e os dezoito anos. É um recorte legal e biopsicológico. Eu não acho que adolescência hoje finaliza aí com dezoito anos, hoje os escritos demonstram aos vinte quatro a trinta anos, então, nós temos adolescência tardia, por conta de várias situações assim de desenvolvimento emocional tem sido tardia, mas, nosso recorte legal entende pessoa em desenvolvimento, para efeito de reforçabilização legal que é entre doze e dezoitos anos. Isso, a meu ver, não é, não se caracteriza como o amadurecimento, não se dá aos dezoito anos. Eu acho que hoje, você pode falar em termino do amadurecimento aos vinte e quatro anos, na adolescência tardia, até aos 28 anos de idade.

O entrevistado estabelece uma diferenciação explícita entre juventude como modelo sócio-cultural (que envolve determinados valores como o sonhar, o acreditar, o apoderar, o arrojo que caracterizariam a idéia de juventude) e a adolescência, que se trata de um recorte legal, previsto pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, sinaliza a idade entre doze e dezoito anos, mas que considera os aspectos biopsicológicos, pois se trata de pessoa em desenvolvimento ou pessoas em formação. Por outro lado, também é interessante observar que o entrevistado parece não concordar plenamente com esse tipo de definição etária, já que não seria possível precisar o momento exato do amadurecimento psicológico e social desse adolescente, que ocorreria na opinião do promotor, por volta dos vinte e quatro anos, mas poderia chegar até os trinta anos, definindo esse período como “adolescência tardia”.

Por outro lado, a seqüência de sua fala demonstra outra concepção de adolescência que teria como grande característica os “rompantes” que na opinião do promotor é “a forma mais impetuosa de responder às situações” devido à construção da identidade adolescente, da mesma maneira, é o momento de “instabilidade das emoções”. Entretanto, nesse discurso parece ficar claro a percepção da juventude, ou como concebe o entrevistado, da adolescência

como período, momento ou fase da vida marcada por um comportamento até que incontrollável o que contribuiria para a prática do ato infracional, pois haveria até essa certa predisposição a agir de forma impensada. Por conta dessas condições, o entrevistado acaba afirmando ser esse momento como de vital importância para a “transformação do eu, o que já é mais difícil na fase adulta”. Isso faz com que um adolescente que comete uma infração gravíssima tenha a possibilidade de recuperação e resgate de sua cidadania, por estar vivenciando essa fase de transformações biopsicológicas.

O entrevistado também caracteriza o adolescente em conflito com a lei:

“Pergunta: O jovem pratica violência?”

Resposta: O adolescente pratica atos que são anti-sociais que são os atos infracionais né. Por que são atos anti-sociais? Porque são atos que, na verdade, causam uma instabilidade naquele contexto social. Só que a gente tem que compreender isso entendendo que o Direito Penal, ele é um Direito Penal da elite, porque na verdade só interessa ao Direito Penal os crimes que alcançam a classe média, na maioria das vezes. Existem atos de violência praticados dentro ambiente familiar por adolescentes, também, por adultos e não chegam a Vara do Ato Infracional. Então, o Direito Penal, ele é excludente, ao meu ver. O ato infracional só será ato infracional aquilo que é crime, que é posto como crime, que é a forma de apuração desses atos. Então, só é ato infracional aquilo que chega pra nós, por isso, o que chega pra nós tem muito de exclusão social. Eu não consigo ver hoje, na sociedade em que a gente vive, o furto como uma forma de violência, é uma espécie de grito por justiça...”.

Percebemos através da fala do operador jurídico, que os atos infracionais praticados por adolescentes, embora sejam em sua grande maioria, crimes contra o patrimônio, referem-se aquilo que é computado, o que realmente chega até o Ministério Público, representando as infrações cometidas por aqueles jovens que não conseguem esconder a sua prática, ou seja, a “investigação do pobre”, aqueles em situação de vulnerabilidade. Por isso, constata-se que o entrevistado admite a existência da criminalização da juventude pobre, pois, este segmento social não conseguiria encobrir sua ação, por menos violenta que seja, enquanto as classes médias e altas, que também praticam atos infracionais, possuem todos os recursos necessários para que o seu ato não seja descoberto e, quando é divulgado, são os casos bem mais graves, havendo a atuação de advogados bem pagos para reverter este tipo de situação.

As causas para a prática do ato infracional são relacionadas as condições de violência vivenciadas na sociedade por esse adolescente: “ele então só tá repetindo o mesmo comportamento, aquilo próprio que fizeram com ele, dos bloqueios e desvios psicológicos. O ser humano é bom por natureza, o que acontece são as camadas de lama que a vida vai nos colocando”. Então, para o entrevistado, os jovens são vítimas da violência praticada pela família, pela sociedade e, como consequência, acabam violentando a própria sociedade. Nesse

contexto, a medida sócio-educativa de internação não é adequada, já que essa medida é vista pelo promotor como “retributiva” e o aspecto da ressocialização implicaria, necessariamente, em liberdade, para poder integrar novamente esse adolescente à sociedade.

Diante dessas discussões, o promotor foi questionado sobre a relação entre criminalidade e pobreza:

“Pergunta: Existe relação entre criminalidade e pobreza?

Resposta: Entre criminalidade e pobreza não, eu acho que existe responsabilização e pobreza. E acho que a gente vive no Brasil hoje, uma crise de valores, porque, fica muito difícil também você trabalhar com uma educação de jovens numa sociedade onde as pessoas são muitos consumistas e as pessoas querem saber de ganhar dinheiro! As pessoas enriquecem do dia pra noite. Então, eu acho que nós estamos passando por um momento de crise de valores difícil, crise com relação à educação. A valorização do corpo em excesso, a valorização do consumo, mais o ter do que o ser e é muito difícil você trabalhar com o jovem, você trabalhar dentro dessa realidade... Dentro dessa realidade em que os corruptos não são responsabilizados, bastando ter dinheiro. [...] O que chega aqui pra nós é a investigação do pobre [...] Então a responsabilização tá ligada à pobreza e não à criminalidade”.

Mais uma vez, o entrevistado chama a atenção para o fato de que a justiça é classista no Brasil e, por conta disso, os pobres acabam sendo criminalizados com muito mais frequência do que as camadas mais elevadas da sociedade brasileira, descartando a possibilidade de que o crime estaria vinculado à condição social de quem comete a infração. No caso das crianças e adolescentes, historicamente e culturalmente, se tem a tendência de considerá-los enquanto “objetos de direito”, principalmente, devido a sua situação de abandono, marginalidade, mas este fato não determinaria a prática do ato infracional.

Considerá-los enquanto “objeto de direito” significa não os perceber enquanto pessoa, mas sim, como posse, como pertencimento ao adulto e essa visão ainda persiste, mesmo nos dias de hoje. Diante disso, discutiu-se sobre a utilização do termo *menor*, que se identificaria com a idéia de crianças e adolescentes como “objeto de direito” e o operador jurídico esclareceu que, ainda, alguns juristas acabam utilizando tal categoria para definição da população infanto-juvenil, dependendo da “formação”, ou seja, da área em que cada jurista atuou durante o decorrer de sua carreira profissional, sendo sensível ou não à concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, na opinião do promotor, é uma lei que veio garantir a condição das crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos* e, isso, segundo o entrevistado, foi um avanço muito grande. Assim, a sociedade brasileira estaria caminhando, através da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, “para compreender a criança como sujeito de direitos”. Mas afirma ainda ser um processo. O que existe é esse avanço do

sistema de garantias de proteção integral à infância e juventude, por meio dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos que têm contribuído para o exercício da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Parte de uma visão do ECA como legislação avançada, mas, acima de tudo, é a “legislação necessária para a realidade brasileira”. Portanto, observou-se, através do discurso do entrevistado, aspectos que indicam a sua principal concepção de juventude, identificada com a prescrição do Estatuto que prevê a definição das crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos*.

Considerações Finais

O estudo das percepções dos membros do MP Curitiba, sobre os jovens e a categoria juventude, revelou-se um campo profícuo de investigação no sentido do entendimento de importantes relações estabelecidas no interior da sociedade brasileira contemporânea. Tais relações apontam à forma como parte de nossa sociedade concebe os jovens e, principalmente, aqueles que são responsáveis pela defesa da qualidade de vida da população infanto-juvenil do país. Esta pesquisa partiu da constatação que os pensamentos, idéias ou percepções sociais, apesar de, muitas vezes, contraditórios, manifestam a realidade social, mesmo que, de forma parcial e até descontínua. Por conta disso, o objetivo central da dissertação foi analisar os discursos dos operadores do direito que atuam junto às crianças e adolescentes, visando à compreensão das práticas de justiça destinadas à infância e juventude, como também a identificação de imagens acerca da juventude institucionalizadas socialmente.

Mediante a observação detalhada dos discursos dos operadores de justiça de Curitiba foi realizado um aprofundamento dos perfis individuais desses sujeitos, buscando evidenciar de que maneira as trajetórias pessoais dos membros do MP podem influenciar suas representações sobre a juventude. Considerou-se, também, a atuação do *campo do direito* como espaço social de luta entre agentes dotados do *habitus* jurídico e que acaba, em certos momentos, consagrando os esforços das classes dominantes para imporem a sua visão de mundo e, que seja favorável a seus interesses. Partindo dessas considerações, entende-se que o campo jurídico, através de suas práticas e discursos, é o local por excelência de construção da realidade social.

No decorrer do trabalho, foi possível verificar que os Promotores e Procuradores de Justiça do MP Curitiba possuem diversas atribuições com relação à proteção, defesa, amparo e promoção dos direitos das crianças e jovens atendidos pelo Poder Público Estadual, que têm resultado em discursos e práticas diferenciadas de acordo com cada operador jurídico, muito pelas particularidades do trabalho com a infância e juventude desenvolvido no MP Curitiba. Devido ao tamanho da população atendida, há a necessidade de um atendimento mais especializado, que também inclui as intervenções do CAOP da Criança e do Adolescente, da Educação e do Portador de Necessidades Especiais, todos atuando na preservação dos direitos de cidadania da população infanto-juvenil.

Diante disso, pode-se demonstrar que as atribuições desempenhadas pelos diferentes membros do MP Curitiba têm papel determinante na forma como esses profissionais vão definir os jovens e operacionalizar o Direito em defesa das crianças e adolescentes. Nesse

aspecto, constatou-se que os jovens ora são identificados enquanto *vulneráveis* (que é a parcela da juventude atendida pelo Ministério Público), ora são vistos como *futuro adulto* ou *pessoa em desenvolvimento*, destacando-se a importância de mantê-lo no caminho da cidadania. Além disso, a condição juvenil, ou ainda, a juventude é caracterizada como limite etário-biológico do ser humano, mas, ao mesmo tempo, como modelo cultural, como agente vitalizador da sociedade, um valor a ser perseguido por todos, independente, da faixa etária. Assinala-se também, a definição da juventude como *fase difícil*, implicando na necessidade de maiores cuidados para o segmento jovem.

Essas definições explicitadas nas entrevistas destacam pontos importantes. O primeiro, diz respeito à definição dos jovens como vulneráveis, ou seja, aqueles em situação de risco e/ou em conflito com a lei. A ênfase na condição de vulnerabilidade daqueles atendidos pelo Ministério Público objetiva a expansão dos direitos de cidadania para toda a população jovem, através do pressuposto de proteção integral, tentando criar condições “iguais” de acesso à educação, a saúde, a justiça, ao lazer, entre outros bens, para as crianças e adolescentes que convivem com o risco pessoal e social. No entanto, os jovens em situação de vulnerabilidade também não são homogêneos, porém, a diversidade da condição juvenil pouco foi mencionada nas entrevistas. Ao considerar o jovem como categoria homogênea acaba-se produzindo, apenas, medidas paliativas de melhora das condições de vida desses sujeitos, não considerando as especificidades inerentes à categoria juventude, como os atributos de gênero, classe, raça e localização geográfica, entre outros.

Não obstante, o entendimento do jovem como pessoa em desenvolvimento, aponta para uma função de *dever ser*. O jovem é o futuro adulto que necessita seguir as obrigações socialmente impostas. Parece só haver espaço para aqueles jovens que seguem a ordem social estabelecida, como se a juventude fosse apenas à preparação para o papel principal que será desempenhado posteriormente, o de viver a condição adulta, com toda a carga presente e atual de obrigações sociais que esse termo carrega. Nega-se ao jovem o direito de vivenciar o presente, de ter práticas e percepções diferenciadas do socialmente aceito. Quando o jovem rompe com essas obrigações, seu comportamento é visto como fase difícil, como ausência de limites ou, no mínimo, como falta de orientação.

Em segundo lugar, percebeu-se um entrecruzamento sobre o que cada operador jurídico entende acerca da juventude, a partir de sua atuação no MP junto às crianças e adolescentes, e, ao mesmo tempo, aquilo que consideram ser a juventude de acordo com a sua vivência pessoal ou individualidade psíquica, proveniente de processos de socialização diferenciados. Ao afirmarem a juventude enquanto limite etário-biológico e, também, um

modelo cultural ou agente vitalizador da sociedade nota-se diferenças profundas nos discursos desses profissionais que exercem uma mesma atividade, ou seja, a defesa dos direitos da população infanto-juvenil. Esse aspecto, igualmente, sinaliza para os diferentes efeitos de suas práticas, já que as ações e representações sociais também são marcadas pelos processos de socialização de cada indivíduo.

O papel do campo jurídico pode ser verificado mediante o *habitus* jurídico (as disposições socialmente constituídas) presente nas percepções dos operadores da justiça, elemento essencial de determinação de práticas e discursos do Direito. Foi observada a forte influência das normas, regras e estruturas legais na constituição do pensamento social dos membros do MP Curitiba, visto que, muitas das representações dos operadores entrevistados adquiriam uma espécie de *oficialidade*, como um discurso de autoridade sobre determinado assunto. Da mesma forma, constatou-se que, em termos de práticas destinadas a defesa dos direitos da infância e juventude, muitos operadores jurídicos não se detêm apenas na aplicação das leis, provavelmente, pela própria peculiaridade da atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça prescrita pelo próprio Ministério Público.

Tais considerações revelam-se emblemáticas por se tratar de imagens ou visões da juventude operacionalizadas por aqueles que têm a função de defender os direitos de cidadania das crianças e adolescentes. A eficácia simbólica desses discursos concentra-se na maneira como são colocadas em prática essas representações. Não foi observado na fala dos membros do MP Curitiba a identificação dos jovens com os antigos *menores*, porém, em alguns casos houve a afirmação de que a pobreza e as péssimas condições de vida dos jovens podem contribuir para a prática do ato infracional, o velho estigma que associa pobreza à criminalidade. Em outros discursos foi possível verificar que há um entendimento de que os sujeitos de direitos são todos os jovens, mas, ressaltando a necessidade de que toda a população infanto-juvenil atinja essa condição, principalmente, aqueles em situação de vulnerabilidade.

O terceiro e último ponto refere-se ao fato de que todas as concepções dos sujeitos-jovens e da juventude apresentadas se articulavam numa tentativa de uniformizar os discursos, enfatizando o aspecto previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de que as crianças e jovens são considerados *sujeitos de direitos*. Assim, constatou-se a existência de diferentes percepções dos jovens numa mesma fala, que aponta para as contradições inerentes as próprias representações sociais, mas também demonstra que, apesar das prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, alguns operadores da justiça ainda tem certa dificuldade em perceber os jovens enquanto sujeitos de direitos.

Este trabalho não pretende esgotar toda a problemática referente à análise das percepções sobre os jovens e a juventude e sim contribuir para o desenvolvimento de pesquisas futuras na área, despertando o interesse pelo estudo das relações entre operadores da justiça e as percepções da condição juvenil em nosso país. Acredita-se que a contribuição desta investigação está centrada na possibilidade de despertar entre os responsáveis pela qualidade de vida da população infanto-juvenil brasileira para um papel social mais ativo e participante na ordem social, principalmente, no que se refere às práticas destinadas aos segmentos jovens, a partir de uma visão de juventude que realmente conceba os jovens enquanto sujeitos de direitos, não somente pela prescrição do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas no sentido de ampliação efetiva dos direitos de cidadania da infância e juventude brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 25-36, mai./jun./jul./ago. 1997; set./out./nov./dez. 1997.
- ABRAMOVAY, Miriam. et al. *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, 2002.
- _____. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ADORNO, Sérgio. Prefácio. In.: SILVA, C. A. *Justiça em jogo: novas facetas da atuação dos Promotores de Justiça*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 17-20.
- ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional de assistência e proteção aos menores*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- _____. Menoridade e delinquência: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores no Brasil. *Cadernos da F.F. C. Marília*, v.6, n. 2, p. 93-114, 1997.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, jul./dez. 1998.
- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 14, n. 39. p. 83-102, fev. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 19 fev. 2008.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: < <http://www.emtese.ufsc.br> >. Acesso em: 30 jan. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In.: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 209 – 254.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Presidência da República. Lei n. 8069 de 13 de jul. de 1990. *Estatuto da Criança e*

do Adolescente. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. Presidência da República. Lei n. 8625 de 12 de fev. de 1993. *Lei Orgânica Nacional do Ministério Público*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm>. Acesso em: 01 jul. 2008.

_____. *Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo (SINASE): Secretaria Especial de Direitos Humanos*. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.presidência.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/>. Acesso em: 20 fev. 2008.

BRITO, Leila; AYRES, Lygia; AMEN, Márcia. A escuta de crianças no sistema de justiça, *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, jun 2004. p. 71-90.

COELHO, Edmundo. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, v. 12, n. 2, p. 139-161, abr./jun., 1978.

COSENZO, José Carlos. Uma ferramenta para o aperfeiçoamento institucional. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Diagnóstico do Ministério Público dos Estados*. Brasília: Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006. p. 13-14.

COSTA, Antonio Carlos Gomes; VOLPI, Mario. Histórico da questão do menor no Brasil. In: *Seminário Estadual de Articulação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)*. Florianópolis, dez. 1992.

CUNHA, Maria Helena Rodrigues; SANTANA, Claudia da Silva. Políticas para a Infância no Brasil. In: *4º Simpósio de Ensino de Graduação*. UNIMEP: Piracicaba, 2006.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Rio de Janeiro, 30 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/obsjovem.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

_____. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 21 jan. 2008.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *A história da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 10-27.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1987

FRONTANA, Isabel Cristina Ribeiro da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. In: História Social- USP. São Paulo: Loyola, 1999. p. 61-94.

GADELHA, Sylvio de Sousa. *Subjetividade e menor-idade: acompanhando o devir dos profissionais do social*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

GREGORI, Maria Filomena; SILVA, Catia Aida. *Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche*. São Paulo: Contexto, 2000.

KERCHE, Fabio. Autonomia e discricionariiedade do Ministério Público no Brasil. *Dados – revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 2, 2007, p. 259-279.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 49, p. 11-42, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 07 fev. 2008.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *A História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Vol. 1.

LIMA, Donizete José de. (et al.) Juventude (s), entre problemas e direitos. In: DURAND, O. C. S.; BELTRAME, S. A. B. *Juventude, escolarização e poder local: Segundo Relatório Científico (fev.2004 a fev. 2005)*. Florianópolis, 2005.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, Mary. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1998.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MELLO JORGE, Maria Helena do Prado. Como morrem nossos jovens. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 209-289.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Diagnóstico Ministério Público dos Estados*. Brasília: Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. *Juventude, medo e violência*. In: CICLO DE PALESTRAS DIREITO E PSICANÁLISE, 2005, Curitiba. Curitiba: Digit, 2005.

_____. PESCAROLO, Joice Kelly. *Quem tem medo dos jovens?* Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.naoviolenca.org.br/sobre/pdf/quemtemmedodosjovens.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007. p. 1-19.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-50.

NARITA, Stella. Notas de pesquisa de campo em psicologia social, *Psicologia e Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 25-31, mai./ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 22 jan. 2008.

PARANÁ. Lei Complementar n. 85 de 27 de dez. de 1999. *Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná*. Disponível em: <<http://www.mp.pr.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2007.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146-175.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, O. et al. (Org.) *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO/ MEC/ ANPED, 2007. p. 13-27.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. (et al.) *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, NEV/USP, 2006. Disponível em: <www.nevusp.br>. Acesso em: 30 jun. 2008.

RAYOU, Patrick. *Crianças e jovens, atores sociais na escola: como os compreender?* Educação e Sociedade, v 26, n. 91, p. 465-484, mai/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

RIZZINI, Irma. Pontos de partida para uma história de assistência pública à infância. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, 1995. p. 237-298.

SADEK, Teresa. Ministério Público dos Estados: uma caracterização. In: MINISTERIO DA JUSTIÇA. *Diagnóstico Ministério Público dos Estados*. Brasília: Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006. p. 15.

SCHUCH, Patrice. Antropologia e Direito: Questões para o Debate, *Humanas*, Porto Alegre, v. 26/27, 2006. p. 117-128.

_____. Pesquisa no campo judicial. In: CICLO DE PALESTRAS: EXPERIÊNCIAS, DILEMAS E DESAFIOS DO FAZER ETNOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO, 2007, Porto Alegre. *Antropologia em Campos "Up"*. Porto Alegre: UFRGS, 8 nov. 2007. 1 CD-ROM.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea, *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 20, p. 60-70, mai./jun./jul./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 fev. 2008.

SILVA, Cátia Aida. *Justiça em jogo: novas facetas da atuação dos promotores de justiça*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Biblioteca Edusp de Direito; 8)

SINHORETTO, Jacqueline. *Ir aonde o povo está: etnografia de uma reforma da justiça*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. *O que é juventude?* In: Salto para o futuro: tv escola. Disponível em: <www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____.; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

UNICEF. *Retrato estatístico das mortes de crianças e jovens por causas violentas: Brasil 1979-1993*. Brasília, 1995.

VIVEIROS, Mauro. *Máximas de um Promotor de Justiça*. 2008. Disponível em <<http://www.mp.mt.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

VOLPI, Mario (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus, *Sociologia*, n. 14, 2004, p. 35-41. Tradução de José Madureira Pinto e Vergílio Borges Vieira.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, set 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 ago. 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*. Brasília: OEI, 2006.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Social*. Lisboa: Ed. Lisboa, 2004.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1974.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível, *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 13, jan/abr 2005. p. 107-126.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos de gestão de pessoas, *Estudos de Psicologia*, n. 7, p. 79-88, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

ZERO, Arethusa Helena. Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre. In: QUINTO CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONOMICA, 2003, Minas Gerais. Caxambu: ABPH, 7 -10 set., 2003.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada

Localização Social dos Promotores e Procuradores de Justiça

- 1) Quais foram os motivos que levaram o sr./sra a escolher a carreira jurídica?
- 2) Qual a profissão dos seus pais?
- 3) Onde o sr. cursou Direito?
- 4) Formou-se há quanto tempo?
- 5) O sr. fez outros cursos universitários?
- 6) Quando o sr. foi admitido no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil?
- 7) O que motivou o sr. a trabalhar no Ministério Público?
- 8) Há quanto tempo o sr. atua como Promotor de Justiça?
- 9) Como é o seu trabalho com a infância e a juventude?

Concepção de Direito e Juventude

- 10) O que é o Direito para o sr.?
- 11) O que o sr. entende por juventude?
- 12) Em termos de lei, qual é o objetivo do Direito da Infância e da Juventude?
- 13) Qual o papel do Promotor de Justiça que trabalha com a infância e a juventude?
- 14) Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código da Menoridade, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o sr. pensa disso?

Juventude e Punição

- 15) Na opinião do sr., o que é violência?
- 16) Existe violência praticada por jovens?
- 17) Que medidas deveriam ser tomadas para o combate à violência precoce?
- 18) Existe relação entre criminalidade e pobreza?
- 19) Como o sr. definiria o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- 20) O que o Estatuto tem de positivo? E o que a legislação tem de negativo?
- 21) Se fosse possível, o sr. mudaria alguma coisa no Estatuto?
- 22) O sr. concorda com a medida sócio-educativa de privação de liberdade?
- 23) A privação de liberdade resolve?
- 24) Quais são as condições das unidades de privação de liberdade de Curitiba e Região Metropolitana?
- 25) O que explica as altas taxas de reincidência entre os egressos dessas instituições?
- 26) Quais são as diferenças entre uma unidade de privação de liberdade para adolescentes infratores e um presídio para adultos?
- 27) Como é para o sr. mandar um adolescente para essas instituições?

ANEXO B

Questionário Via E-mail

- 1) Qual a formação do senhor?
- 2) O que o motivou a escolher a carreira de promotor de justiça? A quanto tempo atua na área?
- 3) Como é o seu trabalho com a infância e a juventude?
- 4) O que é juventude para o senhor?
- 5) Em sua opinião, o que é violência? E o que é criminalidade?
- 6) Existe violência praticada por crianças ou jovens?
- 7) Qual a sua opinião a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- 8) O sr. concorda com a medida sócio-educativa de privação de liberdade? Essa medida é eficaz?
- 9) Quais são as diferenças entre uma unidade de privação de liberdade para adolescentes infratores e uma unidade de detenção para adultos?
- 10) Antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a vigência do antigo Código de Menores, as crianças e os adolescentes eram definidos enquanto menores. O que o senhor pensa disso?

ANEXO C**Situação dos Promotores e Procuradores de Justiça Entrevistados****Identificação Pessoal**

1) Idade: _____ anos.

2) Gênero:

☐ Feminino.

☐ Masculino.

3) Como você se considera?

☐ Branco(a).

☐ Negro(a).

☐ Pardo(a) / mulato(a).

☐ Amarelo(a) (de origem oriental).

☐ Indígena ou de origem indígena

4) Qual o seu estado civil?

☐ Solteiro(a).

☐ Casado(a).

☐ Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a).

☐ Viúvo(a).

☐ Outro.

5) Grau de instrução do cônjuge/companheiro:

☐ Ensino Fundamental Incompleto.

☐ Ensino Fundamental Completo.

☐ Ensino Médio Incompleto.

☐ Ensino Médio Completo.

☐ Ensino Superior Incompleto.

☐ Ensino Superior Completo.

☐ Pós-Graduação (Esp., Mest e Dout.)

6) Quantos filhos você tem?

☐ Nenhum.

☐ Um.

☐ Dois.

☐ Três.

☐ Quatro ou mais.

7) Quantos irmãos você tem?

☐ Nenhum.

☐ Um.

☐ Dois.

☐ Três.

☐ Quatro ou mais.

8) Grau de instrução paterna:

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental Completo.
- ☐ Ensino Médio Incompleto.
- ☐ Ensino Médio Completo.
- ☐ Ensino Superior Incompleto.
- ☐ Ensino Superior Completo.
- ☐ Pós-Graduação (Esp., Mest e Dout.)

8) Grau de instrução materna:

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental Completo.
- ☐ Ensino Médio Incompleto.
- ☐ Ensino Médio Completo.
- ☐ Ensino Superior Incompleto.
- ☐ Ensino Superior Completo.
- ☐ Pós-Graduação (Esp., Mest e Dout.)

9) Religião:

- ☐ Católica.
- ☐ Pentecostal.
- ☐ Espírita.
- ☐ Umbanda.
- ☐ Judaica.
- ☐ Outra.
- ☐ Nenhuma.

10) Participa de alguma ONG?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

Identificação Profissional

11) Em qual estabelecimento realizou o Ensino Fundamental?

- ☐ Instituição Pública.
- ☐ Instituição Privada.
- ☐ Ambas.

12) Em qual estabelecimento realizou o Ensino Médio?

- ☐ Instituição Pública.
- ☐ Instituição Privada.
- ☐ Ambas.

13) Em qual estabelecimento realizou o Ensino Superior?

- () Instituição Pública.
- () Instituição Privada.
- () Ambas.

14) Frequenta ou frequentou algum outro curso superior?

- () Sim.
- () Não.

15) Possui título (s) de Pós-Graduação?

- () Especialização.
- () Mestrado.
- () Doutorado.
- () Não tem.

16) Exerceu alguma atividade profissional antes do ingresso no Ministério Público?

- () Sim.
- () Não.

17) Qual o tempo entre o término do Curso de Direito e seu ingresso no Ministério Público?

_____.

18) Quantos anos de atuação no Ministério Público?

_____.

19) Qual o tempo de atuação nessa mesma comarca (Curitiba)?

_____.

20) Têm ou teve parentes até 3º grau exercendo atividades de nível universitário em carreiras jurídicas?

- () Sim.
- () Não.

21) Exerce a atividade docente?

- () Sim.
- () Não.

22) Exerceu a profissão jurídica antes do ingresso no Ministério Público?

- () Sim.
- () Não.

23) Ingresso no Ministério Público:

- ☐ Antes da Constituição Federal de 1988.
- ☐ Após a Constituição Federal de 1988.

24) Como você avalia a imagem pública do Ministério Público do Paraná? Confira notas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo 0 péssima e 10 excelente: _____.

25) Como você avalia o desempenho do Ministério Público do Paraná no que se refere a defesa da criança e do adolescente?

- ☐ Péssimo.
- ☐ Ruim.
- ☐ Regular.
- ☐ Bom.
- ☐ Muito Bom.
- ☐ Sem Opinião.

26) Como você avalia a atuação do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente?

- ☐ Péssimo.
- ☐ Ruim.
- ☐ Regular.
- ☐ Bom.
- ☐ Muito Bom.
- ☐ Sem Opinião.

27) Como você avalia a atuação do Centro de Apoio Operacional da Educação?

- ☐ Péssimo.
- ☐ Ruim.
- ☐ Regular.
- ☐ Bom.
- ☐ Muito Bom.
- ☐ Sem Opinião.